



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Camila de Melo Domingos

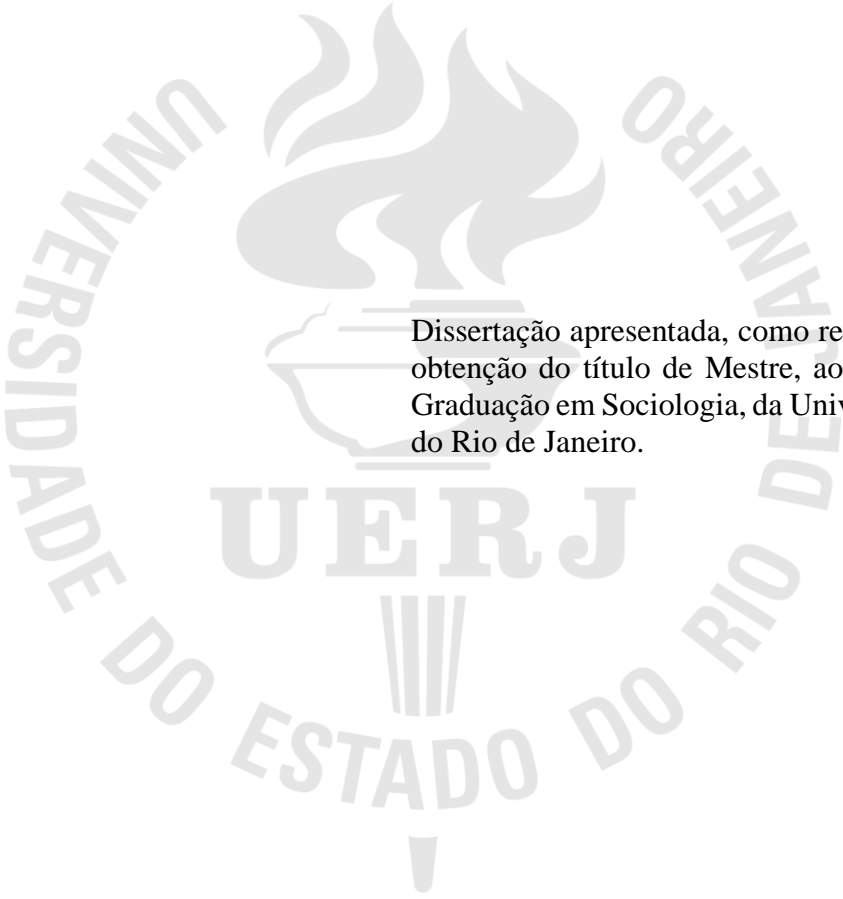
**Religião e política:
os novos contornos da participação evangélica**

Rio de Janeiro

2021

Camila de Melo Domingos

Religião e política: os novos contornos da participação evangélica



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. José Maurício Castro Domingues

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D – IESP

D671 Domingos, Camila de Melo.
Religião e política: os novos contornos da participação evangélica /
Camila de Melo Domingos. – 2021.
104 f .

Orientador: José Maurício Castro Domingues.
Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio
de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Religião e política – Teses. 2. Evangelismo – Teses. 3. Sociologia
política – Teses. I. Domingues, José Maurício Castro. II. Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 2:32

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

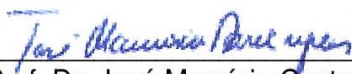
Camila de Melo Domingos

Religião e política: os novos contornos da participação

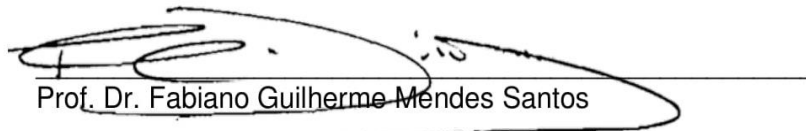
Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 14 de dezembro de 2021.

Banca examinadora:



Prof. Dr. José Maurício Castro Domingues da Silva (Orientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP-UERJ



Prof. Dr. Fabiano Guilherme Mendes Santos
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP-UERJ



Prof.ª Dr.ª Lívia Reis Santos
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação à memória de Chiquinho, Luis Anderson,
Lígia Deslandes e Luiza Dantas.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é a parte final de um mestrado desenvolvido em condições profundamente atípicas. É incontável o número de pessoas surpreendidas com as adaptações e as angústias provocadas pela pandemia da covid-19. Portanto, dirijo meus agradecimentos a todos e todas que, apesar dos pesares, garantiram o funcionamento e a excelência do Instituto de Estudos Sociais e Políticos e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Aos docentes, ao corpo técnico, aos colegas de turma, meu muito obrigado.

Agradeço especialmente ao professor Dr. José Maurício Domingues por cumprir a complexa tarefa de orientar através de um computador, guiando-me de forma tão perspicaz por minhas desordenadas indagações iniciais. Se em algum momento pude ver minhas próprias questões de forma mais nítida, foi graças à sua orientação ímpar.

Agradeço à professora Dr. Lívia Reis e ao professor Dr. Fabiano Santos que compuseram a banca de minha defesa. Suas contribuições foram valiosíssimas e servirão ao enriquecimento dos meus próximos passos acadêmicos.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, à qual estive vinculada como bolsista do programa “Bolsa Nota 10”.

Agradeço aos meus companheiros de luta e de vida na figura de Rafael Amorim, George Torno e Annyeli Damião, imprescindíveis para que meu reencontro com a academia acontecesse de forma tão salutar e profunda. Às minhas irmãs “ifesianas” Sofia Machado, Danusa Vieira, Thamara Santana e Karoline Ribeiro, que torcem por mim de qualquer lugar do mundo.

Agradeço com todo meu coração à Dona Nádia e Seu Fernando, que toparam todos os sacrifícios que a vida lhes apresentou para que meu caminho até aqui fosse pavimentado. Ao meu irmão Fernando e às minhas irmãs Aline e Lúcia, cujo amor me impulsiona.

Sem vocês as páginas seguintes não seriam possíveis. Obrigada.

Todas as esferas da vida social são atravessadas pelo antagonismo instalado na cena brasileira. Faremos bem em saber onde pisamos, porque nem tudo é pantanoso ou incendiário. Também faremos bem em não simplesmente nos indignarmos com a “intolerância” da conjuntura, mas tomarmos ou construirmos nossa posição no embate, pois em momentos de crise de tal profundidade e tal amplitude não existe o lugar nenhum da isenção.

Joanildo Burity

RESUMO

DOMINGOS, Camila de Melo. *Religião e política: os novos contornos da participação evangélica*. Orientador: José Maurício Castro Domingues 2021. 104p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Esta dissertação pretende refletir sobre a existência de uma contribuição específica dos evangélicos ao cenário sociopolítico existente na América Latina atualmente, e especialmente no Brasil. Este cenário agrega o desenrolar de processos de erosão democrática e o despontar do protagonismo evangélico na esfera política. O objetivo central é analisar os contornos da nova atuação pública protestante. Mais especificamente, a pesquisa também tem por objetivo colocar em relevo a participação de lideranças evangélicas no Poder Executivo brasileiro, em cargos de primeiro escalão, evidenciando a expansão de uma presença consolidada antes no Poder Legislativo. Pretende também realçar os elementos e as relações que apontam para a complexificação de uma rede político-religiosa, que agrega entidades paraeclesiais e órgãos públicos. A hipótese é que a articulação desta rede está relacionada a processos, ainda não totalmente nítidos, de expansão de “domínios” evangélicos na esfera pública; processos estes que não parecem configurar uma ameaça teocrática, mas que talvez estejam contribuindo significativamente aos movimentos da Nova Direita.

Palavras-chave: Sociologia política. Evangélicos. Entidades paraeclesiais. Nova Direita.

ABSTRACT

DOMINGOS, Camila de Melo. *Religion and politics: the new contours of evangelical participation*. Orientador: José Maurício Castro Domingues. 2021. 104p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

This dissertation intends to reflect on the existence of a specific contribution of evangelicals to the current socio-political scenario in Latin America, and especially in Brazil. This scenario aggregates the unfolding processes of democratic erosion and the emergence of evangelical protagonism in the political sphere. The central objective is to analyze the contours of the new Protestant public performance. More specifically, the research also aims at highlighting the participation of evangelical leaderships in the Brazilian Executive Branch, in first level positions, evidencing the expansion of a presence consolidated before in the Legislative Branch. It also intends to highlight the elements and relationships that point to the complexification of a political-religious network, which aggregates parachurch entities and public agencies. The hypothesis is that the articulation of this network is related to processes, not yet entirely clear, of evangelical "expansion of domains" in the public sphere; processes that do not seem to configure a theocratic threat, but that may be contributing significantly to the movements of the New Right.

Keywords: Political sociology. Evangelicals. Parachurch entities. New Right.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEB	Associação dos Parlamentares Evangélicos do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CPAC	Conservative Political Action Conference
CLAI	Conselho Latino-americano de Igrejas
CMI	Conselho Mundial de Igrejas
CONCEPAB	Confederação dos Conselhos de Pastores do Brasil
DEM	Democratas
DIAP	Departamento de Intersindical de Assessoria Parlamentar
ESP	Escola sem Partido
FENASP	Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISER	Instituto de Estudos da Religião
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
ISER	Instituto de Estudos da Religião
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
MEC	Ministério da Educação
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido Social da Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PL	Projeto de Lei
TD	Teologia do Domínio
TP	Teologia da Prosperidade
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UNB	Universidade Federal de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UFF	Universidade Federal Fluminense

UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UPM	Universidade Presbiteriana Mackenzie
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
STF	Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 RELIGIOSO E SECULAR: ESTRUTURAS DO MUNDO MODERNO	14
1.1 Considerações iniciais	14
1.1.1 <u>Sobre a religião</u>	15
1.1.2 <u>Sobre a secularização</u>	19
1.1.3 <u>Sobre a modernidade</u>	24
1.2 Esfera Pública e Religião	28
1.3 Presença da religião na formação do Estado brasileiro	31
2 ASCENSÃO EVANGÉLICA NA POLÍTICA	35
2.1 Contexto latino-americano	35
2.2 Construção do cenário: trajetória evangélica na política brasileira	42
2.3 Considerações sobre a lógica evangélica aplicada à disputa eleitoral	55
3 EXPANSÃO DA ATUAÇÃO EVANGÉLICA NA POLÍTICA	60
3.1 Concepções teológicas	60
3.2 Nova Direita	69
3.3 Uma postura de combate: evangélicos e o governo Bolsonaro	70
3.3.1 <u>Educação e Direitos Humanos: ministérios-chave</u>	72
3.3.2 <u>Movimentos cristãos no Brasil vinculados à nova direita norte-americana</u>	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERENCIAS	99

INTRODUÇÃO

A Sociologia surge do empenho reflexivo dos “fundadores” ante às profundas transformações que marcaram o surgimento das sociedades ocidentais modernas. Em tempos tão conturbados quanto os atuais, moldados por crises multidimensionais e, novamente, por intensas transformações, a Sociologia é chamada à reflexão dos processos em curso, dos cenários formados e, principalmente, das projeções que podem ser construídas com base na análise conjuntural. Um elemento presente nas primeiras análises que dão origem à Sociologia enquanto ciência, tanto nas obras de Max Weber, quanto nas de Émile Durkheim e Karl Marx, é a Religião, que segue sendo um tema de profunda relevância. Esta dissertação, buscando compreender algumas especificidades dos fenômenos verificados na atual conjuntura política e social brasileira, se debruça sobre os novos contornos das relações entre religião e política que incidem de forma significativa sobre ela.

Tais relações serão consideradas nesta pesquisa tendo como pano de fundo o contexto latino americano. São diversas as pesquisas que buscam produzir chaves analíticas para a compreensão do desenvolvimento de movimentos políticos construídos pelos evangélicos na América Latina, levando em conta principalmente as peculiaridades de cada país, bem como a construção de influências e tendências dentro da região. Por isso, a identificação das mesmas é um elemento fundamental na busca investigativa e analítica à qual esta pesquisa pretende se somar. Cabe dizer que ela é movida pelo intuito de contribuir com os esforços acadêmicos que consideram as nuances da participação política evangélica sem a pretensão de recomendar o descolamento entre religião e política, como se a consideração do elemento religioso na dinâmica política fosse uma afronta às premissas secularizantes de um Estado moderno. O elemento religioso surge facilmente em reflexões sobre processos históricos, sociais e políticos na América Latina e no Brasil, sendo este um país que contou com um protagonismo da Igreja Católica por séculos e marcado pelas disputas decorrentes da pluralidade religiosa que abarca em seu território. Este elemento religioso tem forte presença em importantes discussões sociológicas sobre América latina, e está inserido nas elucubrações do presente estudo através da relevância aqui conferida à atuação de atores políticos evangélicos no continente. O crescimento da atuação política evangélica na região, especialmente no Brasil, é um fenômeno incontestável, e que se desenvolve concomitantemente a outro: está em curso um processo de erosão democrática que afeta as democracias em nível mundial, das mais consolidadas às mais frágeis, sendo inevitável a manifestação de tal processo numa região como a América Latina,

historicamente marcada por instabilidades políticas.

A literatura aqui mobilizada indica que o Brasil se destaca entre os países da região pela intensidade com que a participação evangélica direta no campo político acontece no país. Observando a posição do Brasil no cenário desenhado acima e considerando a capacidade de influência do país na região, surge a pergunta que norteia este estudo: o que há de diferente na atuação política realizada pelos segmentos evangélicos brasileiros? Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar os novos contornos desta atuação política. Partimos da hipótese de que ela está relacionada a um processo mais amplo de “expansão de domínios”, ou seja, de ampliação dos espaços onde a “presença evangelizadora” precisa estar, e que este processo tem se desenvolvido a partir da construção de uma “rede conservadora”, envolvendo forças da direita e segmentos cristãos conservadores. A presença de lideranças evangélicas no governo Bolsonaro e a relação que o poder executivo busca estabelecer com grupos evangélicos é uma novidade que parece evidenciar a existência de uma “expansão de domínios” da direita cristã brasileira. A pesquisa tentará perscrutar as nuances desta novidade, que será analisada em momento oportuno à luz da Teologia do Domínio. Esta chave interpretativa será utilizada para que possamos verificar a existência de um paralelo entre a expansão evangélica na política brasileira e o processo de erosão democrática.

O primeiro capítulo, “Religioso e Secular: estruturas do mundo moderno”, posiciona a pesquisa num conjunto mais amplo de discussões relacionadas à relação entre religião e modernidade. Nesse sentido, foi feito primeiramente um apanhado teórico sobre religião, secularização e modernidade, seguido de outro sobre a esfera pública e as dinâmicas protagonizadas dentro dela pelo elemento religioso. A apresentação e o nivelamento dos referenciais teóricos ajudam a demarcar as problematizações mais amplas às quais a pesquisa se filia.

O segundo capítulo pretende fazer um resgate histórico da participação evangélica na política a partir de uma revisão bibliográfica. A observação atenta aos principais marcos dessa trajetória auxiliam na compreensão da plasticidade com que os grupos políticos evangélicos se moldam à conjuntura política que lhes é contemporânea.

O terceiro capítulo aborda alguns aspectos teológicos que perpassam o comportamento evangélico adotado em relação à política e “as coisas mundanas”. A literatura acionada para este momento da pesquisa ajuda na compreensão daquilo que chamaremos mais à frente de “postura de combate” adotada pelos evangélicos em relação à política. Para tanto, falaremos da noção de Batalha Espiritual, sobre a Teologia da Prosperidade e sobre a Teologia do Domínio - também conhecida como Dominion Theology. A discussão teológica funcionará como um

pano de fundo para que possamos analisar posteriormente a presença evangélica na ocupação de cargos-chave do governo federal.

Neste mesmo capítulo é feita uma leitura crítica da participação evangélica no governo Bolsonaro, que evidencia duas coisas: a) ampliação da presença evangélica na arena política, pondo em relevo os acontecimentos que fazem com que sejamos o país da América Latina onde esse processo acontece de forma mais alarmante; b) a contribuição com uma rede conservadora, paraeclesiástica, estabelecida institucionalmente através do chefe de governo e de membros do primeiro escalão, composta por entidades, organizações e movimentos nacionais, mas que também possui um viés transnacional (com um aparente protagonismo de forças conservadoras norte-americanas).

Nesse sentido, a pesquisa busca chamar atenção à complexificação de uma forma de atuação religiosa na política, especialmente alinhada às forças de direita e ao campo evangélico. Esta rede político-religiosa, marcadamente conservadora, é pensada através da análise das relações estabelecidas por atores e atrizes políticas deste segmento religioso por dentro dos espaços da gestão pública que ocupam atualmente em nível nacional. Talvez elas possam representar uma ameaça maior à discussão sobre direitos individuais e coletivos do que às prometidas políticas públicas de fundo moral da gestão de Bolsonaro.

Em suma, a pesquisa estruturada nos capítulos brevemente relatados acima se justifica pela relevância acadêmica, política e social da discussão proposta. O número de pessoas que se declaram evangélicas cresce, assim como o número de lideranças políticas que adotam uma postura confessional em seus cargos públicos. Optamos aqui por não adentrar numa pormenorização das denominações evangélicas e por um motivo específico: pretendemos aqui lançar luz sobre o tipo de participação de lideranças políticas evangélicas por dentro do governo Federal; a coleta de material sobre estas lideranças, em especial sobre as destacadas no capítulo 3, mostrou que elas não são vinculadas ao pentecostalismo e neopentecostalismo, vertentes que o senso comum rapidamente aciona ao pensar a atuação política evangélica, mas sim à igrejas que a literatura chama de “protestantismo histórico”. Nesse sentido, este estudo se atreve a indicar se somar aos esforços analíticos que vêm observando o papel desempenhado por lideranças das igrejas batistas, calvinistas, luteranas, consideradas por alguns estudiosos como igrejas dotadas de certa “superioridade intelectual”. Reforçamos com regularidade o caráter heterogêneo do campo evangélico, e estamos cientes de que as igrejas do protestantismo histórico são minoritárias dentro dele, mas existe uma especificidade em sua atuação política que parece estar sendo significativa, quando consideradas as indicações de alguns de seus membros ao primeiro escalão do poder executivo, como veremos mais adiante.

É pertinente dizer ainda que trabalhamos o notório crescimento evangélico a partir das constatações iniludíveis presentes em toda a literatura visitada. Aqui foi adotada uma abordagem metodológica qualitativa, que contou com uma profunda revisão bibliográfica. A ferramenta de pesquisa prioritária foi a internet, de onde foram extraídos principalmente os dados coletados e disponibilizados na segunda parte do capítulo 3. Recorremos à coleta de manifestações públicas, declarações em vídeos e textos, anúncios e participações em eventos, feitos por figuras públicas específicas. Também coletamos dados sobre entidades, públicas e privadas, que tivessem algum tipo de ligação com uma atuação político-religiosa evangélica. Diante da gigantesca disponibilidade de dados que o ambiente virtual oferece, foi possível construir um fio conectando e revelando relações deste tipo. O acesso a dados tratados com mais profundidade, qualitativa e quantitativamente, foi garantido através de plataformas como a “Religião e Poder” do ISER, o DIAP e DataFolha. Os dados mais recentes disponibilizados pelo IBGE¹ datam de 2010, o que fez com que não fossem acionados com tanta frequência. Cabe dizer ainda que a pandemia da covid-19 influenciou na adoção da internet como ferramenta prioritária de coleta de dados.

¹ O Censo Demográfico, que deveria ter sido realizado em 2020, foi adiado novamente e agora só deve acontecer em 2022. A suspensão foi feita inicialmente por conta da Pandemia da Covid-19, agora pode acontecer novamente em função do corte orçamentário feito pelo governo Federal, que reduziu em quase 90% os recursos destinados à pesquisa. Ver mais em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/com-orcamento-reduzido-censo-pode-ser-adiado-novamente/>, acessado em 23/11/2021.

1 RELIGIOSO E SECULAR: ESTRUTURAS DO MUNDO MODERNO

1.1) Considerações iniciais

Desde o século passado, as Ciências Sociais têm sido responsáveis por uma intensa produção sobre o grande tema das religiões. Nesta seção será feita uma breve incursão em trabalhos de pesquisadoras e pesquisadores que têm oferecido uma profunda contribuição à discussão. O intuito é extrair e colocar em destaque questões importantes sobre religião, secularização e modernidade, indispensáveis para a elaboração da análise desenvolvida nas próximas páginas. É pertinente pontuar que optou-se aqui por não aprofundar, neste momento, as diferenças de perspectivas ou linhas analíticas apontadas em alguns dos artigos perscrutados, evitando a pormenorização de aspectos que circundam o conceito de religião². Isso foi feito com o intuito de não deixar que parecesse, equivocadamente, que a religião é o objeto de estudo desta pesquisa - o que por sua vez possibilitaria a dedução, igualmente equivocada, de que a mesma se encontra assentada na área da sociologia da religião. Nosso objeto são as novas relações políticas construídas por evangélicos. Em nível macro, estas relações serão observadas considerando sua inserção num contexto de crise das democracias latino americanas; em micro, serão sobrepostas ao cenário de crise sociopolítica em curso no Brasil. A partir desta perspectiva será elaborada uma construção investigativa e analítica afiliada à sociologia política³.

1.1.1 Sobre a religião

A ideia sobre o que vem a ser religião foi moldada paulatinamente pela literatura construída sobre o tema, fazendo com que se chegasse hoje a um certo consenso de que ela é um fenômeno inerente ao processo histórico de modernização ocidental (Montero, 2006, p.47). Em sentido semelhante, Pierucci recorre a Habermas ao definir a passagem das sociedades tradicionais para as sociedades modernas como o objeto próprio da teoria sociológica - “O objeto substantivo da teoria sociológica, dinâmico por definição, é a passagem das sociedades tradicionais para a sociedade moderna. Ou seja, o processo de modernização capitalista das sociedades pré-modernas.” (Pierucci, 2008, p.09). Podemos ainda apreender a profundidade da discussão sobre religião e sua relação com os indivíduos nesta síntese elaborada por Weber:

² Questões presentes por exemplo em Carranza (2020), Montero (2012), e Pierucci (2008).

³ Sobre isso, ver mais em Elisa Reis “Sociologia política e processos macro-históricos” (2015).

“Nem as religiões, nem os homens, são livros abertos. Foram antes construções históricas do que construções lógicas ou mesmo psicológicas sem contradição.” (Weber, 1982, p.335). Neste sentido, é possível compreender porque a sociologia, uma ciência que nasce com “a tarefa de explicar o decurso e as formas de manifestação anômicas da modernização capitalista nas sociedades pré-burguesas.” (Habermas, 1987, p.21), posiciona os fenômenos religiosos dentre seus interesses mais importantes.

A distinta obra de Peter Berger, “O Dossel Sagrado” (1985), constrói elucidaciones importantes sobre a religião. O autor entende a religião como uma estrutura que sustenta os indivíduos em suas vidas cotidianas; ela organiza e dá sentido à realidade de um mundo socialmente construído. Esta estrutura representa o ápice da “autoexteriorização” do indivíduo, realizada pela aplicação de seus sentidos sobre a realidade - a própria existência humana seria, essencialmente, uma atividade exteriorizante. A exteriorização é forjada enquanto os indivíduos conferem significado à realidade, o que faz com que as sociedades humanas sejam construções de “significados exteriorizados e objetivados, que tendem sempre a uma totalidade inteligível” (p.48). Nesse sentido, a religião poderia ser encarada também como uma parte estratégica desempenhada no processo de construção do mundo movido pelas pessoas (p.67). Em síntese, “A religião supõem que a ordem humana é projetada na totalidade do ser. Ou, então, a religião é a ousada tentativa de conceber o universo inteiro como humanamente significativo.” (p.46-49).

É imprescindível trazer também a definição de Weber para reforçar o sentido colocado acima através de Berger. Para Weber, o homem é uma figura que produz e emprega símbolos, que desenvolve pensamentos e ações às quais estão vinculadas um sentido subjetivo, de forma que nossa presença no mundo envolveria um processo duplo, onde os acontecimentos apresentar-se-iam como são, mas também como o que significam para nós. Sendo assim, cada vez mais fenômenos adquiririam significado, para além de seus efeitos reais, formando assim um “círculo mágico simbólico”, no qual o homem estaria imerso, passando a considerar que através de uma ação dotada de significado se poderia alcançar efeitos reais. Conectar relações com significado a um mundo sobrenatural demanda uma maneira específica de pensar e agir, e mediadores possuidores de forças extraordinárias. Tal maneira determina o domínio do pensamento e da atuação mágico-religiosa, mediada inicialmente por feiticeiros. É interessante perceber que Weber chama tais forças de carisma e, a partir daí, constrói a teoria da dominação carismática. O feiticeiro seria identificado na história humana como a primeira figura dotada de carisma. Do círculo mágico-religioso surge o círculo ético-religioso, cujos mediadores seriam os sacerdotes, profetas e afins (Schluchter, 2018, p.62-64).

Ela também atua na legitimação de situações adversas, marginais à realidade socialmente definida, colocando-as dentro de uma "realidade sagrada de âmbito universal" (p. 69), o que, por conseguinte, fornece ao indivíduo uma espécie de sustentação para existir em sua sociedade. Um exemplo disso são as construções cosmológicas pelas quais a morte é interpretada e encarada. É importante destacar que a operação realizada através dessa legitimação não tem como finalidade uma negação dos acontecimentos extremos, psicologicamente difíceis de se encarar; o que ela promove é a percepção de que até "mesmo esses acontecimentos ou experiências têm lugar no seio de um universo que tem sentido." (p.69-70).

Sendo assim, cabe também dedicar uma parte deste estudo para tratar do "lugar do sagrado" dentro da religião. O sagrado pode ser entendido como aqueles eventos que fogem às rotinas do dia a dia. São momentos extraordinários, capazes de se manifestar como situações de perigo, o que faz com que a religião trabalhe no sentido de domesticar, direcionar e aproveitar sua força para as necessidades cotidianas. Suas manifestações históricas variam bastante, porém é possível observar uniformidades transversalmente dispostas na cultura. O indivíduo, por exemplo, tende a encarar o sagrado como uma realidade grandiosa, totalmente distinta dele, mas que ao mesmo tempo se dirige a ele - de uma forma que os outros fenômenos não humanos não fazem -, estabelecendo assim uma ordem dotada de significado. Num movimento dual, o cosmos religioso transcende e também inclui o indivíduo.

Berger aponta que o profano é tudo aquilo desprovido de um caráter sagrado. Num sentido amplo, a vida cotidiana é considerada profana, fato que só é alterado quando o poder sagrado é acionado de alguma forma, como por exemplo através do trabalho – ritos diversos garantem o caráter extraordinário de acontecimentos ordinários como o trabalho. A dissolução desse caráter equivale à secularização, "isto é, a se conceber os acontecimentos como puramente profanos." (p.47). Sagrado e profano são assim esferas de uma realidade dicotômica e intrínseca à especulação religiosa, sendo relevantes na análise do fenômeno religioso.

Num mundo moderno (científico, como caracteriza Berger) a religião tem menos capacidade de construir a integração das realidades cotidianas do que a ciência - a psicologia moderna teria se sobreposto à religião, por exemplo. Porém, nos grupos onde a religião se mantém relevante na interpretação da existência, ali também poderemos observar sua influência nas definições de realidade, a partir das quais é possível explicar o fato de que há diferentes esferas de realidade nas experiências individuais (p.68). Sobre estas experiências, Habermas elabora, a partir de Weber, a ideia de que o desenvolvimento de uma nova valoração do sofrimento individual e o aparecimento de necessidades individuais de salvação não é algo que

surge do nada; é na verdade produto dos processos de aprendizagem realizados em função dos conflitos que acontecem quando “as ideias de justiça vigentes nas sociedades tribais chocam frontalmente com a nova realidade das sociedades de classe” (Habermas, 1987, p.268).

Tais elementos abrem caminho para uma digressão sobre o conceito weberiano de “desencantamento”. No glossário de “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” encontramos a definição de “desencantamento” na origem do termo: “*entzauberung*”, significa literalmente “desmagificação”. Encantamento e desencantamento em Weber podem ser entendidos como a aplicação ou retirada da magia dos “caminhos de salvação”; a ausência da magia é então observada por Weber dentro do processo histórico-religioso como desencantamento do mundo. Tal sentido foi inserido apenas na versão de 1920 de “A Ética Protestante”, indicando a relação entre o desencantamento e o protestantismo ascético:

...a supressão absoluta da salvação eclesiástico-sacramental (que no luteranismo de modo algum havia se consumado em todas as suas conseqüências) era o absolutamente decisivo em face do catolicismo. Aquele grande processo histórico-religioso do *desencantamento do mundo* que teve início com as profecias do judaísmo antigo e, em conjunto com o pensamento científico helênico, repudiava como superstição e sacrilégio todos os meios mágicos de busca da salvação, encontrou aqui sua conclusão. O puritano genuíno ia ao ponto de condenar até mesmo todo vestígio de cerimônias religiosas fúnebres e enterrava os seus sem canto nem música, só para não dar trela ao aparecimento da *superstition*, isto é, da confiança em efeitos salvíficos à maneira mágico-sacramental. Não havia nenhum meio mágico, melhor dizendo, meio nenhum que proporcionasse a graça divina a quem Deus houvesse decidido negá-la (WEBER, 2004, p.95-96).

Essa “desmagificação” dos caminhos da salvação é vista por Weber como parte de um processo de racionalização religiosa, que teria seu estágio mais avançado representado pelo protestantismo ascético - luteranos, calvinistas, puritanos, pietistas, metodistas, batistas, menonistas e quakers, apesar de diversos em seus princípios dogmáticos e formas de organização, todos haviam suprimido a salvação eclesiástica sacramental, pois, para eles, o caminho de cada um já estaria traçado pela predestinação (Schluchter, p.67).

Antes de passarmos ao próximo tópico, cabe abordar brevemente o conceito de “religião pública”; conceito este que, de certa forma, coaduna este tópico e o próximo, pois envolve a aproximação entre fenômenos religiosos e seculares. Por exemplo, Camurça (2018), ao tratar

da peculiaridade contida na relação entre esfera religiosa e esfera política, ressalta a forma peculiar com que esta relação se dá no Brasil, um país onde a religião “se alça ao domínio público, ganhando visibilidade nele, articulando-se, no sentido de ser influenciada, mas também de influenciar com sua bagagem cultural/simbólica e sua lógica” as esferas seculares. Diante disso, Camurça aciona José Casanova (1994) para reforçar esta característica, uma vez que este autor posiciona o Brasil entre seus estudos de caso sobre “as religiões públicas no mundo moderno” (Camurça, 2018, p.49). Nesse sentido, Camurça aponta que

Religião Pública, dentro da noção elaborada por José Casanova, atua em três dimensões: no aparato do Estado, no sistema político e enquanto força mobilizadora na sociedade civil. E o exemplo maior de religião pública, seria a Igreja Católica através de sua estratégia de “desinstitucionalização voluntária” para atuar como uma das forças da sociedade civil, cumprindo um papel na democratização de sociedades como as da Espanha, Polônia, Brasil, etc (CAMURÇA, 2018, p.46).

Desde que este conceito foi forjado, ainda na década de 1990, o fenômeno da presença religiosa na esfera pública ganhou novos contornos, fazendo com que Casanova fizesse uma atualização de sua percepção. O autor aponta que, se tivesse que revisar algo de seu trabalho anterior seria o caráter normativo que ele pensou existir sobre a religião na esfera pública da sociedade civil, pois não estaria mais tão certo de que a separação secular entre religião e sociedade política, ou mesmo entre religião e o Estado, fossem máximas universalizantes - como se fossem elementos necessários ou condições suficientes para a implementação e desenvolvimento de políticas democráticas (Casanova, 2006, p.21).

Lançando o olhar especificamente para o Brasil, podemos compreender, novamente através de Camurça, elementos particulares da experiência brasileira. De acordo com o autor, ela evidencia que:

para o bem ou para o mal – libertária ou conservadora – a religião ocupa o cenário público, é uma das protagonistas da sociedade civil, joga o jogo da modernidade, disputa interesses, entabula alianças, acordos e disputas, mas dentro de sua configuração própria, enquanto religião, movida por sua simbologia, cosmovisão e perspectiva de transcendência (CAMURÇA, 2018, p.53).

Estas considerações sobre a religião foram necessárias para que pudéssemos pavimentar o caminho que conduzirá à investigação feita sobre o fenômeno da participação evangélica na

política brasileira. As discussões basilares sobre religião nos auxiliam a compreender as percepções de mundo e as práticas adotadas por determinados grupos, o que, num nível mais amplo, possibilita a compreensão do funcionamento social e político das instituições brasileiras (Montero, 1994; 2018).

1.1.2 Sobre a secularização

Ainda recorrendo a Peter Berger em “O Dossel Sagrado” (1985), observamos que o autor dedica um importante espaço para tratar da secularização, a qual podemos definir resumidamente como um conjunto de processos empiricamente verificados e de grande importância na história ocidental moderna. A palavra “secularização” começa a ser usada séculos atrás, particularmente no momento histórico em que os enfrentamentos ao poderio das autoridades eclesiásticas fizeram com que as mesmas perdessem o controle de propriedades e territórios. Também significava, no Direito Canônico, o retorno de um religioso ao “mundo”. Ao falar destes exemplos, Peter Berger prepara o terreno para apontar a existência tanto de um sentido descritivo e não valorativo da palavra “secularização”, como também de um sentido onde o conceito é revestido de uma alta carga de conotações valorativas - positivas ou negativas. Em espaços anticlericais e progressistas, o termo é usado como sinônimo de “libertação do homem moderno da tutela da religião”, enquanto que, nos espaços ligados às igrejas tradicionais, é utilizado no mesmo sentido que “descristianização” e “paganização” (Berger, p.142-143).

A secularização é um fenômeno global, de magnitude tal que sua origem não pode ser analisada a partir de uma única causa, e a forma como ela se manifesta nas sociedades modernas não é uniforme. Aliás, a utilização descuidada do conceito de secularização pode atrapalhar a análise pretendida: recorrer a ele a partir de uma dimensão prescritiva “o torna inútil para a teoria social”, já que não é viável medir o quanto de secularização há em uma determinada sociedade (Montero, 2006, p.48).

É possível compreender através de Berger a existência de perspectivas diversas pelas quais este fenômeno pode ser observado.

Por secularização entendemos o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos. Quando falamos

sobre a história ocidental moderna, a secularização manifesta-se na retirada das Igrejas cristãs de áreas que antes estavam sob seu controle ou influência: separação da Igreja e do Estado, expropriação das terras da Igreja, ou emancipação da educação do poder eclesiástico, por exemplo. Quando falamos em cultura e símbolos, todavia, afirmamos implicitamente que a secularização é mais que um processo socioestrutural. Ela afeta a totalidade da vida cultural e da ideação e pode ser observada no declínio dos conteúdos religiosos nas artes, na filosofia, na literatura e, sobretudo, na ascensão da ciência como uma perspectiva autônoma e inteiramente secular, do mundo (BERGER, 1985, p.144).

O autor considera ainda o lado subjetivo da secularização: assim como ela se dá na sociedade e na cultura, também seria observável na consciência, de onde conclui que “o Ocidente moderno tem produzido um número de indivíduos que encaram o mundo e suas próprias vidas sem o recurso às interpretações religiosas” (Berger, p.144).

Sobre a manifestação da secularização em um nível tão reduzido quanto o individual, Pierucci aponta a dificuldade em realizar uma mensuração deste fenômeno a partir da observação da vida das pessoas. Por isso, ao fazer a discussão sobre a secularização, os aspectos que envolvem a “secularização da vida” ficam em segundo plano, e ele toma como referência a “secularização do Estado”, no que tange seu ordenamento jurídico, pois considera isto como “um fato empírico mais acessível à mensuração e comparação” (2008, p.12). Também aponta que o grau de secularização presente em diferentes ordens da vida pode variar, mas que a secularização do Estado não pode sofrer dessa flutuação. Daí a sobreposição de relevância de um caminho analítico sobre o outro. Nesse sentido, e entendendo que a liberdade, para ser exercida, requer a existência de Estados laicos, o autor reforça a importância de que cientistas sociais e historiadores passem a incorporar a ideia de secularização do Estado como um componente crucial da conceituação histórico-social, tendo em vista que sua existência é indispensável à modernidade (idem).

Freston (2019) aponta no entanto que a teoria da secularização passa a ser fortemente questionada nos anos 1980. Pesquisadores, que antes tinham a Europa como exemplo normativo e os EUA como uma exceção que não chegava a invalidar a regra⁴, começam a adotar uma postura diferente nas décadas recentes: afastam-se parcialmente da teoria da secularização e

⁴ A vinculação religiosa é cada vez menor na Europa; um continente marcado pelo anticlericalismo, com uma população cada vez mais atea, de forma que a religião dificilmente teria forças para envolver a vida pública. Já nos EUA é possível observar o aumento da população filiada à alguma religião e do papel público da religião (Domingues, 2018, p.48). Mais adiante falaremos sobre como estes acontecimentos reconhecidos nos EUA ganham corpo na América Latina e em especial no Brasil.

passam a adotar o conceito de “modernidades múltiplas” (existem várias formas de ser moderno e a religião pode ser uma destas formas) - retornaremos a este conceito logo adiante. Essa mudança fez com que a Europa não fosse mais percebida como parâmetro, passando, em termos globais, à exceção no que se refere à secularidade de sua população e quanto à sua vida pública. Em linhas gerais, a relação entre religião e vida pública varia significativamente por todo mundo, bem como a relação entre religião e Estado. Apesar das variações locais, é possível compreender que a religião segue sendo relevante na vida política de diversos países.

Cabe citar aqui a tipologia construída pelo cientista político turco Ahmet Kuru⁵ e citada por Freston em “Evangelicals and the secular state in brazilian politics”. Ela sistematiza diferentes formas de relação entre Estado e religião, tais como: a) estados religiosos (como o Irã); b) estados com religião estabelecida (Inglaterra) ou com várias religiões estabelecidas ou oficiais (Indonésia); c) estados com “secularismo passivo ou plural”, ou seja, com uma neutralidade estatal que permite a visibilidade pública das religiões (EUA); d) estados com “secularismo agressivo ou combativo”, ou seja, que excluem as religiões da esfera pública (França e Turquia); e) estados anti-religião (Coreia do Norte) (Freston, 2019, p.112).

Diante desta construção, Freston destaca o fato de que estes três últimos exemplos (todos eles contendo Estados considerados seculares) contribuem para a percepção de que as análises precisam fugir da superficialidade e considerar sempre as diversas formas com que Estado e Religião podem se relacionar. Isso porque não há, para o autor, um modelo ideal de relação Estado/igreja; o que existe é uma evolução das realidades locais, que variam de acordo com as especificidades culturais, sociais e jurídicas de cada país. A força das tradições locais não desaparece com meras mudanças legais. Nesse sentido, pesquisadores têm chamado atenção para a diferença entre as relações entre igreja e Estado e as relações entre religião e política. Existem muitos países que não possuem igreja estabelecida, mas possuem uma vida política muito imbuída de valores e impulsos religiosos. Ainda assim, não haveria nada de anti-moderno, muito menos de anti-democrático, nisso (Freston, p.112).

Considerando especificamente a contribuição das religiões na construção do processo de secularização, e colocando em perspectiva o catolicismo e o protestantismo, tem-se que o segundo pode ser descrito como “uma imensa redução do âmbito do sagrado na realidade”, quando comparado com o primeiro. O sagrado do mundo católico era mediado por uma diversidade de canais, e esta mediação foi extinguida quase que por completo pelo protestantismo. Aprofundando nesse sentido, Peter Berger aponta que o protestantismo teria

⁵ Ver mais em “Secularism and State Policies toward Religion: the United States, France, and Turkey”, de Ahmet T. Kuru, 2009.

funcionado então como um momento preliminar decisivo para a secularização - “Um céu onde não há mais anjos está aberto à intervenção do astrônomo e, eventualmente, do astronauta” (Berger, p.151). Também influenciou na emergência da sociedade civil, marcada pela lógica secularizadora do próprio protestantismo - mais um aspecto do legado protestante ao paradigma da secularização. (Montero, 2006, p.48)

Faz-se necessário indicar aqui que, de forma geral, o processo de desenvolvimento do protestantismo também esteve intrinsecamente conectado a princípios como a liberdade religiosa, a tolerância religiosa, e o pluralismo religioso, assim como à ideia de um estado não confessional. A percepção dos protestantes radicais do século XVII sobre isso era direta: afirmavam que o Estado não deveria ser cristão. Estes atores eram reconhecidos por um comportamento significativamente tolerante em contextos políticos e civis, apesar de alguns adotarem uma postura intolerante quanto às controvérsias religiosas e na dinâmica interna da vida eclesiástica. Freston aponta que estas são características de um setor específico do protestantismo daquele período histórico, havendo também o setor que defendia a construção de uma “Nação Cristã”, com um Estado atuando na promoção de uma fé verdadeira e de uma moralidade verdadeira, e outro que sustentava uma posição apolítica, que rejeitava o Estado. O autor detecta no protestantismo brasileiro a existência dessas três percepções, que seguem lutando entre si (Freston, 2019, p.111).

Alertando sobre a importância de uma discussão conceitual do problema da secularização, principalmente no Brasil e na América latina, Pierucci aponta criticamente para os equívocos decorrentes da não consideração da secularização como algo dotado de sentidos, desde suas origens. A ausência de nitidez diante deste fato apontado por Pierucci parece incidir de forma negativa nas discussões sobre o tema, fazendo com que a atenção não esteja voltada para aquilo que lhe é fundamental (Pierucci, 1997, p.1).

O termo pós-secular, por exemplo, começa a ser usado no início da década de 1990, na Itália, e estaria vinculado a uma proposta de reformulação “das teorias sociológicas da religião, uma vez que elas seriam tributárias do doutrinário da teoria weberiana da secularização”⁶ (1997, p.02). Pierucci aponta que a religião ganha força novamente, num contexto de crise da modernidade, e em paralelo, surgem demandas por uma nova sociologia da religião - uma que

⁶ New Religious Movements (NRMs) - agrupamento, sob este nome, da proliferação de diversas formas de vida religiosa; “multiplicidade crescente de manifestações e formações religiosas extra-eclesiais, paraeclesiais e não eclesiais que as sociedades modernas do Ocidente têm visto surgir e proliferar a partir dos anos 1970. Pierucci formula a partir dos elementos disponíveis na época (final dos anos 90) que o principal fundamento dos “defensores” dos “fenômenos de dessecularização” seriam na verdade “cultos” e “seitas”.

pudesse estabelecer com seu objeto uma relação menos injusta, com menos preconceito com o sagrado (1997, p.03). A sociologia elaborada por Weber teria constatado “o retraimento da religião na razão direta do avanço da modernização capitalista” (idem), de forma que as análises construídas por uma intelectualidade que se considera dentro de uma sociedade pós-secular caminhariam para construir também uma sociologia da religião pós-weberiana.

O que se verifica é que, enquanto Weber estabelece uma conexão direta entre secularização e modernização, as três últimas décadas do século XX - as mais secularizadas de todos os tempos - viram desenrolar processos de revitalização, expansão e multiplicação consideráveis das religiões. Estes processos são chamados por alguns especialistas de “fenômenos de dessecularização”: “quase palpável em escala global o novo e heterogêneo ‘despertar religioso’ ou que outro nome se lhe dê, a saber, *revival*, reavivamento, revitalização religiosa, *risveglio religioso*, *le retour du sacré*, mobilização religiosa” (idem).

Apesar disso, o cuidado com que Weber se debruçou sobre a multiplicidade de modos de viver religiosamente é um marco incontestado, que permitiu pôr em evidência a interface entre racionalização religiosa e racionalização legal. Pierucci considera que é esta a contribuição mais valiosa que Weber oferece à tese da secularização, pois:

A racionalização religiosa, que desencadeia, desdobra e acompanha no Ocidente o desencantamento do mundo, implica ou supõe, embora não se identifique com, a racionalização jurídica, que de seu lado perfaz o desencantamento da lei, a dessacralização do direito, e põe de pé o moderno Estado laico como *domínio da lei*. (PIERUCCI, 1997, p.06-07; grifo do autor).

Weber agrega o adjetivo religioso ao falar de desencantamento - “desencantamento religioso do mundo”. A palavra secularização não é associada à “religião”, justamente por indicar o abandono da religião e a emancipação quanto a ela. Pierucci aponta que o ensaio sobre seitas desenvolvido por Weber trata justamente disso quando aborda a questão do processo de secularização, principalmente no que se refere às seitas protestantes norte-americanas de seu tempo: estas seitas passaram a adotar procedimentos internos verificados anteriormente em clubes e associações voluntárias, cujo fundamento e motivação eram garantidas pela secularidade; exemplo disso era o uso de votação para decidir sobre a inclusão ou não de um novo membro (Pierucci, 1997, p.9).

Em síntese, o reconhecimento da secularização do Estado como a efetiva emancipação e conquista humana é, em Weber, um dado da modernidade (Pierucci, 1997, p.07). Faremos agora algumas considerações sobre ela.

1.1.3 Sobre a modernidade

Maria das Dores Machado evoca a centralidade da noção de “modernidades múltiplas” na compreensão do debate sobre a relação entre sociedade/Estado na modernidade. Tal noção é elaborada e definida por Eisenstadt, sob o argumento de que enxergar o mundo contemporâneo como uma “história contínua de constituição e reconstituição de uma multiplicidade de programas culturais” (Eisenstadt, 2001, p.140) seria o melhor caminho para sua compreensão, bem como para a própria explicação da história da modernidade (idem). De acordo com a autora, a noção tem contribuído para que as correntes teóricas façam uma revisão daquele caráter normativo conferido à experiência europeia de modernização, bem como ao de excepcionalidade dado à experiência estadunidense. A consideração de “modernidades múltiplas” tem contribuído também para a construção de análises mais refinadas sobre a participação de grupos religiosos na esfera pública – em especial, sobre a possível ameaça que esta participação poderia representar à democracia liberal. Há evidência de que Eisenstadt posiciona a discussão sobre modernidade a partir da luta travada pelos coletivos no debate público, considerando-a dentro de um contexto de intensa globalização. A partir daí ele elabora a percepção de que grupos e movimentos tendem a tomar o discurso da modernidade em termos forjados por eles próprios, se apropriando e redefinindo questões (Machado, 2002, p.30). Este processo se desenvolve ao mesmo tempo em que:

(...) estão a provocar um reposicionamento das principais arenas de contestação em que são moldadas novas formas de modernidade, distanciando-se do fórum tradicional do estado-nação em direção a novas áreas em que diferentes movimentos e sociedades interagem continuamente (EISENSTADT, 2001, p.157).

Machado aponta ainda que José Casanova segue sentido semelhante ao sustentar em sua produção recente a ideia de que existem múltiplas secularizações no Ocidente, da mesma forma como existem múltiplas modernidades, e que a aceitação deste pressuposto conduziria à necessidade de se realizar um análise crítica sobre os “diversos padrões de diferenciação e fusão das religiões com o secular” (Casanova, 2008, p.104). Diante dos propósitos que guiam esta pesquisa, cabe destacar a constatação que Casanova faz logo em seguida. O autor argumenta que nas áreas anglo-protestantes e calvinistas, em especial naquelas encontradas nos Estados Unidos, foi estabelecida uma relação muito próxima entre a religião e as esferas de diferenciação seculares, havendo poucas evidências históricas sobre tensões entre ciência e

religião naquele país. Ao mesmo tempo é raro encontrar ali movimentos sociais progressistas evocando valores secularistas, sendo mais comum o apelo aos valores cristãos - comuns tanto na história de seus movimentos sociais quanto no discurso de presidentes (p.105).

A autora ainda relaciona a categoria desenvolvida por Eisenstadt à Paul Freston (2010), que recorre a ela para tratar do fenômeno de transição dos católicos e protestantes na América Latina, ressaltando as particularidades do processo de autonomização das esferas no continente. Para Machado, uma perspectiva como esta adotada por Freston é valiosa aos esforços acadêmicos que buscam estudar a forma como se articulam religião e política no Brasil - ela aponta como esta articulação emerge em função da forma como liberalismo se desenvolveu por aqui, mas destaca principalmente os resultados decorrentes dos enfrentamentos travados no campo da produção de políticas públicas, “envolvendo feministas, gays, e líderes religiosos católicos e pentecostais” (p.30-31).

Como na maior parte da América Latina, a modernidade e o liberalismo político na sociedade brasileira resultaram de uma combinação à primeira vista paradoxal dos valores igualitários de matriz européia com os princípios hierárquicos destinados a garantir a exclusão social e política de grande parcela da população nacional, contribuindo para a formação de um fenômeno que manteve o terreno fértil para a intervenção das instituições religiosas na esfera pública (MACHADO, p.31).

Diante do acúmulo construído acima sobre os temas da religiosidade, secularidade e modernidade, num viés pertinente a esta pesquisa, cabe introduzir ainda alguns comentários elaborados por Cecília Mariz (2017), que serão aplicados aqui numa tentativa de sintetizar estes três temas e preparar o terreno para as considerações seguintes deste capítulo.

A autora observa, a partir de considerações feitas sobre a relação entre modernidade e religião na América latina, que “a modernidade tem sido relacionada à convivência de uma multiplicidade de valores, significados e também identidades religiosas, cosmovisões variadas e projetos diversos”, de forma que, ao observá-la - do ponto de vista da atribuição de sentido ao direcionamento da vida pessoal e política - é necessário que se leve em conta mais do que os aspectos de secularização e desencantamento (p.78). No que se refere à experiência católica em particular, Mariz aponta que

As sociedades que são consideradas modernas em geral convivem com religiões universais e éticas e esse tipo de religião não pode deixar de tentar interferir na política e no Estado pois são forçadas a isso para defender seus princípios éticos considerados

válidos para toda a humanidade. Países europeus considerados modernos, como a Alemanha e os Países Baixos, possuem partidos que se identificam como cristãos e esses são forças políticas importantes (MARIZ, 2017, p.78-79).

Nesse sentido, o voto conferido às candidaturas que seguem uma linha ético-religiosa não equivale à defesa de um Estado gerido por uma religião específica. Assim como também são diferentes entre si o tipo de relação entre religião e política dos contextos pré-modernos e as que existem atualmente, onde grupos religiosos entram em disputas com outros grupos religiosos e seculares. Este cenário carrega o traço da modernidade porque é construído a partir de regras racionais legais, e também pelo fato dos grupos defenderem projetos universais, à primeira vista (p.79).

Nas eleições atuais, nenhum grupo religioso se coloca com projeto de dominar o Estado. Em suas campanhas e em atuação quando eleitos esses políticos, tal como os demais, apelam por valores éticos que consideram universais e que tentam defender racionalmente. Portanto, a opção de uma luta política via eleição é uma prática mais moderna do que a usualmente adotada pela igreja católica de influenciar as instituições a partir de diálogos e trocas entre autoridades eclesiais e governamentais (MARIZ, 2017, p.79).

Em suma, a modernidade não atua no sentido de extinguir a religião, nem a empurra totalmente para o espaço da vida privada - o que implicaria no abandono de um projeto ético e social.

A modernidade não consegue impedir a imbricação entre religião e política, e nem nos países mais seculares, como os europeus. A porosidade entre religião e política é inevitável. A política, como a economia e outras esferas da vida social, perpassam a vida religiosa e a religião em princípio sempre tentará que essas dimensões se submetam aos seus projetos e valores (MARIZ, 2017, p.79-80).

É mais plausível então pensar que existe uma inevitabilidade da religião manter-se distante da política, nos casos em que ela é orientada por princípios que prezam pela igualdade e justiça social. E ao mesmo tempo, ela segue sendo “uma das várias identidades possíveis de se adotar em várias sociedades modernas, representando grupos de interesses” (p.79).

1.2 Esfera pública e religião

Dentre as grandes novidades no campo da atuação pública religiosa está a substituição do protagonismo católico pelo evangélico (Guadalupe, 2020). Fato é que a Igreja Católica não carrega mais o título de responsável pela organização do mundo público como outrora, mas é interessante pontuar sua relevância para a constituição da esfera pública no Brasil, como indica Paula Montero (2006, p.64).

Disputas por legitimidade e reconhecimento são feitas por grupos cristãos não-católicos desde a chegada dos primeiros missionários no continente, em meados do século XIX. A incursão da igreja evangélica em espaços públicos começa com essas disputas, que envolvem por exemplo as lutas pela liberdade de culto, o processo de separação Igreja-Estado, e a construção do modelo de educação secular. Sua entrada na política partidária se realizou por completo cerca de um século depois, nos anos de 1980, em toda a América Latina. A construção de uma nova postura em relação à política é marcada pela participação aberta de igrejas evangélicas nos processos eleitorais, com partidos e candidatos oficiais e com representantes não-oficiais (Guadalupe, p.58).

Partindo de uma pretensa superioridade moral e de um inegável crescimento de adeptos, as instituições evangélicas lançam-se na construção de novas estratégias de ocupação do poder político e interferência nas discussões públicas. Consideram-se inegavelmente capazes e divinamente imbuídas da construção do bem comum, e a partir dessas convicções, buscam desempenhar um papel mais ativo na construção de políticas públicas. Essa reivindicação envolve, conseqüentemente, uma discussão sobre as diferentes perspectivas com que as instituições laicas e religiosas compreendem o sentido de “bem comum”, onde “cada uma delas aciona sentidos divergentes sobre o caráter laico do Estado” (Camurça, 2020, p.87). Enquanto os setores seculares colocam a autonomia pedagógica, científica e jurídico-normativa como imprescindíveis à construção do bem público, evocando o caráter laico do Estado brasileiro, os setores evangélicos defendem que ser laico não equivale a ser ateu, e a partir daí justificam a presença de valores religiosos influenciando nas decisões do Estado em relação à sociedade – um pleito que também é reforçado pelos católicos tradicionais. Estes grupos acreditam que, por serem maioria dentre as representações religiosas, possuem legitimidade para moldar a moralidade pública e redefinir a partir dela aspectos da estrutura jurídico-normativa do Estado (p.88).

A moralidade pública, no sentido elaborado por José Casanova, é o campo onde os

evangélicos pentecostais avançam em sentido de disputa porque possuem um conservadorismo ativo, que se empenha em fazer de seus valores morais algo basilar da “ordem legal do país”. O tradicionalismo com o qual se filiam não versa sobre uma resistência às mudanças no mundo ao redor, mas sobre uma reformulação desse mundo de acordo com seus princípios bíblicos; a relação dos católicos com a tradição os coloca em sintonia com o que os autores chamam de conservadorismo reativo (Camurça, 2020; Almeida, 2017).

Sobre o conceito de conservadorismo propriamente cabe evocar De la Torre, para indicar que não devemos falar dele como se fosse algo unitário e a-histórico. Pelo contrário, é preciso que compreendamos seu sentido a partir da amplitude dos processos discursivos em que ele se inscreve.

Neste sentido, o objetivo é dar conta da maneira como o conservadorismo (no singular) foi representado por diferentes atores (plural). Não existe um bloco conservador (como algumas teorias da conspiração anunciam), mas é capaz de se entrincheirar ou de estabelecer alianças (inclusive com movimentos religiosos doutrinariamente opostos ou antagônicos em termos políticos) para combater a ameaça de mudança representada por um “outro ameaçador” (DE LA TORRE, 2020, p.02).

Apesar do tipo de moralismo que este ativismo mobiliza e articula, é importante apontar que, observando os mecanismos adotados e as consequências observadas até o momento, não é possível falar na existência de uma ameaça teocrática ou fundamentalista:

...pois a despeito de seu explícito conservadorismo moral-social, elas cultivam uma concepção de Estado e de política republicana, ainda que como referência formal. Elas atuam nos partidos existentes, formam bancadas, fazem lobby, participam de comissões parlamentares, organizam marchas, manifestações, estabelecem alianças com outros atores políticos conservadores. Tudo isto para infundir, dentro do formato político-republicano que baliza sua conduta pública, valores religiosos conservadores, devidamente moldados ao procedimento parlamentar e (até agora) de acato às instituições gerais do Estado (CAMURÇA, 2020, p.88).

É a partir desta demarcação que trataremos mais à frente sobre alguns elementos de suma importância quanto a participação dos evangélicos na política brasileira.

1.3 Presença da religião na formação do Estado brasileiro

Não são raros os discursos que conectam o avanço da atuação política evangélica com uma ameaça à laicidade do Estado brasileiro. Não há aqui a pretensão de diminuir os problemas existentes no uso do discurso religioso para a mobilização de uma opinião pública moralista e orientada para a defesa de políticas públicas conservadoras. Pelo contrário, a pesquisa parte da constatação do recrudescimento do ativismo evangélico forjado nesses moldes, e da urgente atenção que ele demanda de uma ciência como a Sociologia. Sendo assim, é imprescindível abordar a relação entre as religiões e o Estado em profundidade.

Ronaldo de Almeida observa, no importante artigo “A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo”, que a difusão da ideia de “ameaça à laicidade” está agregada à equivocada ideia de que temos hoje um Estado com pouca influência por parte das religiões, no que se refere à ordem pública. O autor considera que a profundidade histórica, cultural e jurídica com que a Igreja Católica atuou no espaço público brasileiro fez com que sua presença ficasse, de certa forma, invisibilizada - uma presença tão naturalizada ao ponto de não causar o estranhamento que a presença evangélica parece causar atualmente.

Almeida aponta ainda que “a presença das religiões nos poderes da República são expressões de alguns deslocamentos da estrutura social brasileira” (p.7). Em sentido similar, Mariano indica que importantes estudos elaborados na década de 1960 sobre pentecostalismo na América Latina também consideravam a relevância das transformações sociais, econômicas e culturais desenhadas a partir de 1930 - industrialização, urbanização, migração do campo para a cidade, e indivíduos buscando construir relações em um contexto conturbado e instável.

O pentecostalismo aparece, nessas análises, como resposta à anomia, por recriar modalidades de contato primário preexistentes na sociedade tradicional, firmar laços de solidariedade entre os irmãos de fé, incentivar o auxílio mútuo nos planos material e espiritual, promover a participação do fiel nos cultos, reorientar sua conduta, seus valores e sua visão do mundo conforme os estritos preceitos bíblicos pregados por sua comunidade (...) (ALMEIDA, 2011, p.13).

Christina Queiroz considera que para compreender o processo de expansão das igrejas evangélicas e sua crescente influência nas esferas pública e política, é preciso analisar antes alguns aspectos da relação do Estado brasileiro com a Igreja católica. Ela aponta como caminho a elaboração de análises comparativas para evidenciar as diferenças existentes nas relações

entre ambos os segmentos cristãos para com o Estado. Um exemplo pinçado por Queiroz foi a responsabilidade sobre as atividades de registro civil (nascimentos, casamentos e mortes) e sobre o gerenciamento de equipamentos públicos (cemitérios, hospitais e escolas). Estas atividades, inicialmente executadas pela Igreja católica, passam à responsabilidade de organizações públicas com a separação oficial entre Estado e Igreja (com a Constituição de 1891) - um momento importante do processo de secularização, aprofundado na Constituição de 1988.

Paula Montero sintetiza o entrelaçamento do religioso com o secular (na figura do Estado) ao elaborar que “uma das dimensões históricas fundamentais da conformação das práticas religiosas no Brasil diz respeito ao processo de constituição do Estado republicano e às leis penais e sanitárias que visavam disciplinar o espaço público” (p.51). A autora aponta também que a valorização do pluralismo religioso serviu de estímulo para que diferentes doutrinas, como a evangélica, buscassem ampliar sua presença e seu reconhecimento na sociedade.

A instauração de um Estado secular produziu ao mesmo tempo um espaço civil e novas religiões. A demarcação das fronteiras religiosas foi resultado de um processo histórico de diferenciação dos consensos produzidos a cada momento. O pluralismo religioso, convencionalmente compreendido como tolerância com a diversidade de cultos e com respeito à liberdade de consciência, se constituiu às avessas no Brasil: não foi fundamento do Estado moderno (MONTERO, 2006,p.63).

Podemos fazer um paralelo da questão do pluralismo trazida por Montero com o que Freston (2019) apresenta quanto a isso. Este autor indica que, ao contrário do que aconteceu em muitas outras sociedades, o pluralismo religioso brasileiro é fruto de processos internos - nasceu e desenvolveu-se a partir de dinâmicas internas, não tendo sido motivado pela vinda de imigrantes, por exemplo. Outro aspecto específico da formação desse pluralismo é a participação da sociedade civil, principalmente aquelas parcelas organizadas das camadas mais empobrecidas da população.

O antigo Cristianismo Católico estabelecido no período colonial foi transformado pelo voluntarismo protestante, sem que para isso acontecesse uma reforma protestante de proporções nacionais como se deu na Europa. Sendo assim, o novo pluralismo religioso, tal qual verificado no Brasil, é resultante de uma conversão, e não de deslocamentos populacionais ou de processos secularizantes - “o antigo modelo sincrético-hierárquico do campo religioso cedeu ao modelo pluralístico-competitivo” (FRESTON, 2019, 113).

O autor aponta em tom conclusivo que o pluralismo instalado na América Latina é multidimensional, e é composto não apenas pela existência de uma multiplicidade de igrejas ou pelo reconhecimento público dado a elas (o que pode ser observado quando um governo passa a se referir a “igrejas”, usando o plural, para falar da religiosidade institucionalizada em seu país). Esta multiplicidade se verifica principalmente na diversidade de modelos de igreja e de seus modelos organizacionais - “As igrejas cristãs que se multiplicam não estão multiplicando o modelo católico, mas multiplicando os modelos eclesiásticos. Pluralizam-se também os espaços religiosos e as vozes que reivindicam a autoridade de falar em nome da fé cristã” (Freston, 2010 p.28).

Machado (2012) aponta a pertinência das transformações que o Estado brasileiro passa em suas bases jurídicas e políticas com o advento da Constituição Republicana de 1891. Esta Constituição, que teria seguido um modelo norte-americano, promoveu a secularização de espaços públicos (como cemitérios), a instituição do casamento civil e do ensino leigo, a liberdade de culto, e a associação religiosa como direito fundamental - como citado em Queiroz há pouco. Esta transformação foi parte, não o fim, de um processo de autonomização das esferas política e religiosa. A Constituição de 1934 traz outras inovações: de influência alemã, incorpora a possibilidade de colaboração entre estas duas esferas, além de introduzir feriados religiosos, reconhecimento de efeito civil de casamentos religiosos, permissão da manutenção de cemitérios particulares, o ensino de disciplina religiosa em escolas, e o serviço militar facultado a eclesiásticos (Machado, 2012, p.43).

Por fim, recorremos a algumas considerações elaboradas por Emerson Giumbelli, presentes no artigo “A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil”, onde existe uma nítida busca pela compreensão acerca da presença legitimada da religião no espaço público brasileiro. O autor constata inicialmente que alguns segmentos (católicos, espíritas, afro-brasileiros, evangélicos) foram acolhidos no espaço público a partir de determinadas formas de reconhecimento da religião, garantidas através de “dispositivos jurídicos que implicam o aparato e o poder de Estado e que envolvem algum grau de legitimidade social” (Giumbelli, 2008, p.80). Para reforçar este entendimento, Giumbelli é assertivo ao indicar como a existência de formas de presença da religião no espaço público foram forjadas não em oposição ao processo de secularização, mas em seu interior, num certo sentido; ou seja “Foi do interior da ordem jurídica encimada por um Estado comprometido com os princípios da laicidade que certas formas de presença da religião ocorreram” (p.80-81). O autor também reforça a importância de se considerar, nas análises pretendidas sobre o tema, a ininterrupta vitalidade do campo religioso brasileiro, abarcando ao máximo possível toda sua complexidade.

Isso porque, quando manifestada em determinadas dimensões, esta vitalidade só é verificada a partir de um diálogo com os mecanismos de reconhecimento elaborados pela forma de presença que a religião apresentou. Não considerar essas particularidades atrapalharia a compreensão dos vetores de historicidade que atravessam a formação de qualquer campo religioso (p.81).

A discussão sobre laicidade no Brasil remete ao período de fundação da República, quando é estabelecido oficialmente o princípio da separação entre Estado e igrejas. A amplitude do projeto de laicização que toma corpo neste momento coloca o Brasil no mesmo patamar, ou mesmo à frente, de outros países que já estavam comprometidos com tal princípio a mais tempo.

...rompe-se com o arranjo que oficializava e mantinha a Igreja Católica; o ensino é declarado leigo, os registros civis deixam de ser eclesiásticos, o casamento torna-se civil, os cemitérios são secularizados; ao mesmo tempo, incorporam-se os princípios da liberdade religiosa e da igualdade dos grupos confessionais, o que daria legitimidade ao pluralismo espiritual (GIUMBELLI, 2008, p.81-82).

Giumbelli destaca o papel crucial desempenhado pela Igreja Católica no novo regime de relações entre Estado e Religião no país. Ela apresentou-se como contrária à separação, porém, posteriormente, foi a favor do princípio da liberdade religiosa. Inicia-se daí uma intensa discussão visando a definição da autonomia jurídica das associações religiosas.

De fato, construiu-se um fundamento jurídico para conferir personalidade aos coletivos religiosos, o que significava reconhecer sua existência e ação legais em várias esferas, sem nenhuma restrição específica aos seus atos civis. A liberdade é reforçada pela ausência de uma figura jurídica específica (...) (p.83).

A lei de 1893 que procurava dar autonomia e personalidade, também falava de proibição de fins “ilícitos” e “imorais”. Tal determinação carregava a ideia subjacente de que os coletivos religiosos conseguiriam construir uma auto-regulação, mantendo-se dentro dos limites da moralidade vigente (p.83).

Outra discussão relevante quanto ao reconhecimento estatal do religioso no Brasil tem a ver com a forma como o Código Penal do início do século abordava a questão da religião. Por exemplo, o artigo 157, no início da República, criminalizava a prática de “espiritismo”, “magia” e “curandeirismo”- juntamente com regulamentações sanitárias e policiais, este dispositivo jurídico pesou principalmente sobre os cultos de origem africanas, “identificados como claramente “mágicos”, em um sentido que se traduzia em “selvageria” e “feitiçaria” (p.84). Os

espíritas kardecistas se colocaram em oposição a este quadro, argumentando que suas práticas mediúnicas estariam enquadradas na categoria de “caridade”. Tal enquadramento foi fundamental para a construção da noção de “religião” perante o Estado brasileiro.

A legitimação destas práticas terapêuticas ocorreu concomitantemente com a aproximação de instituições espíritas com o Estado por meio da atuação no campo da assistência social - algo que se verificava, com maior intensidade, com a Igreja Católica. E é através desse gancho que chegamos até os evangélicos. A atuação de religiosos na assistência social tem sido protagonizada por evangélicos há décadas, seja através de suas igrejas ou mesmo na execução de políticas públicas construídas em parceria com órgãos governamentais. Os evangélicos compõem um segmento religioso que conseguiu despontar na recente abertura conferida à participação da sociedade civil nessa área (p.90).

Giumbelli aponta conclusivamente que não devemos incorrer em problematizar o espaço público sem considerar as condições dos atores que atuam na dinâmica da sociedade em questão. O autor considera que, em última instância, ainda “estamos às voltas com o argumento da secularização e suas expectativas para a relação entre religião e espaço público.” (Giumbelli, 2008, p.97).

2 ASCENSÃO EVANGÉLICA NA POLÍTICA

2.1 Contexto latino-americano

Partimos da ciência de que a participação política de pessoas vinculadas à alguma denominação evangélica não constitui, por si só, uma novidade. Num contexto global onde grupos religiosos estão relacionados com a expansão de partidos e de movimentos conservadores, fortalecendo as estruturas de uma Nova Direita em todo o mundo, a América Latina é atravessada por este fenômeno a partir de suas peculiaridades. Pretendemos apontar a seguir como os evangélicos estão inseridos no cenário aqui desenhado.

Quais processos históricos podem ter ensejado o cenário que temos hoje? Do que é composto este cenário? Quais os traços da presença religiosa na política no continente? Não conseguiremos apresentar uma descrição completa da relação entre religião e política no continente, mas buscamos mobilizar parte da literatura especializada e, em diálogo com ela, posicionar os elementos do cenário sociopolítico brasileiro num contexto mais amplo.

Brenda Carranza, diante da constatação de uma erosão democrática em curso na América Latina, conjugada com a ascensão política de evangélicos-pentecostais, põe-se a perguntar sobre o papel desempenhado pelo fator religioso nesse processo. Imbuída de questionamentos similares, a presente pesquisa lança o olhar sobre a atuação de atores evangélicos na arena política atual, buscando compreender o que esta atuação traz consigo. Sabe-se que a participação política de evangélicos não é um fenômeno novo, muito menos recente. Por isso, e diante dos traços conservadores com os quais estão regularmente sintonizados, cabe perscrutar aqui se e como os processos de crise democrática, tal como aparecem no contexto latino americano hoje, contam com a contribuição deste segmento religioso em específico. Para tanto, recorreremos à literatura especializada e trazemos neste capítulo uma breve descrição da ascensão evangélica na política, começando pela consideração do contexto da região na qual o Brasil está inserido.

José Luis Pérez Guadalupe inicia seu artigo intitulado “Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana”, apontando quão complexa é a tarefa de analisar a relação entre a questão religiosa e o fator político numa região tão plural quanto a América Latina. Para conseguir avançar em seus propósitos analíticos, o autor estabelece como escopo a relação entre política e religião a partir da incursão evangélica na política partidária, percebida

por ele em praticamente todos os países do continente.

Guadalupe acredita que, no que tange ao cenário sociopolítico latino-americano das últimas décadas, a grande novidade não reside na existência de uma relação entre política e religião, pois ela sempre existiu (se desenvolvendo de formas distintas em cada país, mas conectadas todas originalmente pela participação da Igreja Católica desde o início da presença ibérica). A novidade estaria na substituição dos católicos experientes pelos evangélicos - os “novos cristãos” - nessa relação.

Os evangélicos, na prática, são os novos atores religiosos da política latino-americana, e isso ocorre porque certos líderes evangélicos pretendem estender sua militância religiosa à esfera pública e converter o seu ‘capital religioso’ em um rentável “capital político”. (GUADALUPE, 2020, p.19)

Guadalupe nos mostra através desta estruturação que os evangélicos latino-americanos “deixaram de se perguntar se deveriam ou não participar da política, e passaram a se perguntar de que maneira deveriam fazer isso e em quem deveriam votar” (p.19). Essa “nova incursão política dos evangélicos” na América Latina não pode ser justificada apenas pelo aumento percentual da população. Através de Guadalupe podemos pensar que o novo cenário político e seus protagonistas são produtos de fatores que, articulados, fizeram com que os evangélicos estivessem mais propensos a entrar na arena política - e tais fatores não podem ser considerados isoladamente; nenhum deles teria sido a razão única pela qual os evangélicos conseguiram promover o sucesso eleitoral verificado até o momento.

A própria guinada para uma participação mais ativa - associada por diversos estudos ao momento histórico de transição democrática da década de 1980 - não começa com vitórias estrondosas. Pelo contrário, este período foi marcado por fracassos eleitorais e pela efemeridade dos movimentos e partidos criados pelo segmento cristão em toda a América Latina. O aumento do apoio de fiéis passa a ser verificado nos resultados das urnas quando os evangélicos colocam no centro de seu discurso público a “agenda moral”, sobre a qual falaremos mais adiante.

De início, a entrada nas disputas políticas (legislativas principalmente) deu-se a partir do consenso construído entre os evangélicos sobre dois objetivos: proteger as realizações conquistadas no campo da liberdade religiosa nas últimas décadas e alcançar uma paridade em termos de reconhecimento social e legal em relação à Igreja Católica, podendo assim desfrutar dos mesmos “privilégios” que esta tinha. Guadalupe compreende que, mais do que lutar pela liberdade religiosa, os grupos evangélicos que adentravam a arena política buscavam também

construir um caminho para a “igualdade religiosa”.

A atuação política dos evangélicos atualmente estaria direcionada para a produção de políticas (com atenção particular àquelas envolvendo temas do campo da educação, saúde e família), construídas e viabilizadas por seus congressistas, pelas “bancadas evangélicas” existentes em níveis locais ou nacionais, pelos “grupos de pressão” ou pelo “clientelismo eleitoral com os governantes da vez.” (Guadalupe, p.20). Nesse sentido, o autor traz uma comparação muito pertinente sobre a mudança de motivação da participação evangélica na política: se na década de 80 este grupo se mobiliza politicamente em reação à uma ameaça à liberdade religiosa, algo que eles supunham estar sendo orquestrado pela Igreja Católica, atualmente eles recorrem a estes “rivais religiosos” para estabelecer alianças políticas, e assim angariar força para implementarem as agendas de fundo moral e políticas comuns.

De acordo com Oro e Semán (2000), a hegemonia religiosa do catolicismo na América Latina⁷ começa com o processo de colonização empreendido por portugueses e espanhóis e perdura por muito tempo, sendo afetada em algum grau apenas no século XIX, quando protestantes vindos da Europa (ingleses, alemães e holandeses principalmente) e dos Estados Unidos chegam à região, onde encontram algumas condições específicas para o acolhimento do Pentecostalismo. Os autores apontam que já havia um campo “cristão não-católico” aberto por igrejas luteranas, metodistas, presbiterianas e batistas, coexistindo com a presença de movimentos messiânicos e de práticas e crenças populares (p.606).

Na Argentina, assim como no Brasil, o pentecostalismo foi se consolidando em ondas. De início, alcançaram basicamente classes empobrecidas, cidades pequenas e alguns imigrantes. A partir da década de 1940, algumas lideranças começaram a identificar o aumento de fiéis em busca de intervenção divina para a satisfação de suas necessidades imediatas - cura divina, por exemplo. Neste cenário deu-se também o crescimento de igrejas pentecostais com atuação mais nacionalizada. Os conflitos entre o regime Peronista e a Igreja Católica durante a década seguinte contribuíram para a realização do primeiro evento de evangelização em massa. O sucesso decorrente deste acontecimento fez com que as lideranças pentecostais decidissem fazer uso de pregações baseadas na cura divina. Fez também com que os pentecostais estabelecessem um lugar dentro dos grupos evangélicos nacionais. A evolução desse processo segue, com o pentecostalismo se fazendo presente na vida das pessoas através novas práticas

⁷ É necessário deixar registrado que o crescimento protestante não se configura como uma particularidade da América latina. O fenômeno também é verificado na África subsaariana, no Pacífico, em países asiáticos (como Coreia do Sul, Filipinas e Cingapura), entre minorias étnicas da Índia, na Indonésia e na China. Freston traça a previsão de que “se continuar o crescimento chinês (o que ninguém garante), será o fator mais transformador do cristianismo no século XXI”(Freston, 2010, p.15).

(que davam conta de questões como saúde, trabalho, relações pessoais), se expandindo para as grandes cidades, e ensejando o surgimento de instituições neopentecostais diversas como “Ondas de Amor y Paz”, “Mensaje de Salvación” e “Visión de Futuro”; alcançam assim uma parcela negligenciada da sociedade, da classe média e da juventude. (p.608).

No Uruguai, o pentecostalismo se inicia com a chegada de missionários norte-americanos na década de 1930. O desenvolvimento dessa presença conduz também a uma sobreposição quanto aos outros grupos que compõem o protestantismo. É importante indicar no entanto que, em comparação com os outros países do Cone Sul, o Uruguai apresenta um pentecostalismo menos forte. Sobre as relações estabelecidas com grupos evangélicos de outros países da região, pesquisadores destacam a influência exercida pelas igrejas brasileiras e argentinas. Quanto à influência advinda do Brasil, os autores trazem o exemplo da “Deus é Amor”, igreja inaugurada em 1986, em Montevideo; cinco anos depois havia 59 delas, apenas na capital. A presença de igrejas neopentecostais argentinas e brasileiras acabou por forjar um traço conflituoso no pentecostalismo uruguaio, ao mesmo tempo em que estimulou o reavivamento dele.

São muitas as formas como o pentecostalismo se desenvolveu na América Latina, e nos países do Cone Sul, como apontam os autores. Também são diversas as formas como o ativismo político⁸ deste segmento se manifesta. No geral, o pentecostalismo foi relacionado à imobilidade política, e também foi acusado de possuir afinidades com interesses imperialistas e com poderes conservadores. Os autores indicam que no Brasil, Chile e Argentina - países da região onde o pentecostalismo mais se expandiu - este segmento é retratado como uma ameaça à democracia e ao pluralismo cultural.

Buscando esmiuçar mais um pouco, retornamos à Guadalupe para uma descrição sobre as especificidades de Uruguai, México e Brasil, considerados pelo autor como “atípicos”. Esta consideração faz com que possamos compreender a impossibilidade de partir da “excentricidade” desses três países para analisar a realidade religiosa da América Latina como um todo, “pois esses países apresentam uma experiência particular e diferenciada dos demais países do continente.”

Para Guadalupe, o já citado Uruguai figura como um caso destacado por ter sido o pioneiro, dentre os países latino-americanos, a promover a separação oficial entre Estado e

⁸ O conceito “ativismo político” será evocado na presente pesquisa em sentido equivalente ao elaborado por Brenda Carranza, sendo compreendido como uma “intensa articulação entre estratégias eleitorais, negociação de interesses corporativos, marketing político, diversidade de coalizões partidárias e um apelo teológico e pastoral em suas bases religiosas.” (Carranza, 2020).

Igreja, mantendo-se laico ao longo de sua história e com uma população marcada pelo esclarecimento secular e pela pluralidade. É também o único da região onde, endemicamente, o percentual de pessoas sem filiação religiosa é maior que o de evangélicos. Ali também diminuiu o número de católicos, mas ao contrário do que se verifica nos outros países da América Latina, essa redução aconteceu pelo aumento do número de pessoas sem filiação religiosa - atualmente, o maior grupo religioso é o católico, porém Guadalupe indica uma tendência à perda desse lugar para os “sem filiação religiosa” em alguns poucos anos.

O México também figura entre os casos atípicos na região. O Estado mexicano e a Igreja Católica no país não firmaram compromissos ou apoios. Existe ali uma laicidade constatada formalmente e historicamente, e que coexiste com uma população majoritariamente e profundamente religiosa (com destaque para os católicos). O crescimento de evangélicos no país é considerado baixo pelo autor, principalmente quando comparado com aquele verificado na América Central. Cabe neste momento retornar à Carranza (2020) para trazer alguns elementos sobre o cenário sociopolítico mais recente no México, descrito a partir da eleição de Antonio Manuel López Obrador para a presidência, em 2018. De acordo com a autora, López Obrador foi eleito com forte apoio evangélico-pentecostal, apresentando-se como um candidato *antiestablishment*, invocando um discurso partiótico e moralista, proferido como uma pregação religiosa, através do qual desqualifica seus adversários políticos (p.10-11).

Já o Brasil carrega a marca de ser um país profundamente religioso, com uma grande diversidade religiosa. Essas características criam um ambiente social e cultural muito específico, e dele emerge uma participação política evangélica diferenciada. As grandes igrejas cristãs decidem participar da dinâmica política nacional, recorrem aos partidos para disputar o “voto denominacional”, e acabam por consolidar um lugar no cenário político. A especificidade da participação política evangélica no Brasil reside no fato deste segmento ter feito aqui “o melhor uso de seu capital religioso na esfera política” (p.21), sendo bem sucedido em imprimir suas convicções - o pensamento cristão - nas discussões da agenda pública. (p. 21-22). E é a partir dessa peculiaridade que a presente pesquisa é construída.

Antes de avançar, cabe trazer ainda o caso do Chile. Guadalupe salienta que, apesar de possuir um alto percentual de pessoas sem filiação religiosa, maior que o percentual de evangélicos inclusive (assemelhando-se ao cenário uruguaio), e de ter uma representação evangélica no Congresso pequena (composta principalmente por evangélicos ligados ao pentecostalismo clássico, enquanto a presença neopentecostal é maior nos Parlamentos dos outros países da região), ainda assim o país apresenta basicamente as mesmas tendências gerais que são observadas em seus vizinhos latino americanos.

Com base nesses elementos, o autor aponta que a abordagem mais correta à observação de “possíveis tendências regionais e sub-regionais predominantes”, é o reconhecimento das particularidades históricas intrínsecas à cada país. Buscamos então agrupar considerações, elaboradas principalmente por pesquisadores e pesquisadoras da região, e que dão conta de evidenciar a transformação dos evangélicos nos novos atores religiosos da política latino-americana, para em seguida tratar do contexto brasileiro.

Após construir este breve panorama, agregando tendências e características gerais de alguns países, cabe apontar um breve resumo sobre o elemento religioso na região. O monopólio da Igreja Católica durou quase cinco séculos e hoje é afetado por um crescimento intenso das igrejas evangélicas. Também é observado no continente um aumento do grupo de pessoas que se declaram sem filiação religiosa (perdendo em crescimento apenas para os evangélicos). Mas, no geral, segue sendo amplamente religioso. A relevância dos atores sociais e políticos de filiação evangélica chama atenção em toda a região, mas alguns países possuem um comportamento atípico. Neste sentido, Guadalupe indica que o Brasil é

definitivamente, (...) o país com maior impacto religioso na política, seja através de votos, número de representantes ou grau de eficácia de sua ‘bancada evangélica’, ou ainda, por sua capacidade de vetar leis ou determinar políticas públicas nas áreas de educação, saúde e família. De fato, é no Brasil que os evangélicos têm maior participação e experiência política, com resultados mais sustentados do que o resto da região. Por isso, acreditamos que o novo modelo brasileiro – que atinge um primeiro estágio de consolidação com Bolsonaro – possa influenciar politicamente os outros países da América Latina. Nesse sentido, é necessário ver até que ponto e em que medida esse impacto pode ocorrer.” (GUADALUPE, 2020, p.73).

De forma geral, a análise sobre a participação política evangélica permite evidenciar, basicamente, como este grupo possui um comportamento político plástico, capaz de variar de acordo com a conjuntura política colocada. Oro e Semán apontam que o conservadorismo com o qual são normalmente associados acaba sendo um comportamento predominante, mas que ele seria na verdade mais uma “consequência de situações históricas do que uma essência fossilizada da mensagem Pentecostal.” (Oro e Semán, página 618). De todo modo, os autores compreendem que a expansão pentecostal é o “fenômeno religioso mais significativo na América latina atualmente” (p.01), sendo urgente o aprofundamento sobre a diversidade do qual é constituído, bem como os elementos que oferecem a coesão para uma atuação política tão exitosa.

Os autores destacam ainda que comportamento político das lideranças pentecostais é afetado, e ao mesmo tempo caracterizado, pelas relações que estabelecem com as forças políticas vigentes em seu ambiente. Tais lideranças são acionadas por partidos políticos e/ou governos, especialmente em contextos onde regimes autoritários estão em conflitos com a Igreja Católica, buscando nestas figuras o aumento ou a diversificação de suas bases de apoio e legitimação. A diversidade interna deste segmento faz com que as reações aos pedidos de composição e aliança política sejam diversos também, podendo alcançar diferentes níveis de institucionalização também (p.619).

2.2 Construção do cenário: trajetória evangélica na política brasileira

Esta seção é dedicada ao trato da trajetória dos evangélicos na política, apontando momentos cruciais de mudança em seu comportamento. Partindo deste olhar, a pesquisa buscou captar algumas características que, ao final, possibilitaram a percepção de uma tendência de adequação, plasticidade e pragmatismo das lideranças políticas evangélicas diante das mudanças de cenário político manifestadas desde meados do século XX até os dias atuais. Porém, estas características em relação a política também podem ser observadas, em certo grau, quando focamos nas transformações e adaptações vividas por este segmento ao longo de sua história. Portanto, antes de aprofundar o aspecto político, apontaremos alguns aspectos que moldaram as diferentes denominações evangélicas. Utilizaremos para tanto as contribuições reunidas por Clara Mafra em seu livro “Os evangélicos” (2001).

A produção literária sobre evangélicos no Brasil volta recorrentemente a seguinte questão: “como classificar a diversidade dos seguidores de uma religiosidade cuja origem remonta à Reforma - quais são os seus agrupamentos, sua origem, suas tendências, seus valores, sua legitimidade social, os segmentos que devem ser excluídos, sua atuação política.” (Mafra, 2001, p.04). Diante da dificuldade de construir essa definição - tendo em vista os desentendimentos não só de fora para dentro, mas também dentro do próprio grupo em questão - a autora busca na trajetória histórica os elementos que possam dar nitidez às distinções entre as denominações e ajudar na compreensão desta grande categoria à qual se convencionou chamar de “evangélicos”. Falemos então sobre alguns destes elementos.

A preservação da memória é algo bem forte entre as igrejas vinculadas ao protestantismo histórico. Mafra aponta que este traço tem relação com os movimentos migratórios que resultaram na chegada dos primeiro missionários evangelizadores após a

Reforma, e evidenciam as fortes relações que estas igrejas estabelecem, dentro de uma ampla rede institucional.

Basta dar uma circulada entre as igrejas luterana, presbiteriana e metodista para se chegar à conclusão de que sua sociabilidade está bastante centrada na preservação da memória dos reformadores. Lutero, Calvino e Wesley estão presentes nas prédicas dominicais, na formação teológica dos pastores, nos feriados e ritos comunitários mais fortes. Essa ênfase nos grandes homens tem como adereço a participação em uma extensa rede institucional que corta os continentes, tendo a Europa e os Estados Unidos (que abrigam a sede mundial dessas denominações) como centro (MAFRA, 2001, p.43).

Mais adiante, a autora indica que as denominações históricas, por terem lidado muitas vezes com divergências e contradições internas, acabaram estimulando uma relação entre indivíduo e coletivo que é fragmentada e especializada. Em sentido diferente, os batistas lançam mão de diversos mecanismos que conduzem a formação de uma “concepção mais holística da pessoa e do coletivo.” (p.44).

Preocupam-se com a manutenção de um *ethos* consistente, trabalhando regularmente a ideia de transformar o mundo pelo próprio exemplo. Nesse sentido, o trabalho missionário é articulado com a construção do “caráter”. Por isso, os pastores das igrejas batistas têm um papel importante e forte na condução de seus membros dentro de princípios morais comuns (p.44). Essa preocupação coexiste com o estímulo à uma intervenção qualificada em questões coletivas, evidenciado na existência de uma estrutura institucional complexa, que permite isso.

Já nos primeiros anos, na faixa dos 7 aos 10 anos, tanto meninos quanto meninas são incentivados a organizar reuniões, discutir propostas, solucionar impasses através do voto, participar de encontros municipais, estaduais, nacionais. (...) Além desta socialização democrática, a autonomia local e um funcionamento por assembleia chamam todo membro batista para uma formação cívica intensa em que o sentido da representação é valorizado (MAFRA, 2001, p.44 - 45).

Diferente das batistas, as igrejas pentecostais, conhecidas principalmente através da Assembleia de Deus, são marcadas pela sistematicidade, pela racionalidade organizacional e por um baixo personalismo” (p.46).

A construção das comunidades assembleianas é fortemente marcada por uma autopercepção de “povo simples” (a maioria de seus membros era de camadas populares, com

baixa escolaridade). Nelas, o pastor tem um papel muito forte, praticando uma espécie de monitoria, o que leva a uma relação mais intensa com os fiéis – “(...) a preponderância do pastor no gerenciamento da vida comunitária é evidente.”(p.46). Existe aqui uma certa rigidez – uma autoridade quase que incontestável, e quase sempre exercida de forma vitalícia –, também percebida em outros aspectos - nas vestimentas, por exemplo -, que influenciou na perda de membros para a formação das igrejas neopentecostais.

A passagem do pentecostalismo tradicional para o neopentecostalismo contou com a despersonalização do trabalho pastoral e com a ênfase nas questões cosmológicas.

As igrejas pentecostais que surgem em meados do século passado têm em comum “a reposição do apego e o fascínio da multidão pelos líderes fundadores – tendência que terá seus custos no futuro próximo, na relativa incapacidade de reprodução das suas estruturas institucionais pela falta do primeiro líder.” (MAFRA, 2001, p.21).

Mafra aponta que este equívoco não foi repetido pela IURD, denominação que marca a terceira onda do pentecostalismo – o neopentecostalismo – e que se constitui como referência “para dentro e para fora do universo evangélico” (p.22).

A habilidade do crente iurdiano em vencer situações adversas sem contar com a solidariedade coletiva se relaciona com a noção de batalha espiritual. Para o crente da Universal, o não-crente vive em um mundo similar ao dele, adorando, ainda que não saiba, seus próprios deuses e submetendo-se a eles. Por isso, sua seriedade no enfrentamento do Inimigo e sua persistência em um espírito proselitista são a garantia de uma interação com o exterior sem que seu próprio mundo se dissolva.” (MAFRA, 2001, p.48).

No entanto, apesar das diferenças desenvolvidas em mais de um século e meio de presença em terras brasileiras, as denominações que compõem o universo evangélico são fortemente identificadas como “um povo missionário cristão.” (p.06).

Enquanto muitas outras vertentes do cristianismo contemporâneo experimentam um apequenamento de sua estratégia missionária, acanhados por uma certa corrosão dos fundamentos que os justificaram na busca diligente de novos prosélitos, os evangélicos tendem a experimentar o processo inverso.” (MAFRA, 2001, p.06).

Este traço terá relevância em sua postura diante dos assuntos de ordem pública, e por conseguinte em sua participação na política. Isso porque este segmento religioso não atua como

um grupo político unitário, coeso, alinhado por eixo programático. É, na verdade, marcado por uma grande heterogeneidade entre as denominações que o compõem, e também por significativas divergências em questões políticas pontuais. No entanto, observa-se que o mal estar político que irrompe com as eleições de 2014⁹ (mas que já vinha desenvolvendo contornos mais nítidos desde as Jornadas de 2013), faz com que este grupo desponte como referência na mobilização de sentimentos conservadores, convertendo demandas gerais da população (como por saúde, educação e segurança pública) em bandeiras vinculadas à discussão moral. A retórica religiosa cristã foi instrumentalizada nesse sentido, e serviu ao propósito das lideranças religiosas em arregimentar apoio político a partir de seu crescente e pujante capital religioso. Conseguiram com isso conquistar, na parcela da sociedade mais sensível aos apelos conservadores, um forte apoio às suas pautas mais caras.

Ao analisar o fortalecimento destas pautas, é fundamental que tenhamos em vista seu aspecto reativo: tal processo está intrinsecamente ligado às políticas públicas construídas nas últimas décadas orientadas pela promoção e valorização de direitos humanos, em especial aquelas promovidas nos governos petistas. Na área da saúde, observamos uma incansável defesa da criminalização do aborto e a deturpação constante de discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos. No campo da educação, assistimos a construção de campanhas volumosas, em todo país, contra uma suposta “doutrinação comunista” nas escolas, que envolvia um chamamento da população por uma “Escola sem Partido”, o ataque permanente ao legado de Paulo Freire e a tentativa de alteração na regulamentação do “*homescholling*”. O debate sobre segurança pública foi reduzido basicamente à defesa da propriedade privada (os bens adquiridos pelo “trabalho sagrado” precisavam ser preservados), abrindo espaço para que percepções gerais sobre aceitação de práticas de extermínio e flexibilização das leis que regulam o armamento da população ganhassem força - cabe lembrar aqui as diversas imagens de igrejas evangélicas apoiando a candidatura de Jair Bolsonaro, com fiéis fazendo o símbolo de sua campanha com os dedos das mãos (num gesto que remete, popularmente, à ideia de uma de arma).

Talvez aquele momento tenha sido o ápice de um desconforto já manifestado na década de 1980. Naquela época, os evangélicos buscavam se organizar para a intervenção política eleitoral em toda a América Latina, empenhados em enfrentar o protagonismo exercido pela

⁹ A compreensão deste período, bem como dos desdobramentos políticos gerados a partir dele, deve estar conjugada a uma análise sobre o retorno das direitas ao cenário político brasileiro. Abordaremos este tópico com mais atenção no Capítulo 3 desta pesquisa.

Igreja Católica na relação com o Estado, e tentando garantir a manutenção do espaço que já haviam conseguido através das lutas em defesa do pluralismo religioso. Ali ainda estavam em posição de “minoria”. Atualmente, a atuação evangélica na política não ocupa mais esse lugar, e está voltada ao debate público de forma mais assertiva quanto à construção de uma nação moldada a partir de suas percepções de mundo. Nesse sentido, se a mudança no formato da participação - que toma corpo na década de 1980 - tinha contornos defensivos, agora parece ser de ataque e expansão - só a garantia do que já possuem não basta, seria preciso mais.

Em sentido mais profundo, o intuito da seção é fazer o resgate histórico da participação evangélica na política e a defesa de que as aspirações políticas de décadas atrás foram menos “agressivas” do que as que estão em curso agora. O que explicaria isso? A literatura sobre a participação evangélica na política é composta por vieses diversos. Seguiremos aqui a perspectiva de Guadalupe, que alega que “os pressupostos teológicos da direita cristã estão subordinados à funcionalidade ideológica do conservadorismo”. Considerando, a partir disso, que a inserção política do segmento evangélico-pentecostal pode ser influenciada por aspectos teológicos, é apresentado no capítulo seguinte um exame inovador sobre a Teologia do Domínio.

Ao falar sobre sua trajetória, pretendo indicar aqui que o aumento da participação na política, por si só, não é uma grande novidade. No Brasil a participação evangélica na política começou ainda no início do século passado. Existem importantes registros sobre a atuação deste segmento também no período da ditadura. Foram atores importantes no processo da Constituinte e mais recentemente compuseram os governos Lula e Dilma. Em todos esses momentos foram movidos pelo pragmatismo, o que fez com que pudessem maximizar sua capacidade de intervenção na sociedade através da política. Nos últimos anos, este segmento, que antes era identificado e autorreferenciado como um grupo que não se envolvia com política de forma sistemática, passa a ampliar significativamente seu terreno de atuação.

É possível detectar dois tipos de pesquisas desenvolvidas atualmente sobre evangélicos e política no Brasil: uma voltada à atuação, agendas propostas e discursos dos legisladores evangélicos; outra, atenta à análise do desempenho eleitoral e origem dos votos (Mariz, 2017). Os interesses que movem esta pesquisa encontram-se no escopo do primeiro tipo. Apresentaremos agora a construção do cenário que compõe a complexa atuação política protestante no Brasil a partir da mobilização de pesquisadores e pesquisadoras especialistas nesta temática.

O termo “evangélico”, usualmente acionado para tratar de um determinado segmento cristão, esconde uma significativa diversidade por trás dele, existente desde a chegada dos

primeiros “evangelizadores”. A presença de protestantes no Brasil não é recente, data das primeiras décadas do século XX, e os primeiros registros de sua participação na dinâmica política do país remetem à década de 1930. Apesar dessa trajetória, o termo “evangélico” vem sofrendo desde 1986 uma “notável transformação de conteúdo e composição social” (Burity, p.197).

No artigo “Protestantismo e democracia no Brasil” (1999), Paul Freston nos oferece um valioso panorama sobre as investigações acerca da relação entre protestantismo e democracia ao longo do século XX, cujas fases apontaremos brevemente. Os primeiros estudos sociológicos realizados nas décadas de 1940 e 1950 consideravam o protestantismo como elemento favorável na construção de uma sociedade democrática. Entre 1960 e 1970, a produção sociológica brasileira sobre esta relação foi feita principalmente por intelectuais de origem protestante, que haviam rompido com suas Igrejas; destacava principalmente a existência de uma certa alienação como característica deste grupo, bem como sua contribuição à ditadura civil-militar - uma abordagem sintonizada com àquelas desenvolvidas na América Latina, onde o protestantismo era associado a relações autoritárias que pululavam na região. Na década de 1980 e início dos anos 90, a ênfase esteve no contraste entre os papéis desempenhados pelo catolicismo e pelo protestantismo naquele contexto, onde o país era recém-saído do regime militar. As ações da Igreja Católica eram associadas às tentativas de redemocratização, enquanto a atuação das igrejas protestantes continuava sendo vinculada ao apoio à ditadura (uma perspectiva reforçada pelo fato de apenas o segmento luterano ter se colocado oficialmente contra a repressão no Brasil). Já a década de 1990 contou com estudos que abordavam o potencial democratizante contido nesse modelo voluntarista de cristianismo (evangélico) - construíam correlações com os efeitos históricos dele em outros países, ao mesmo tempo em que detectavam o “surgimento de uma sociedade civil brilhante”. (Freston, 1999, p.332-333).

Adentrando especificamente a discussão sobre o processo de mudanças no comportamento do universo evangélico em relação à política, é preciso considerar que tal fenômeno deve ser observado juntamente com o conjunto de mudanças decorrentes da mobilização social pelo fim da ditadura militar. Este momento de profunda efervescência política foi terreno propício para que os pentecostais pudessem reclamar espaço nas discussões públicas, saindo da invisibilidade em que acreditavam se encontrar. No entanto, é imperativo que façamos algumas considerações sobre a participação evangélica durante o regime ditatorial.

O começo de um comportamento menos discreto em direção às discussões fora do âmbito religioso acontece no período da Ditadura Militar, onde os pentecostais passam a adotar uma outra percepção em relação à política, lançando mão de novas estratégias de ocupação dos

espaços públicos. Eles passam a aderir posicionamentos dos setores conservadores das igrejas cristãs brasileiras, e embarcam na defesa do golpe civil-militar de 1964, tendo como argumento principal a certeza de que ele era uma resposta de Deus às preces feitas para que o Brasil não fosse tomado pela ameaça do comunismo (Rocha, 2020, p.618). Neste período é possível detectar, com nitidez, a articulação entre a retórica religiosa e os interesses políticos autoritários. Sobre isso, Elizete da Silva nos aponta que:

A visão de mundo construída em torno das representações do bem contra o mal contribuiu, substancialmente, para um processo de omissão social e política dos protestantes brasileiros das primeiras gerações de convertidos. Preconizavam a obediência às autoridades constituídas, defendiam soluções moralizadoras e pessoais para os graves problemas sociopolíticos do Brasil (DA SILVA, p.145).

Antes da ruptura democrática decorrente do golpe militar, o mundo era afetado pela configuração geopolítica provocada pela Guerra Fria. Nesse contexto, Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas representavam a polarização político-ideológica existente entre capitalismo e socialismo. Assim como toda a América Latina, o Brasil foi profundamente marcado por esse processo de disputa: a ameaça comunista, propagada como uma “onda vermelha” vinda da URSS, passou a figurar entre os temores de parte da sociedade, que foi encontrar no discurso dos militares uma saída para a salvação do país. Assim, entre 1962 a 1964, uma cisão foi sendo aprofundada na opinião pública, pois uma parte se posicionava contra o golpe em curso, e outra, acreditava na perspectiva salvacionista anunciada pelos militares ante a “ameaça comunista” e a crise econômica. Tal processo afetava também a percepção sobre o então presidente João Goulart, caracterizado cada vez mais como comunista (Silva, p.15).

Danielle Silva reforça que a construção dessa ideia do comunismo como “mal do século” foi um elemento fundamental para o sucesso do empreendimento golpista de 1964. A percepção da sociedade brasileira acerca dos principais conflitos do pós-Segunda Guerra foi pautada pelo lugar do país na luta anticomunista, influenciando movimentos sociais e setores religiosos (p.15). Este tensionamento foi percebido pelo campo protestante sob uma ótica religiosa, e disseminado principalmente pelos jornais evangélicos que circulavam nos meses que antecederam o golpe - eram muitos os artigos contra uma “comunização do país” que levasse ao “fim da liberdade de se pregar o evangelho”. A tensão foi amplificada quando o pastor da Igreja Batista, Enéas Tognini, convocou a população, no dia 18 de novembro de 1963, para um “dia nacional de oração e jejum”, objetivando salvar o país da “ameaça comunista” (Campos, p. 183).

Em 1 de março de 1964, dias antes do golpe, o movimento conservador emplacou o grande evento conhecido historicamente como “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Ele contou com a participação de aproximadamente 500 mil pessoas, que seguiram da Praça da República até a Praça da Sé, em São Paulo (Da Silva, p.19). De acordo com Schimidt (2016, p.127, apud Da Silva, 2017, p.19), a marcha foi nomeada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” para ganhar um aspecto mais ecumênico e assim alcançar uma mobilização maior. Num primeiro momento, havia a ideia de chamar o ato de “Marcha de Desagravo ao Santo Rosário”. A decisão de usar o nome pela qual a marcha ficou conhecida fez com que se somasse a ela não só católicos, mas também a comunidade judaica, evangélicos pentecostais e do protestantismo de missão.

Em 1974, Ernesto Geisel passou a ocupar a presidência. O general era protestante de confissão luterana, fazendo com que alguns evangélicos celebrassem a chegada do primeiro dos seus ao cargo público mais alto do país. O jornal “Mensageiro da Paz” noticiou o acontecimento como o cumprimento de uma profecia feita por um membro da Assembleia de Deus de São Paulo; o jornal “Ultimato” classificou o fato como uma evidência da “evolução histórica e sociológica” - ambos os jornais eram de orientação evangélica. (Adroaldo, 2016, p.129-130).

Outro dado histórico relevante é a presença de lideranças evangélicas em cargos do poder Executivo naquele período. Danielle Silva aponta a movimentação feita pelos militares após o golpe para cooptar líderes religiosos, usando como instrumento a oferta de “altos cargos da administração pública do país” - um caminho escolhido pelas Forças Armadas para “‘sociabilizar e/ou doutrinar’ diversos setores civis” (p.31). Nesse sentido, observamos que a Ditadura estimulou posturas inerentes à percepção e ao comportamento protestante, como a luta contra o ateísmo e a defesa da família, mas também buscou a adesão e a colaboração explícitas ao regime militar, em sua face política propriamente dita:

A doutrina bíblica do respeito às autoridades constituídas, baseada no texto que “toda autoridade vem de Deus” - Livro de Romanos 13, formou no imaginário protestante representações e discursos conservadores e de omissão frente aos problemas políticos. Na concepção da Convenção Batista Brasileira, o golpe civil militar de 1964 era, contraditoriamente, uma intervenção política em defesa da democracia, e da nação. Um benefício ao País que vivia ameaçado em sua ordem democrática. De imediato, os líderes batistas legitimaram o golpe (DA SILVA, p.138).

Olhando de maneira mais geral, cabe apontar que as lideranças evangélicas se comportaram de maneira diversa no pós-golpe, havendo tanto aqueles que conduziram suas

igrejas para apoiar a ditadura, movidos por preocupações com a manutenção da ordem e dos valores morais, quanto os que se posicionaram contra o regime, preocupados principalmente com as realidades sociais em formação e com as transformações políticas em curso. Apesar de não haver unanimidade entre os evangélicos, chamamos atenção aqui, especificamente, para a relação entre eles e a ditadura civil militar.

As alianças foram forjadas no intuito de que os militares conseguissem eliminar “o comunismo, o ateísmo e a subversão”, e por isso elas eram marcadas pelo elemento religioso. O campo pentecostal manteve até o fim dos anos 1970 a percepção da política como uma atividade suja; manteve igualmente o apoio ao governo instituído (Burity, p.201). Danielle Silva aponta que quanto mais a opressão aumentava, mais os evangélicos colaboravam com o Estado opressor, uma afinidade forjada a partir do “conservantismo político” (Silva, p.51; p.55). Após a redemocratização, as igrejas evangélicas silenciaram sobre este capítulo da história do país (Silva, p.34).

A presença de setores protestantes no jogo político fica mais evidente no período imediatamente após a Ditadura, quando são verificadas novas estratégias de atuação política. Era um momento em que o país atravessava grandes problemas econômicos herdados pela administração civil-militar (endividamento externo, desvalorização cambial, inflação altíssima), ao mesmo tempo em que era palco de uma grande efervescência social e política - a abertura política e as movimentações para a composição da Constituinte estimularam o movimento da sociedade civil e de grupos organizados em prol de bandeiras específicas, dentro dos quais estão os “grupos religiosos de direita, que formaram eficiente *lobby* na Constituinte com o apoio dos políticos conservadores do centrão.” (Possmozer e Shiota, 2021, p.115).

Difundiu-se a ideia de que a eleição de “homens de Deus” seria fundamental para impedir a concretização de alguns “fantasmas” que assombravam os pentecostais, como a volta do status de religião oficial do catolicismo, a legalização das drogas e do aborto e a aprovação de leis que ampliassem os direitos dos homossexuais (ROCHA, 2020, p.618).

Mais organizados e com mais representantes nos espaços de poder, os evangélicos elaboraram estratégias que conseguiram conferir às igrejas ainda mais eficiência. Sobre isso, Freston aponta que dentre as causas do expressivo crescimento de pentecostais na política brasileira está a evolução do próprio campo religioso e a questão do status atribuído aos pastores. O traço fragmentário do universo evangélico permitiu uma pulverização das

instituições religiosas; por conseguinte possibilitou uma dinâmica de competição para atrair mais fiéis e para avançar em mais espaços sociais, criando facilmente uma socialização religiosa. “A constituição do campo religioso, e as necessidades de expansão dos líderes do protestantismo popular, explicam mais do que qualquer outro fator a entrada na política e o tipo de política praticada.” (Freston, p.334). Há inclusive denominações que compreendem “a participação na política partidária e nas disputas eleitorais como fundamentais à ampliação e ao fortalecimento de suas respectivas igrejas no campo evangélico e frente ao grupo confessional hegemônico no país” (Machado, 2012, p.46).

Assim, dotadas de um grau de eficácia organizacional capaz de influenciar a orientação dos votos de seus fiéis (Carreiro, 2017, p.81), as igrejas evangélicas conseguiram acumular um exímio capital político. Ele desponta no período pós-redemocratização e viabiliza a participação direta - e cada vez mais exitosa - nas disputas eleitorais. Se no passado a filiação religiosa evangélica era tida como um subproduto da identidade pessoal de políticos - como no caso de Ernesto Geisel, entre outros -, agora ela “tinha um peso ínfimo em relação ao seu sucesso ou fracasso nas eleições” (Carreiro, p.83). A década de 1970 até contou com o lançamento de candidatos pentecostais, mas a articulação e mobilização de lideranças para eleger candidatos de suas denominações ganharam contornos mais nítidos no processo de construção da Constituinte.

O processo de intensificação da participação no Poder Legislativo, especificamente, se desenvolve quando os pentecostais passam a compreender a atuação política como uma estratégia de sobrevivência. Um retrato da mudança de percepção está na substituição da máxima “crente não se mete em política” por “irmão vota em irmão”:

Importante mencionar que, até a década de 1980 a relação entre evangélicos e o mundo da política eleitoral podia ser traduzida no seguinte ditado “crente não se mete em política”. (...) Um novo ditado popular surgido na década de 1990 parece expressar a nova postura em curso implementada pelas organizações religiosas diante da política, especialmente após a democratização: “irmão vota em irmão” (CARREIRO, 2017, p.74).

Suas lideranças possuem uma vinculação cada vez maior com as disputas políticas no país, atuando através de um tipo de participação política condenável até alguns anos atrás pela própria comunidade evangélica. A busca por intermediários entre as igrejas evangélicas e o Estado - mandatários que pudessem destinar recursos e atender interesses locais - foi substituída pela relação direta. Hoje tais lideranças escolhem, estrategicamente, figuras capazes de

representar seus interesses quando eleitas, ou lançam a si próprias como “representantes de Deus” nos espaços de poder, formando um novo quadro de religiosos com atuação política nos seguintes contornos:

a maioria dos políticos evangélicos vem das camadas médias e populares da população brasileira, estando, portanto, no seio de um processo de mobilidade social; tem um discurso familista e muito centrado na doutrina cristã; apresenta vínculos muito recentes e frágeis com os movimentos sociais e partidos políticos; engajou-se nas iniciativas assistenciais da denominação antes de se aventurar na política partidária; e que, dessa maioria, muitos tiveram uma atuação prévia nos meios de comunicação. Identifica-se ainda uma presença significativa de pastores pentecostais entre os que obtiveram sucesso nas urnas, demonstrando a transferência da autoridade religiosa para a esfera da política institucional. Nesse sentido, enfatiza-se o uso da identidade religiosa como atributo eleitoral durante as disputas eleitorais e a transformação de muitas comunidades pentecostais em base eleitoral (MACHADO, 2012, p.38).

O crescimento do número de representantes políticos, e os resultados positivos do uso massivo de meios de comunicação em diferentes governos (desde o chefiado por José Sarney até os dias atuais) têm servido aos interesses de organizações evangélicas através da concessão de rádio e televisão (Possmozer e Shiota, p.115), permitindo que lideranças ampliassem o alcance de sua mensagem quanto às pautas conservadoras, o que, além de afetar sensivelmente a opinião pública, contribuiu para a profunda cisão instaurada em nossa sociedade (Burity e Machado, 2014).

Fala-se recorrentemente aqui sobre o crescimento de evangélicos eleitos nos pleitos eleitorais brasileiros, sendo imprescindível então abordar a questão da atuação legislativa, em especial, a existência da Frente Parlamentar Evangélica (FPE). A formação do que viria a ser a FPE começa como um grupo de pressão política parlamentar constituído em 1986 para a Assembleia Constituinte, contando principalmente com figuras políticas pertencentes à Assembleia de Deus. Em 2003 é feita a primeira tentativa de oficializar uma bancada de parlamentares evangélicos, processo que se concretiza 12 anos depois, em 2015, quando a frente é formalizada e torna-se o aparato jurídico institucional da atuação evangélica no interior do legislativo federal (Possmozer e Shiota, p.115). Cabe dizer que ela não é composta exclusivamente por evangélicos - agrega também cristãos de outras religiões, como espíritas e católicos-, diferentemente da Bancada Evangélica, composta apenas por deputados e senadores evangélicos (idem). Colocando em foco seu funcionamento nos dias atuais, pode-se dizer que

tem havido um esforço no sentido de dirimir as possíveis divergências decorrentes da pluralidade de partidos que compõem a FPE. Isso fica evidenciado na construção de um programa mínimo, baseado em princípios bíblicos, que cumprirá a tarefa de formatar uma vontade política capaz de fazer frente às disputas colocadas no Congresso, e buscando garantir ali uma hegemonia. Trabalhando especificamente a discussão sobre o empenho hegemônico dos parlamentares evangélicos, Possmozer e Shiota (2021) afirmam que:

A leitura dos materiais produzidos pela organização torna patente a existência de uma intenção que visa transmitir para a população a mensagem de que a FPE possui um projeto de trabalho muito consolidado capaz de contemplar, indistintamente, a todos os evangélicos e, no limite, cristãos, o que reforça, nesse sentido, a busca pela hegemonia no sentido de imposição de novas relações de dominação e não do ponto de vista da emancipação das classes populares (POSSMOZER E SHIOTA, 2021, p.120).

Para que possamos dar algum contorno conclusivo à discussão sobre a atuação política evangélica, apresentamos a tipologia construída por Marcelo Ayres Camurça. Camurça aponta que a primeira fase desta atuação é demarcada pela proximidade com as forças políticas de direita, evidenciada no apoio à campanha de Fernando Collor, em 1989 - esta disputa à presidência foi marcada pela demonização das candidaturas de esquerda, em especial a de Lula, e as lideranças evangélicas tiveram um papel importante nessa adjetivação; Edir Macedo especificamente direcionou seu apoio a Fernando Collor, comunicando a escolha como uma “inspiração divina” (Mariano e Pierucci, 92). No processo eleitoral seguinte, os dirigentes evangélicos se aproximaram das forças liberais para apoiar as candidaturas de Fernando Henrique Cardoso, nos anos de 1990. A segunda fase começa com o giro de apoio para a centro-esquerda no início dos anos 2000, abarcando os apoios dados às eleições de Lula e Dilma, bem como a participação em seus governos - Marcelo Crivella chegou a ocupar o cargo de Ministro da Pesca e Aquicultura de Dilma Rousseff, e Silas Malafaia pronunciou-se a favor da candidatura de Lula em 2002 e 2006. A terceira¹⁰ é marcada pelo rompimento com a coalizão político-partidária que sustentou os quatro mandatos petistas, pela atuação na articulação em

¹⁰ Diante desta sequência de eventos, cabe rememorar outros dois, mais recentes e bastante simbólicos para a reflexão aqui proposta. Em 2016 a população do Rio de Janeiro, segunda maior cidade do país, elegeu o supracitado bispo da IURD, Marcelo Crivella, como prefeito. Neste mesmo ano, outra figura política de origem evangélica protagoniza um processo decisivo da política nacional: Eduardo Cunha articula e lidera da Câmara dos Deputados o impeachment da primeira mulher eleita no Brasil (Dip, 2018).

prol do impeachment Dilma Rousseff, e pela readequação de rota em direção à nova aliança neoliberal de direita em formação naquele momento de crise profunda política. Esta aliança contou com os principais partidos derrotados nas eleições de 2014, PSDB e DEM, e com a participação do PMDB, que foi de aliado do PT à fiel da balança no processo que destituiu a presidenta. Camurça adiciona ainda à esta terceira fase da participação evangélico-pentecostal na política o “desembarque maciço e unânime na candidatura de Jair Bolsonaro em 2018, como aliado imprescindível e decisivo, que fez o grupo agora se deslocar para um espectro político de extrema direita” (Camurça, 2020, p.83).

Em suma, há pelo menos 30 anos dirigentes evangélicos posicionam seu alinhamento político de forma flexível, acionando o conservadorismo moral de forma pragmática (Mariano e Gerardi, 2020, p. 347 e 348). O ambiente propiciado pela vitória de Jair Bolsonaro parece não ter demandado nenhuma flexibilização, possibilitando na verdade uma radicalização do conservadorismo inerente à maior parte dos evangélicos - resultado da presença predominante neste segmento da denominação pentecostal.

No artigo “A Ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos”, Burity e Machado indicam que religiosos de orientação pentecostal viam-se como uma minoria política, e fizeram do processo de abertura da ditadura uma oportunidade de sair desta condição, buscando ocupar espaço dentro das novas dinâmicas e disputas do Brasil pós-redemocratização. Por exemplo, enquanto as relações entre Estado e movimentos sociais se estreitavam, e os católicos mantinham a influência historicamente construída, os evangélicos permaneciam à margem. Também não estavam inseridos na disputa da agenda política, onde ganhavam espaço os movimentos sociais e partidos de esquerda. O acúmulo de lutas travadas por estes garantiu a elaboração de políticas públicas que tocaram sensivelmente tanto as estruturas quanto às relações, abrindo espaço para uma discussão pública sobre valores e acirrando a disputa com outros grupos minoritários (Burity e Machado, 2014; Burity e Giumbelli, 2020).

Neste momento, partidos políticos de centro e de esquerda ganharam mais relevância no cenário nacional. A aproximação de atores religiosos com partidos políticos começava então a se intensificar. Começava também a ampliação da presença de líderes religiosos no Legislativo, marcada pelo interesse tanto em concessões de canais de televisão e de rádio, quanto em parcerias com as agências governamentais na área da ação social.” (Burity e Machado, 2014).

Ou seja, o começo da intensificação da participação política dos evangélicos – fenômeno tão presente no cenário político e eleitoral do Brasil atual - começa com a construção de uma posição de sobrevivência, de luta, de embate permanente, atuando sobremaneira na relação do

indivíduo com sua fé e com a vida ao seu redor. A elaboração de uma retórica persecutória justifica a saída de uma aparente passividade em relação à política para uma participação fervorosa. O cultivo desta ideia auxilia na articulação de respostas às transformações socioculturais, uma vez que ela reforça o sentimento de que os valores intragrupo estão sob ameaça constante, e por isso devem ser reforçados em todos os espaços – tanto nas relações vinculadas ao exercício da religiosidade quanto na esfera política. Acreditamos que esta é a dinâmica estruturada por algumas lideranças evangélicas para orientar os fiéis junto a uma linha política específica.

Outro aspecto interessante que influencia a autopercepção do segmento evangélico é a tendência à associação entre corrupção e cultura política, entendida como resultado da colonização ibérica e católica. Em oposição, estaria a cultura política forjada em sociedades cuja formação teve forte influência protestante (idem, p.619). Sendo assim, podemos indicar a existência de um sentido “missionário” que os evangélicos atribuem à guinada para a participação política, procurando contribuir para que este espaço, entendido como propenso ao desvirtuamento e à corrupção desde sua formação, fosse tocado pelos valores moralmente superiores que trazem de sua cultura religiosa.

Sendo assim, após uma sequência de sucessos eleitorais, os evangélicos passam de minoria religiosa e política à segmento religioso de crescimento ininterrupto, dotado de um grandioso capital político, administrado e direcionado por imponentes lideranças. Lideranças essas que alcançam milhões de pessoas através de posicionamentos contundentes nos mais diversos instrumentos de comunicação, atingindo muito além dos muros das igrejas.

2.3 Considerações sobre a lógica evangélica aplicada à disputa eleitoral

Em “Religião, Cultura e Política”, Maria das Dores Campos Machado estabelece uma relação causal entre o sucesso eleitoral evangélico e a rapidez com que este grupo forma novas lideranças; também destaca a relevância da intensa socialização de fiéis neste sucesso. Estes dois fenômenos são um retrato da capacidade dos evangélicos em transferir as influências que exercem na esfera religiosa para a esfera política. A autora indica que talvez um dos pontos mais importantes da lógica adotada por este grupo denominacional tenha sido a construção de um “modelo corporativo de representação política”, que consistia em lançar candidaturas oficiais em nome da IURD. Esta decisão teve uma série de desdobramentos relevantes: ampliou

a força política deste grupo, levando ao acirramento das disputas dentro do próprio campo evangélico, o que por sua vez fez com que as igrejas se dedicassem à criação de ambientes de discussão e organização voltados para a política eleitoral (2012, p. 35). Machado destaca um aspecto distintivo da lógica pragmática pentecostal: desde as décadas de 1980 e 1990, este grupo se interessa pela atuação partidária. Por isso, estimulam filiações e candidaturas de religiosos, para que possam alcançar um crescimento nas urnas capaz de favorecer a entrada dos pentecostais na política institucional e nas máquinas partidárias.

A autora aponta ainda, a partir da observação dos atores religiosos que participaram de processos eleitorais no início dos anos 2000, algumas características gerais: a maioria deles era oriunda de camadas médias e populares da população, ou seja, estavam no centro de um processo de mobilidade social; possuíam um forte discurso familista, com ênfase na doutrina cristã; apresentavam laços recentes e frágeis com movimentos sociais e partidos políticos; atuaram primeiramente em iniciativas assistenciais organizadas pelas denominações às quais pertenciam, antes de ingressarem na intervenção política via partido; boa parte atuou em meios de comunicação antes de adentrar na política; muitos dos que exerciam o cargo de pastores pentecostais foram bem votados. Sobre tais características Machado destaca que há nelas um “uso da identidade religiosa como atributo eleitoral durante as disputas eleitorais e transformação de muitas comunidades pentecostais em base eleitoral” (p.38).

Carreiro (2017) aponta que, ao analisar o mergulho evangélico na política, precisamos considerar que nem todas as igrejas evangélicas tiveram uma organização tão eficiente quanto igrejas como “IURD, Assembleia de Deus, Igreja Mundial do Poder de Deus, Internacional da Graça de Deus, Batistas e Presbiterianas de tradição pentecostal, entre outras” (p.88).

O caso das Assembleias de Deus e IURD são, sem sombra de dúvida os mais bem-sucedidos do cenário nacional; a primeira pela força carismática/tradicional das lideranças; a segunda, pela capacidade de organização institucional que calcula quantos candidatos ela pode lançar e eleger a cada pleito e, a partir desse cálculo, dividir a comunidade e capitanear de forma muito precisa os votos dos fiéis para os candidatos oficiais específicos, ao mesmo tempo em que fecha completamente a instituição para ação de candidatos não oficiais (CARREIRO, 2017, p. 88).

As candidaturas denominacionais, como as lançadas pela IURD, são tomadas como exemplo de casos onde não é preciso sequer ter um espaço no horário eleitoral, pois a vivência

religiosa já fornece um “público cativo” por um tempo maior do que ele poderia fornecer. Isso influencia na projeção política de figuras que não possuíam trajetória nesse campo. Outro elemento importantíssimo que se soma ao quadro de características imputadas às candidaturas denominacionais é a crença de que o político evangélico carregaria traços éticos e morais superiores. Carreiro destaca ainda a existência de uma blindagem organizacional das instituições religiosas que protegem suas candidaturas das investidas de outras externas àquele espaço (p.85).

Sobre a influência das instituições religiosas no posicionamento político dos fiéis, Carreiro aponta que, a fidelidade a elas fala mais alto do que qualquer desconforto “ético/moral” que eles possam sentir diante das investidas de figuras políticas na esfera religiosa. E traça também um paralelo entre este comportamento e aqueles verificados em partidos, sindicatos e outras associações mais “tradicionais”.

Assim, começamos a entender o sucesso de algumas organizações religiosas na política eleitoral brasileira. Entendemos também o significado profundo do termo FIEL. Mesmo contrariados, muitos seguem as orientações da máquina religiosa, postura que não parece ser muito diferente da encontrada nos partidos políticos, sindicatos e associações, excetuando-se o fato de que nelas boa parte das decisões são colegiadas, o que não é o caso das igrejas (CARREIRO, 2017, p.85).

A pesquisa realizada por Carreiro leva a uma ponderação muito cara ao estudo aqui realizado. Ele indica que os resultados obtidos revelam o fato dos evangélicos não serem um grupo à parte, desconectado do restante da sociedade. Mesmo comungando de um sistema doutrinário específico, não compartilhado pela totalidade da população brasileira, este grupo acaba reproduzindo, em última instância, os mesmos padrões sociais vigentes, como por exemplo, a aversão a partidos políticos. Em sentido similar, e considerando não só os eleitores, mas também os parlamentares evangélicos, Burity (2006) aponta que a cultura política destes não destoa muito daquela verificada no conjunto da população, “apesar dos receios que geralmente emanam diante da presença evangélica no quadro eleitoral” (p.199).

Os elementos evidenciados principalmente por Carreiro (2017) são parte da composição de um cenário onde também estava em curso uma tendência de distanciamento da população em relação à política partidária. (p.86).

Enquanto 18,8% dos evangélicos afirmaram ter afinidades com partidos políticos, dos quais a maioria se alinhou à esquerda (PT, PDT, PC do B), 70,5% dos entrevistados

responderam não ter preferências por nenhuma corrente seja ela de esquerda, de centro ou direita. Os resultados são mais elevados do que a média encontrada no Brasil desde a redemocratização. São índices de rejeição partidária semelhantes apenas ao encontrado pelo IBOPE após a campanha eleitoral de 2014. Naquele momento, 73% dos eleitores não se identificavam com nenhuma corrente política, a maior taxa já registrada desde 1988 e 11 pontos percentuais acima da média histórica que gira em torno dos 62% (IBOPE, 2014). Noutros termos, os evangélicos encontram-se ainda mais distantes – em quase 10% - da política partidária brasileira, quando comparamos com o restante da população. É plausível, então, afirmar que o vácuo político-partidário em que os evangélicos se encontram tem sido preenchido pela orientação das organizações religiosas. São as igrejas, na atualidade, as principais instituições a influenciar a vida, inclusive política dos fiéis urbanos (CARREIRO, 2017, p.86).

Porém, no que se refere às eleições majoritárias, Carneiro descreve a lógica que orienta o voto evangélico como um “ponto fora da curva”. Se antes as pesquisas indicavam um posicionamento evangélico mais à direita em eleições presidenciais, a campanha de Lula de 2006 desfaz essa tendência, e as pesquisas passam a captar uma inclinação à esquerda no voto deste segmento (p.90). Isso reforça as considerações sobre o comportamento plástico dos evangélicos e traz ainda mais relevância às conjecturas sobre possíveis posicionamentos futuros.

Não é possível dizer que o sucesso eleitoral dos evangélicos tenha levado aos ataques recorrentes às instituições democráticas, ou que estes atores possuem uma construção programática fechada e bem definida para transformar o Brasil num Estado teocrático, mas é possível - e necessário - chamar atenção à grande capacidade de adaptação das lideranças deste segmento religioso às dinâmicas de alternância de poder. Como observou Brenda Carranza, compreende-se que, se os setores religiosos não geram as crises democráticas, pelo menos formam parte delas e adensam a partir do momento em que aderem a projetos de corte populista neomoralista (...)” (p.12).

A reação conservadora intrínseca à crise política em curso, e que foi se intensificando desde 2013 até culminar na eleição de Jair Bolsonaro em 2018, contém em si a forma mais nítida de readequação da contribuição evangélica na política. No próximo capítulo, tratarei de apontar que, se considerarmos toda a trajetória de participação evangélica na política, esta readequação parece indicar uma espécie de complexificação e ampliação da capacidade de atuação na política. Num cenário global de retorno ao cenário político de movimentos conservadores e de direita (até mesmo de ultradireita), podemos pensar também que há um ambiente propício para a potencialização da atuação das forças conservadoras brasileiras e do

refinamento da forma como operam. O processo eleitoral de 2014, por exemplo, elegeu o Congresso mais conservador do período pós-Ditadura civil militar no Brasil (Lima e Lima, 2020).

Para León e Guadalupe (2020), a mudança de postura em relação ao mundo (o que inclui tanto a sociedade quanto a política) foi impulsionada pelo movimento pentecostal, e deu-se a partir de três formulações inerentes à sua proposta teológica. A primeira é a "Teologia da Prosperidade", que estrutura uma concepção idealizada sobre o acúmulo e estimula a criação de expectativas de sucesso material e econômico através da prática religiosa, antes associada basicamente à frugalidade, ao asceticismo e à solidariedade. A segunda é a Teologia da Guerra Espiritual, que para os autores organiza o mundo a partir de um processo de "demonização", identificando determinados espaços geográficos e territoriais como locais a serem "exorcizados" para que as posições cristãs se consolidem - no Brasil o processo de demonização agiu principalmente sobre as religiões de matrizes africanas e também sobre elementos da ritualidade católica. E terceira é a Teologia do Domínio, também entendida por alguns como "reconstrucionismo cristão", onde são exaltados "direitos" inerentes aos cristãos em seu acesso ao mundo e ao poder - seja ele político ou religioso - pois estariam "acima de tudo e de todos" (p.162).

Os autores apontam, como consequência das transformações verificadas, novidades na estrutura já estabelecida de participação política evangélica na América Latina - ela contava com uma divisão tripartite de partido, frente e facção evangélica, e passou então a agregar uma nova forma de organização: os "grupos de pressão". De acordo com León e Guadalupe, tais grupos atuam em temáticas transversais, transformadas em agendas políticas (p.157).

(...) os "evangélicos políticos" da região iniciaram o processo de criação de "ministérios paraeclesialísticos" nacionais e internacionais ou organizações não-governamentais que atuam fornecendo conhecimento técnico e conselhos aos líderes religiosos que são incentivados a entrar para a esfera política. Essas organizações paraeclesialísticas dão suporte à criação de "grupos de pressão" na forma de coletivos (de suposta origem cidadã), novos movimentos sociais de inspiração religiosa e ativismo cibernético nas redes sociais e Internet. Esse nível de especialização projetou a falsa imagem de que os evangélicos e suas igrejas participam da política como uma unidade eleitoral, e é por isso que agora são vistos com interesse por vários setores políticos. No entanto, nada disso é real: o voto evangélico é muito disperso, as igrejas evangélicas não participam como tais na política e não há consenso de que a participação política seja algo aceitável para os fiéis evangélicos na região. Exceto no Brasil e na Colômbia (especialmente através das "megaigrejas"), no resto da região as

igrejas evangélicas não participam diretamente de eleições nem têm partidos políticos a elas associados (GUADALUPE, 2020, p.157).

Mais adiante, procuraremos conectar estes elementos do universo religioso evangélico à contribuição de lideranças evangélicas ao cenário sociopolítico verificado no Brasil sob o governo de Jair Bolsonaro, tendo por base a peculiaridade conferida pela literatura aqui mobilizada a este cenário. É plausível considerar que a atuação destes grupos de pressão, somada à uma potente atuação no Congresso, e à abertura feita pelo governo Bolsonaro à participação em cargos estratégicos da administração pública direta, fazem com que o fenômeno da presença evangélica nos espaços públicos e políticos brasileiros tenha notável relevância tanto nas leituras conjunturais quanto na construção de projetos futuros para o país.

3 EXPANSÃO DA ATUAÇÃO EVANGÉLICA NA POLÍTICA BRASILEIRA

3.1 Concepções teológicas

Aqui será feita uma discussão sobre as sustentações teológicas que regem a atuação pública dos evangélicos, considerando para tanto a Teologia da Prosperidade, a noção de Batalha Espiritual, e construindo a partir delas uma reflexão sobre a Teologia do Domínio. Estes elementos teológicos articulados possuem grande relevância na forma como deu-se a atuação evangélica na política brasileira.

Acredita-se que ao analisar a atuação política das lideranças evangélicas, especialmente aquela detectada a partir da observação do poder Executivo sob o prisma da Teologia do Domínio, abre-se um caminho interessante de compreensão do lugar do Brasil na configuração política mais ampla, onde se desenvolvem as Novas Direitas e as crises democráticas em todo o mundo. O intuito aqui é contribuir para o refinamento das análises sobre a atual configuração da contribuição evangélica à política.

“...compreender a passagem do discurso ‘crente não se envolve em política’ para o chamado a ‘ganhar o Brasil para Jesus’ passa, obrigatoriamente, por entender uma série de transformações internas e externas ao pentecostalismo que tiveram profunda influência na forma como parte de suas lideranças passaram a pensar seu papel no contexto político e ‘espiritual’ do Brasil.” (ROCHA, 2020, p.617)

Guadalupe parte da ideia de que a mudança de comportamento político dos evangélicos - de uma postura apolítica para uma intensa participação - pode ser analisada a partir de três fatores: sociológico, político e teológico (p.34). O autor aponta que não é possível indicar apenas um fator como razão da guinada evangélica em direção ao ativismo político, sendo ela o resultado de um processo multicausal, cujo desenvolvimento acontece quase que simultaneamente na maioria dos países latino-americanos (p.41). No entanto, Guadalupe também aponta a existência de um momento específico que pode ter estimulado uma ruptura definitiva do segmento com o distanciamento político. Para o autor, este momento foi quando, na década de 1970, surgiram rumores de que a Igreja Católica pretendia interferir na liberdade de culto na América Latina. Como resultado, a década seguinte foi marcada pela união dos evangélicos em frentes eleitorais, através das quais lutariam, principalmente, pela liberdade religiosa alcançada até então.

Esse foi o divisor de águas entre o caráter apolítico evangélico e sua participação nos processos legislativos (ainda não presidenciais). Posteriormente, fortalecem-se as megaigrejas pentecostais e a “agenda moral” e, como consequência, mudam a agenda política. Agora, seus inimigos não são mais o comunismo (que morre sozinho) nem o catolicismo (que se torna um aliado estratégico), mas a “ideologia de gênero”. Também mudam suas expectativas políticas, que não se restringem a combater uma suposta onda católica (como na década de 1970), mas agora, especialmente os neopentecostais, buscam alcançar governos e definir políticas públicas com uma visão reconstrucionista (GUADALUPE, p.42, 2020).

Nesse sentido, consideramos aqui que as transformações nas concepções bíblico-teológicas foram de fato relevantes. Mais adiante abordaremos a relação entre entidades político-religiosas estadunidenses, que estabeleceram forte relação com o poder Executivo, durante o governo de Donald Trump, e passaram a atuar orientadas por princípios presentes num movimento conservador, expansionista e fundamentalista, chamado Teologia do Domínio. No entanto, é necessário registrar que a relevância do paralelo que será realizado entre a atuação destas entidades e a linha política adotada pelo poder Executivo brasileiro (principalmente através de figuras importantes do primeiro escalão do governo de Jair Bolsonaro) reside no fato de que esta espécie de alinhamento geopolítico com os EUA, forjado em elementos religiosos, não é uma novidade.

Inclusive, Michel Lowy aponta em “O que é cristianismo da libertação: religião e política na América Latina” a existência de uma percepção crítica apresentada por católicos de esquerda e progressistas sobre a atuação política evangélica, pois acreditavam que estava em curso uma invasão de seitas protestantes, promovida pelos EUA, com a finalidade de destruir a Teologia da Libertação, bem como os movimentos sociais voltados para a emancipação dos pobres (Lowy, 2016, p.185). Sobre isso, Lowy aponta que havia certa validade nesta elaboração, uma vez que existem mesmo missões evangélicas norte-americanas com uma linha de atuação que se aproxima, em certa medida, da descrição acima. Elas atuam no sentido de aliar sua intervenção religiosa na América Latina com os interesses da política externa estadunidense (p.185), o que consideramos aqui como uma prática associada à Teologia do Domínio. Porém, antes de falarmos sobre a concepção da TD, é fundamental fazer uma digressão sobre a noção de Batalha Espiritual e sobre a Teologia da Prosperidade.

Isso porque no Brasil, a noção de Batalha Espiritual se fez muito presente através das igrejas pentecostais recentes - as igrejas neopentecostais - compostas principalmente por camadas mais empobrecidas da população. A noção foi instrumentalizada nesses espaços e

serviu para a construção de uma perseguição sistemática às religiões de matrizes afro-brasileiras - a prática recorrente do “exorcismo” nessas igrejas é a principal consequência disso (Rosa, 2015; Mariz, 1999).

No já citado artigo “Pentecostalism in the Southern Countries”, Oro e Semán apontam a doutrina da Batalha Espiritual, a Teologia da Prosperidade e a proximidade de algumas igrejas com a esfera da ação do Conselho Mundial de Igrejas¹¹ como inovações teológicas detectadas pelas pesquisas recentes, e dotadas de potencial para afetar as Igrejas Pentecostais e Evangélicas em diversos níveis. Traremos para a presente reflexão algumas considerações sobre estas duas primeiras.

O estudo de Oro e Semán apresenta a doutrina de Batalha Espiritual como algo que enfatiza, exacerba e sistematiza a crença pentecostal acerca dos “poderes de satanás”, e a equipara com o poder conferido através do “batismo no Espírito Santo”. Fica colocado um cenário de conflito dual, onde estas duas forças coexistem em grau equivalente de relevância, sendo projetadas no desenvolvimento da história humana. Dentro dessa lógica, tudo findaria no “Juízo Final”, quando Jesus voltaria à Terra e faria a derradeira batalha contra o mal. Para os autores, a influência dessa concepção teológica se dá em quatro níveis: a) influencia nas práticas ritualísticas, que passam a envolver diagnósticos de possessão e a aplicação de exorcismos como cura; b) constrói a ideia de que essa “libertação do mal” é uma etapa fundamental que antecede o recebimento da cura ou da prosperidade divina - “um pré-requisito sacramental”; c) são alterados os papéis desempenhados pelos agentes religiosos, que passam a atuar como exorcistas; d) influencia na elaboração de campanhas evangélicas com a finalidade de aprofundar as compreensões sobre as demonologias locais¹² (Oro e Semán, p.613).

A teologia da Batalha Espiritual prevaleceu nos anos 80 principalmente nas igrejas pentecostais da Argentina e do Brasil, sendo bem sucedida na categorização de outras religiões e de determinados grupos e culturas como “manifestações do mal” - o que no Brasil foi verificado sobremaneira no processo de demonização das religiões afro-brasileiras, mas também alcançava o espiritismo e o catolicismo (Oro e Semán, p.614). Nesse sentido, Mariz (1999) faz uma comparação entre a Batalha Espiritual no Brasil e nos EUA à qual cabe

¹¹ Diversas igrejas se associaram através da criação do Conselho Mundial de Igrejas com a finalidade de encarar as marcas deixadas pelas duas grandes guerras mundiais. Hoje contam com cerca de 350 igrejas reunidas, correspondendo à expressão mais destacada do movimento ecumênico em todo o mundo. A maioria delas são protestantes, e contam também com a adesão de conferências e conselhos cristãos de diversos países (Magali Cunha, 2021). Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/quando-paulo-freire-trocou-harvard-pelo-conselho-mundial-de-igrejas2/>, acessado em 16/11/2021.

¹² Estudo sistemático de forças consideradas pelo Cristianismo como “demoníacas”.

destaque:

(...) o demonismo é, agora, rejeitado pelos mais poderosos e aceito e difundido pelos mais fracos e oprimidos da sociedade. Assim como, no Brasil, os pentecostais - especialmente os fiéis da Igreja Universal - estão entre os mais pobres, nos Estados Unidos, os *Evangelicals* - adeptos da teologia da guerra espiritual - são os mais pobres e menos instruídos de seu país”. (MARIZ, p.35, grifo da autora).

Concomitante à consolidação da Batalha Espiritual nas igrejas brasileiras está a formação do neopentecostalismo. Como Mariano aponta em “Guerra Espiritual” (2003), o neopentecostalismo que começa a se formar nos anos 70 passa a estimular transformações “teológicas, axiológicas, estéticas e comportamentais” no meio pentecostal, e adquire destaque público ao final da década de 1980 (p.01). Do pentecostalismo existente até então, surgem novas e populares denominações, tais como a Igreja Universal do Reino de Deus, a Internacional da Graça de Deus, a Renascer em Cristo e Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (p.21).

“Grosso modo, elas se caracterizam empiricamente: 1) pela ênfase na guerra espiritual contra o diabo e seus representantes terrenos; 2) pela difusão da Teologia da Prosperidade; 3) e pelo abandono de grande parte dos tradicionais e estereotipados usos e costumes puritanos de santidade. Tais características, cumpre frisar, minimizam diversos traços sectários e ascéticos do pentecostalismo brasileiro. (MARIANO, p. 21).

Apesar de ser parte também da concepção teológica evangélica dentre os poderosos, a lógica de demonização é predominante entre os oprimidos. De acordo com Mariz, alguns autores consideram que a adesão à cosmovisão apresentada pela teoria da Batalha Espiritual pode ser decorrente da exclusão vivenciada pelos mais pobres em relação ao processo de modernização - do qual são excluídos quando impedidos previamente de acessar a educação, caminho pelo qual as “categorias racionais da forma de pensar moderna” (1999, p.36) seriam instrumentalizadas -, numa espécie de “reação à modernidade que não introjetaram e à qual não se integraram” (p.36). A autora demarca que essa percepção é própria de um modelo evolucionista aplicado à religião e à cultura: “Há aí, por um lado, valorização do pensamento racional e desprezo pela magia.” (idem).

Dialogando com Mariz, Marcelo Camurça considera que, da época em que a autora elabora essa reflexão até os dias atuais, é possível constatar a ampliação da presença evangélica no espaço público, com um notável avanço em direção à domínios científicos e laicos - exemplo

disso seria a “guerra” travada ante os “costumes liberalizados da vida moderna” (Camurça, 2020, p.66). A partir da verificação desse distanciamento do aspecto mágico da cosmovisão cristã e da aproximação com algum tipo de pensamento racional que orienta e organiza a atuação no espaço público, podemos construir um paralelo não só com a postura mais ativa do segmento evangélico em relação à política, mas também com uma ideia de que essa percepção de mundo atuou, de alguma, forma na entrada dessa parcela empobrecida da população na política.

Quanto à teologia da Prosperidade, podemos dizer que ela é mais uma das inovações verificadas pelos estudos sobre o mundo evangélico e a mais conhecida por “não crentes”. Dip fala sobre a existência de divergências quanto à data e ao local exato do surgimento desta teologia, mas que haveria certo consenso sobre sua chegada ao Brasil no final dos anos 1970 e começo dos 1980. Seu alastramento foi potencializado pela criação e crescimento de igrejas orientadas pelo neopentecostalismo - dentre as igrejas evangélicas, as neopentecostais são as que apresentam maior predileção por soluções imediatistas e sobrenaturais, um traço que dialoga bastante com os pressupostos da teologia da Prosperidade (Dip, 2018).

Em sentido similar, Mariz vincula a origem da TP à atuação de sacerdotes norte-americanos nos anos de 1950, e aponta que sua expansão acontece nos anos 60, com a contribuição de lideranças neopentecostais da Argentina e do Brasil. Como consequência mais ampla, faz com que a distância entre igreja e o mundo externo a ela diminua, acolhendo tanto pessoas muito pobres, que buscam na igreja uma forma de saírem dessa condição, como também aquelas com alguma condição de consumo. As práticas ritualísticas e as apropriações que compõem a teologia da Prosperidade destoam das práticas ascéticas e das preocupações com a salvação que figuravam naquele espírito do protestantismo considerado por Weber, decisivo para o desenvolvimento capitalista (p.615).

Já Mariano trabalha com o início da década de 1940 para tratar das origens da TP - sobre a qual ele indica os seguintes nomes como equivalentes: “Confissão Positiva” e “Movimento da Fé”. O autor também aponta os Estados Unidos como local originário desta teologia, onde começou a ser difundida entre grupos evangélicos carismáticos. Posteriormente, nos anos 70, teria tido seu reconhecimento enquanto um movimento doutrinário. Olhando mais profundamente, a expressão “Confissão Positiva” tem como característica particular a ideia de que através da palavra, daquilo que é dito em voz alta, é manifestado o poder do cristão; um poder que lhe foi prometido nas Escrituras Sagradas e dado através do sacrifício de Jesus. Neste sentido, seus seguidores creem que “as palavras proferidas com fé encerram o poder de criar realidades, visto que o mundo espiritual, que determina o que acontece no mundo material, é

regido pela palavra.” (Mariano, 1996, p.29). O acesso às bênçãos - saúde, prosperidade material, felicidade - é garantido quando determinado verbalmente. São, na verdade, “direitos dos cristãos”: o homem é naturalmente detentor desses direitos porque foi feito “à imagem e semelhança de Deus” e por isso “goza de autoridade ou poder de, através da palavra, chamar coisas à existência material” (p.30). Essas considerações são importantes para que possamos lançar o olhar para o que acontece quando essa lógica teologicamente estabelecida não se verifica. De acordo com a TP, alguns evangélicos não conseguem obter êxito em seus clamores por culpa deles mesmos e das forças do mal, por falta de fé ou pelo simples fato de alguns crentes não saberem que têm direitos a reclamar - “direito não reclamado é inexistente” (p.30). Reside nessa percepção a ideia de “algo” que precisa ser acionado, reivindicado, mas a tomada de consciência sobre a existência desse “algo” antecede o momento do pedido.

Quanto à Teologia do Domínio, Dip alerta para o fato de que existem até o momento poucos estudos sobre o tema aqui no Brasil. Tentaremos apresentar aqui algumas contribuições encontradas durante a pesquisa.

Em um artigo direcionado para a compreensão da atuação dos evangélicos através do mercado musical, Nina Rosa usa como chave analítica a Teologia do Domínio¹³ (em inglês, *Dominion Theology*), “uma concepção estadunidense (...) que influenciou e ainda hoje influencia a noção de batalha espiritual pregada por diversos evangélicos no Brasil”. Dessa forma, a autora pretende colocar em destaque os processos de transnacionalização de correntes doutrinárias e as formas como eles se desenvolvem em uma dimensão local (p.237).

Rosa aponta que as origens da TD remetem a Peter Wagner, teólogo, escritor e professor de um importante centro de formação de liderança pentecostal - o *Fuller Theological Seminary* -, e parte da crença de que Deus deu aos homens, através de Adão, o domínio e autoridade sobre a terra, mas que o pecado original fez com que perdessem. Sendo recuperados por Jesus, em seu ato de sacrifício pela humanidade, deveriam então ser retomados. Para tanto, seria necessária uma luta espiritual contra o diabo, figura responsável pelo bloqueio atmosférico do fluxo de bênçãos vindas do céu para a terra. Através do trabalho, o fiel poderia exercer liderança, dominação, e concretizar os valores divinos (p.246).

De acordo com a autora, é em uma igreja batista renovada que a Teologia do Domínio primeiro aparece, sendo possível então relacionar algumas ações orientadas por esta teologia à doutrina e à prática pentecostal; podemos também destacar nesse sentido a relevância da crença

¹³ Peter Wagner alega ter recebido de Deus um novo entendimento, mais ampliado, sobre a doutrina. Por isso, também podemos encontrar agora o termo Teologia do Reino para denominá-la. (Rosa, 448).

de que Deus promove intervenções cotidianas, falando sempre ao seu povo sobre os perigos da vida ou sobre sua vontade. Como apontamos acima, um dos pilares do pentecostalismo brasileiro é a noção de batalha espiritual, e para Rosa, tal noção tem sido influenciada de forma significativa, desde a década de 1990, pela Teologia do Domínio (Rosa, p. 245). Em suma, fica nítido o estímulo e o chamado para a extensão “para fora do âmbito propriamente religioso”. Não se protegem da sociedade moderna, mas se engajam nela (Rosa, p.250).

Também encontramos algumas definições pertinentes sobre a Teologia do Domínio no artigo de Virginia Garrad. Para Garrad, a TD pode ser vista como uma espécie de “evangelismo político”, cuja atuação se desenvolve a partir da estruturação de uma rede de cristãos conservadores, tendo como objetivo imediato o fortalecimento para fazer a disputa do poder político, alcançando posteriormente o “domínio” por todo o planeta. Esta linha de ação teria como fim último o estabelecimento do Reino de Deus na Terra (2020, p.01).

A autora retira um pouco o teor teológico do termo, indicando que o Dominismo estaria relacionado mais a uma ideologia, ou mesmo a uma prática, adotadas por cristãos conservadores orientados por um engajamento político muito específico. Estes cristãos, por sua vez, estariam relacionados com o que ela chama de “Restauracionismo Cristão”.

Sobre esse tema, Guadalupe apresenta uma definição geral similar à de Garrad, colocando porém a teologia do domínio e o reconstrucionismo como equivalentes. Para ele, a TD (ou Reconstrucionismo) é uma tendência observada dentro do movimento evangélico latino-americano - em especial, aquele oriundo do evangelismo norte-americano dos anos de 1970 - cujo intuito é adentrar a esfera política para incorporar as demandas da sociedade em sua agenda religiosa. Isso seria construído dentro de uma lógica de conquista de poder. “Trata-se de uma suposta teologia política, principalmente, dentro do neopentecostalismo que busca reconstruir a teocracia na sociedade atual” (Guadalupe, 2020, p.54). Neste sentido, Guadalupe indica que alguns autores enxergam a TD como a face política da TP, uma vez que ela estimula a ida do cristão para ocupar posições de comando no mundo, às quais ele foi predestinado, e isso inclui presidência de países, ministérios, prefeituras e parlamentos. Em última instância, sua lógica de dominação alcança de forma geral as diversas esferas públicas da sociedade. Através da construção de projetos de poder, com definições estratégicas para ocupar espaços públicos, eles buscam influenciar em toda a sociedade, e antes de ser um entendimento político, isso é um entendimento bíblico (idem). Podemos concluir a partir disso que há pouco espaço para um ideário emancipador de grandes massas empobrecidas, ou de algum grupo que encarne reivindicações contra opressões específicas. A conquista será buscada para realizar um projeto essencialmente religioso, com vitórias que, em princípio, se concretizam no “plano espiritual”;

as consequências materiais para o “plano terreno” seriam uma espécie de substrato.

O autor indica ainda que o reconstrucionismo não é exatamente uma proposta nova. Suas bases teológicas podem ser verificadas no passado em círculos calvinistas ultraconservadores, sendo recuperadas posteriormente por ativistas políticos carismáticos e neopentecostais. O propósito destes grupos, de acordo com Guadalupe, era construir uma legitimidade teológica que conferisse uma suposta superioridade moral evangélica no processo político, através da qual conquistariam o poder e colocariam o sistema legal do Estado subordinado às leis bíblicas. “Essas correntes não apenas validam o neoliberalismo americano – como sistema econômico e político – mas oferecem uma suposta base religiosa e uma visão de mundo cristã que apoiam essa conquista de poder por parte dos líderes religiosos evangélicos” (p.54).

Gago (2013) afirma que o “Dominionismo” emerge do Reconstrucionismo como um movimento ideológico mais depurado e sutil. Nos EUA, ele conta atualmente com seis cadeias nacionais de televisão, cada uma tendo um alcance de dez milhões de domicílios; conta ainda com mais de duas mil estações de rádio - um aparato midiático que auxilia na tentativa de reconstruir conceitos e termos tradicionais democráticos e cristãos para a tomada do poder político por parte de uma igreja radicalizada, num processo marcado pela politização da fé. Estes cristãos se veem como promotores da obra divina, que irão construir “o Reino de Deus aqui e agora”. Para eles, quando este trabalho for concluído e o domínio cristão for consolidado, a América deixará de ser um país pecaminoso; a transformação contaria com a adoção dos dez mandamentos bíblicos como base do sistema legal e com criacionismo passando a orientar o sistema educativo.

Este aspecto da formação educacional em particular merece destaque. O autor nos traz a discussão sobre como as perspectivas que movem a construção de uma nova nação cristã nos EUA estão articuladas com o movimento conhecido como “*homeschooling*” (o equivalente em português à “ensino doméstico”). Este movimento é estruturado através da ideia de que a melhor forma de ensino pressupõe a inexistência de uma grade curricular, no qual cada estudante pode buscar seus próprios interesses com o apoio de familiares ou outras pessoas adultas (p.12). Dentre as profundas marcas religiosas, está a definição de duas categorias, estabelecidas através de metáforas bíblicas, que classificam as famílias: a “Geração Moisés” é a de pais que retiraram seus filhos da escola pública e passaram a fazer o ensino em casa; a “Geração Josué” é composta por pessoas que foram ensinadas em casa e que estão incumbidas de reconquistar a América das mãos do inimigo - que é ela mesma, nos moldes atuais, não-cristãos. Diante disso, Gago indica que o “homeschooling” representa hoje a vanguarda do

nacionalismo cristão (p.13).

Como gancho para o tópico seguinte e no bojo dessa discussão, cabe trazer aqui o que Gago entendo por “Nova Direita Cristã”. Para o autor, ela é um movimento ideológico fundamentalista de alta capacidade organizativa que desponta atualmente na política estadunidense. Suas raízes mais profundas estão no século XIX, mas na reflexão sobre os dias atuais cabe considerar os contornos que ela ganhou nos anos de 1970, quando o cristianismo evangélico busca aglutinar personalidades e organizações para a articulação de um projeto conservador (p.08). A dinâmica organizacional deste movimento se destaca atualmente por não orientar suas energias para um só grupo: dedica-se a atuar na construção de múltiplos centros de poder, com mudanças constantes de seu centro de gravidade, enquanto coalizões vão sendo formadas e dissolvidas permanentemente (p.10).

Desta constatação a pesquisa faz um paralelo com a postura adotada pelas lideranças evangélicas na política brasileira atualmente. Como já discutimos aqui, a literatura especializada aponta uma mudança de postura, principalmente no contexto de transição democrática, quando as lideranças evangélicas avançam na construção de candidaturas oficiais. Mesmo diante dos resultados pífios, seguem mantendo a presença nos pleitos, nas bancadas legislativas e, pouco a pouco, passam a ocupar espaços cada vez mais relevantes no governo, onde adotam uma postura confessional. Imbuídos deste espírito de luta, onde bem e mal, sagrado e profano, atuam, estas lideranças reiteram a existência de uma polarização entre direita e esquerda, se posicionando junto à primeira. Posicionam-se através de manifestações públicas, como atores e atrizes que conferem, através da religiosidade que professam, um traço de moralidade elevada à esta nova direita. A partir da forma dual com que enxergam e se posicionam no mundo, e com a plasticidade com que se posicionam diante das correlações políticas colocadas, os segmentos evangélicos conservadores parecem ter adotado uma postura de combate, encontrando no governo de Jair Bolsonaro o espaço ideal de uma atuação pública combativa.

3.2 Nova Direita

Ao falarmos da existência de uma “Nova Direita” no cenário político brasileiro, estamos nos referindo a que? Podemos citar a elaboração feita por Adalberto Cardoso para deixar nítido o sentido aqui empregado. Para Cardoso, compreender o rumo que as mobilizações de rua tomaram a partir de 2014 e o tipo de radicalização política que elas sustentam e estimulam,

demanda uma análise anterior sobre o retorno das direitas ao cenário político brasileiro. Em seu livro “À beira do abismo”, verificamos que o termo “nova direita” foi usado pela primeira vez por Antônio Flávio Pierucci, ao tratar dos eleitores envolvidos na disputa protagonizada por Jânio Quadros e Paulo Maluf nos processos eleitorais paulistas da década de 1980. Pierucci constrói o perfil deste grupo e constata que há ali um conjunto de indivíduos radicalmente voltados para causas anti-igualitárias e com predileção por saídas de direita com traços autoritários - sua identidade era estruturada principalmente a partir de um moralismo, marcadamente religioso, e da ideia de que o país vivia uma crise moral, ativada principalmente pelos “profissionais da nova classe média assalariada”; estes eleitores associavam estes profissionais às pautas progressistas discutidas à época (p.78-79).

Eram esses os inimigos contra os quais se batia a nova direita de então. E parece-me que Pierucci qualifica assim esses eleitores porque, como tinham origem nas classes médias baixas e populares, eles se distinguiam da direita tradicional brasileira, historicamente associada às classes superiores do campo e da cidade, e também às classes médias altas, que estiveram aliadas para, em mais de uma ocasião, apelar do poder governos minimamente comprometidos com causas populares (idem, p.79).

Trazendo o olhar para a quadra histórica na qual nos encontramos, Cardoso relaciona a atual conformação da direita e as Jornadas de Junho de 2013 - que traz à cena novos personagens, grupos e coletivos (p.77). Nesse sentido, indica que as práticas das direitas que surgem e se avolumam no pós-2013 carregam sim alguma novidade, que reside menos em seus eixos identitários e mais nas “formas e meios que empregam para se organizar e ganhar a esfera pública” (p.81). Mais adiante, o autor destaca que os evangélicos de direita (assim como o restante dos grupos a ela vinculados) consideravam que esta esfera estava sob o domínio da esquerda, principalmente quando observadas as questões vinculadas à moral sexual e familiar (ou seja, a arena dos costumes).

A radicalização e a polarização iniciadas em 2013 mudariam as lealdades políticas do evangelismo, e a associação do PT com a corrupção exacerbaria a oposição evangélica às pautas progressistas no terreno dos costumes, afastando a maioria dos evangélicos (que nunca foram petistas, embora tenham sido lulistas em três eleições consecutivas) das bases eleitorais do PT, tornando seu pragmatismo disponível para outras estratégias e lealdades políticas num ambiente de emergência das direitas tanto no âmbito societário quanto na política partidária e nas instituições da República (p.111-112).

No que tange à relação entre a atuação política do segmento evangélico conservador e os grupos posicionados à direita dos embates políticos, Pablo Semán aponta que estes atores religiosos possuem uma “densa história de implantação e desenvolvimento político”, cuja observação auxilia na compreensão sobre “a sensibilidade mobilizada que alimenta as formações políticas de direita” (Semán, 2019, p.26).

3.3 Uma postura de combate: evangélicos e o governo Bolsonaro

No geral, as produções acadêmicas que antecedem esse novo momento da participação evangélica, ensejado pela vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, colocavam a atenção principalmente na atuação deste segmento por dentro do Parlamento. São muitos os trabalhos acerca da Frente Parlamentar Evangélica, por exemplo. Tal interesse é decorrente do tipo de competência conferida àquele espaço: ali é feita a legislação das matérias relacionadas às pautas de grupos religiosos, principalmente aquelas mais caras aos evangélicos e católicos. No entanto, o tipo de relação que o Executivo brasileiro estabelece hoje com os evangélicos é algo novo. “Os evangélicos têm seus projetos para o Executivo embora menos justificados pelas agendas políticas que em geral apresentam relacionadas às legislações sobre família e vida moral”. (Mariz, 2017, p.72).

Por isso, destinamos uma parte deste capítulo para elencar algumas conexões existentes entre o Governo Federal e a atuação política evangélica, enfatizando sobretudo alguns relevantes exemplos de aproximação institucional, promovida principalmente por membros que ocupam ou ocuparam o primeiro escalão do governo Bolsonaro. Para tanto, coletamos informações disponibilizadas em sites de notícia, nas redes sociais e nos sites oficiais.

Como já abordamos acima, as lideranças evangélicas latino-americanas iniciam na década de 1980 um processo de atuação política que leva a uma ruptura definitiva com o comportamento distanciado adotado nas décadas anteriores. No Brasil, o momento-chave dessa ruptura acontece em 1986, quando os evangélicos pentecostais se articulam com o intuito de eleger representantes de seus interesses na Assembleia Constituinte, em formação naquele momento. Deste momento até os dias atuais, os evangélicos acumulam mais de três décadas de atuação ininterrupta e cada vez mais intensa.

A pesquisadora Magali Cunha registra a relevância do protagonismo evangélico no espaço público brasileiro, bem como o expressivo ganho de espaços e cargos significativos que

este segmento passa a ter com a eleição de Jair Bolsonaro. Cunha indica que, em 2018, pastores, bispos, apóstolos e missionários acessaram o então candidato dentro de uma lógica pragmática - evidenciada como um traço do comportamento político evangélico nas considerações feitas acima - buscando assim uma “aliança com um poder” que viabilizasse a manutenção do status já conquistado (verificado em termos de patrimônio, influência social e política, visibilidade nas mídias e representação no parlamento), ou mesmo sua ampliação (Cunha, 2021). Podemos dizer que esta aliança foi exitosa, fazendo com que os evangélicos avançassem em novos espaços de poder. Aliás, a forma como os ministérios foram distribuídos é um retrato do compromisso firmado entre evangélicos e o governo de Jair Bolsonaro. Magali Cunha nos traz uma lista de lideranças evangélicas que hoje estão à frente de cargos de primeiro escalão do governo federal; cabe aqui esmiuçá-la.

Começemos por Onyx Lorenzoni. O político de filiação luterana começou a atuar como deputado federal em 2003. Em 2018, é eleito para seu quinto mandato como parlamentar da Câmara dos Deputados. Na biografia disponível no endereço eletrônico¹⁴ da Câmara, é possível observar que a primeira licença de seu cargo aconteceu por conta da nomeação, em 5 de novembro de 2018, para o cargo de “Ministro Extraordinário Coordenador de Equipe de Transição Governamental”. Em fevereiro de 2019, assumiu o cargo de Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Lorenzoni tornou-se Ministro de Estado da Cidadania em fevereiro de 2021. Ainda em fevereiro deste ano, foi nomeado como Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República. E finalmente, em julho, passa a ocupar o atual cargo de Ministro de Estado do Trabalho e Previdência¹⁵, ministério recriado para adequar as movimentações do governo Bolsonaro junto ao “Centrão”, sobre o qual falaremos mais adiante. Assim como este, outro ministério recriado foi o das Comunicações, no qual foi nomeado o então deputado federal Fábio Faria, vinculado à Igreja Batista.

Além de Onyx Lorenzoni, a Secretaria-Geral e a Casa Civil também foram comandadas por Luiz Eduardo Ramos, general do Exército Brasileiro, e evangélico ligado à Igreja Batista.

¹⁴ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74399/biografia>; acessado em 30/10/2021.

¹⁵ Cabe destacar que o Ministério do Trabalho e Previdência havia sido extinto oficialmente no primeiro dia do governo de Jair Bolsonaro, sendo anexado como uma “secretaria especial” ao Ministério da Economia. O ministério, criado 90 anos antes por Getúlio Vargas, era também símbolo dos direitos trabalhistas acumulados na história do país. Sua extinção foi repudiada principalmente por entidades do movimento sindical, uma vez que ela indicava o rebaixamento e o descuido com as questões do mundo do trabalho. Sua recriação causou mais polêmica ainda: ela foi feita não por uma mudança na postura do governo, mas sim em razão de uma necessidade de adequação na distribuição de cargos, motivada pelas articulações do governo federal com o “Centrão”. Abordaremos mais sobre a relação com este campo político mais adiante.

Outro nome de peso é André Luis Mendonça. Mendonça já havia sido Ministro da Advocacia Geral da União, e tornou-se mais conhecido por ser a indicação de Bolsonaro para o STF, diante da vaga aberta com a aposentadoria de Marco Aurélio Mello. Além disso, figurou como a promessa de uma indicação “terrivelmente evangélica” para o cargo.

Dedicaremos mais atenção neste momento à condução de outros dois ministérios: o da Educação e o da Mulher, Família e Direitos Humanos. Cabe destacar aqui que ambos os ministérios estão sintonizados com a atuação no campo da ação social e da educação, marcas significativas das igrejas protestantes.

3.3.1 Educação e Direitos Humanos: ministérios-chave para a atuação político-religiosa evangélica

Dentre as nomeações com fortes relações no campo religioso está a do ministro Milton Ribeiro, que também exerce a ocupação de pastor presbiteriano. Foi indicado para atuar como Ministro da Educação em 2021. Do início do governo de Jair Bolsonaro até o momento de sua posse, a pasta já havia sido ocupada por outros três nomes.

Ricardo Vélez Rodríguez foi o primeiro a dirigir o MEC no governo de Jair Bolsonaro; permaneceu apenas três meses no cargo, sendo exonerado após ter seu nome envolvido em polêmicas e crises que afetaram negativamente a gestão do MEC. É interessante observar que estas polêmicas não giram em torno de decisões tomadas ou da apresentação de um projeto, elaborado e consistente, que causasse a indignação e a reação da sociedade como um todo ou de setores progressistas; são basicamente falas aleatórias, com um conteúdo que dialoga e sinaliza ao público que parece apoiar o governo justamente em seu caráter mais “alegórico”, menos produtivo em termos de gestão, porém mais sintonizado com o “politicamente incorreto”. Em notícia divulgada pelo “G1”¹⁶, são listadas as seguintes polêmicas envolvendo Vélez: pedido para que as escolas fizessem registros e enviassem ao MEC imagens dos alunos cantando o Hino Nacional (o então ministro desiste do pedido após a repercussão negativa); declaração pública de que a universidade não é para todos; declaração em entrevista sobre o brasileiro parecer um “canibal” em viagens ao exterior; defesa de revisão nos livros didáticos

¹⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/08/planalto-anuncia-demissao-de-ricardo-velez-rodriguez-do-ministerio-da-educacao.ghtml>, acessado em 26/11/2021

sobre a ditadura, alegando que a permanência dos militares ao poder foi um “regime democrático de força”, e que as alterações nos livros seriam feitas progressivamente, até que se consolidasse uma versão “mais ampla da História”¹⁷.

Diante da insustentabilidade que se desenhava, algumas das alas que compõem o campo evangélico de apoio ao presidente apresentaram como sugestão a substituição de Véléz Rodríguez pelo então presidente da Capes, Anderson Ribeiro Correia - evangélico, de fácil circulação no meio militar e atual reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Ele teve seu nome defendido pelo pastor Silas Malafaia e pelo deputado evangélico Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ)¹⁸, mas a campanha não vingou. Por fim, o ministério foi assumido por Abraham Weintraub.

É importante trazer neste momento um pequeno - porém sintomático - conjunto de eventos envolvendo a CAPES durante o governo Bolsonaro. O órgão, que começa o governo Bolsonaro sob o comando do já citado Anderson Ribeiro Correia, passa posteriormente ao comando do ex-reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), Benedito Guimarães Aguiar Neto. Sua nomeação em janeiro de 2020 foi divulgada juntamente com suas declarações sobre criacionismo bíblico¹⁹. Benedito defende uma abordagem educacional que considere a perspectiva criacionista, e que ela precisa ser colocada em contraposição à teoria da evolução, já a partir da educação básica. Os caminhos para uma “argumentação científica” sobre o criacionismo estariam sendo desenvolvido na UPM, onde o debate sobre Design Inteligente²⁰ é estimulado - trata-se de uma construção argumentativa, pseudocientífica, sustentada por alguns grupos religiosos, que apresenta a ideia de que o Universo foi “projetado por um Ser Inteligente” – Deus. Benedito sai do cargo em abril de 2021. Em seu lugar - e em meio a novas

¹⁷ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/v%C3%A9lez-diz-que-livros-did%C3%A1ticos-v%C3%A3o-mudar-porque-n%C3%A3o-houve-golpe-em-1964/a-48195188>, acessado em 26/11/2021.

¹⁸ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/evangelicos-sugerem-governo-presidente-da-capes-para-substituir-velez-no-mec-23526367>, acessado em 26/11/2021.

¹⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/01/24/novo-presidente-da-capes.ghtml>, acessado em 26/11/2021.

²⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2017/05/1882590-universidade-mackenzie-de-sp-abre-centro-que-questiona-a-evolucao.shtml>, acessado em 26/11/2021; <https://www.mackenzie.br/noticias/artigo/n/a/i/mackenzista-sera-primeiro-brasileiro-a-palestrar-sobre-design-inteligente-nos-eua>, acessado em 26/11/2021; <https://www.mackenzie.br/noticias/artigo/n/a/i/darwin-errou-coordenador-do-discovery-mackenzie-lanca-livro-nos-eua>, acessado em 26/11/2021.

polêmicas - entra a advogada Cláudia Mansani Queda de Toledo²¹.

Retomando a análise sobre o comando do MEC, lembramos que Weintraub já compunha o quadro da gestão de Bolsonaro antes de assumir o distinto cargo de ministro da Educação. Ele era secretário-executivo da Casa Civil, importante cargo da pasta. Esteve antes também na equipe do governo de transição, atuando, junto de seu irmão Arthur Weintraub, nas conduções da área da Previdência. Sua passagem pelo ministério da Educação acumulou ainda mais polêmicas²² do que a de seu antecessor. Citemos algumas: em entrevista, o ministro alegou que as universidades federais possuíam “plantações extensivas de maconha”, e daí construiu a ideia de que as mesmas reclamam da agroindústria que produz soja, mas que para a produção de maconha elas aceitariam toda a tecnologia possível; ataques em redes sociais à entidades estudantis como UNE e Ubes, e a Paulo Freire; anúncio de cortes nos recursos de universidades que não apresentassem bom rendimento acadêmico e que promovessem “balbúrdia” em seus campi - na lista dos exemplos que se enquadravam nesta categoria estavam a UNB, a UFF e a UFBA, onde, de acordo com ele, era recorrente a presença de pessoas “sem-terra e nuas”. A mesma interpretação feita acima sobre as falas polêmicas de Vélez Rodríguez cabem para as falas de Weintraub. Mais recentemente, já fora do cargo e morando nos EUA, o ex-ministro usou suas redes sociais para reclamar de uma suposta perseguição religiosa àqueles que seguem a Bíblia, motivado pela discussão em curso no STF naquele momento sobre o “abuso de poder religioso” nas eleições²³.

Entre a exoneração de Weintraub e a nomeação do atual ministro, o pastor Milton Ribeiro, o MEC assistiu à brevíssima passagem de outro evangélico: Carlos Alberto Decotelli. No portal de notícias “gospelmais”²⁴, ele é descrito como “um opositor da ideologia de gênero e da doutrinação política em sala de aula”, leia-se “Escola sem Partido”. Em entrevista ao

²¹ Cláudia Toledo coordenava um curso de pós-graduação que foi descredenciado pela própria CAPES em 2017. Além disso, foi tachada pela ala mais radical do governo de “esquerdistas”. Ver mais em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/04/16/nova-presidente-da-capes-coordena-curso-de-mestrado-que-tirou-nota-2-e-foi-descredenciado-pela-propria-capes-em-2017.ghtml>, acessado em 26/11/2021; <https://noticiasbh.com.br/feliciano-se-revolta-com-nomeacao-de-esquerdistas-para-a-capes-e-ameaca-deixar-cargo-de-vice-lider-brasil-gazeta-brasil-o-que-esta-acontecendo-no-brasil-e-no-mundo-agora/>, acessado em 26/11/2021.

²² Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/9-vezes-em-que-abraham-weintraub-se-mostrou-inimigo-da-educacao/>, acessado em: 26/11/2021.

²³ Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/weintraub-fim-liberdade-religiosa-segue-biblia-136776.html>, acessado em 26/11/2021.

²⁴ Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/evangelico-ministro-da-educacao-ideologia-de-genero-136721.html>, acessado em: 27/11/2021.

“Estadão”²⁵, Decotelli se apresentou nas seguintes palavras:

Eu sou um técnico. Cresci dentro da Primeira Igreja Batista do Rio e sou voltado para as questões da crença neotestamentária do núcleo evangélico tradicional, como as igrejas Batista, Metodista, Presbiteriana. Frequentei escola dominical desde dois anos de idade e hoje sou membro da Primeira Igreja Batista de Curitiba. Nas convicções que estão na Bíblia, no Novo Testamento, eu acredito. Uma questão de fé. É assim que procedo na minha vida (entrevista concedida por Decotelli em junho de 2020).

A nomeação de Decotelli durou poucos dias, sendo exonerado por conta de problemas envolvendo seu currículo acadêmico. Em seu lugar entrou o pastor da Igreja Presbiteriana de Santos, teólogo e advogado Milton Ribeiro. Ele também mantém relações próximas com a já citada Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde atuou como vice-reitor²⁶.

O ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos não passou por tantas mudanças de comando. A pastora ligada à igreja Batista Damares Alves foi nomeada para a pasta do novo ministério logo no início do governo Bolsonaro e segue no cargo até o momento da elaboração desta pesquisa. De semelhança com os nomes que passaram pelo MEC ela possui a lista de falas polêmicas²⁷: declarações contra a “ideologia de gênero” através da afirmação simples e simbólica “menino veste azul e menina veste rosa”; questões envolvendo seu trabalho junto às populações indígenas e a adoção, nunca legalizada, de sua filha, retirada de uma aldeia; declarações pgressas sobre a defesa de ensino religioso nas escolas.

Não devemos considerar as falas polêmicas supracitadas como algo menor ou irrelevante. Tem-se o entendimento aqui de que elas cumprem um duplo papel, acionado de forma estratégica quando necessário. O primeiro, tem a ver com uma aparente tentativa de deixar as discussões públicas enturvadas, principalmente quando surgem novos escândalos envolvendo o presidente da República, seus filhos e/ou alguns de seus aliados, formando uma “cortina de fumaça” que dificulta a percepção e a análise dos fatos por parte da sociedade. O segundo papel está relacionado com o diálogo direto com aquela parcela do eleitorado mantida justamente pela afinidade com os radicalismos (e conservadorismos) presentes em algumas das

²⁵ Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,vamos-favorecer-o-dialogo-e-a-comunicacao-com-o-mec-diz-dec-otelli,70003345295>, acessado em 27/11/2021.

²⁶ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/07/10/interna_politica,1165501/saiba-quem-e-o-pastor-milton-ribeiro-novo-ministro-da-educacao.shtml, acessado em 27/11/2021.

²⁷ Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/relembre-as-polemicas-da-ministra-damares-alves.e39919c669f_1a41d9bdc48ec93b867c21a7urtnq.html, acessado em 27/11/2021.

falas. No entanto, o que mais interessa aos propósitos desta pesquisa é avistar se esse comportamento tem irradiado algum tipo de influência nas grandes ações dos ministérios em questão, em termos de políticas públicas. Para tanto, é preciso recuperar um pouco do que constava na proposta de plano de governo apresentada por Jair Bolsonaro em sua campanha de 2018.

A primeira página do documento chamado “O caminho da prosperidade”²⁸ traz a promessa de “um governo decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal. Um governo sem toma lá-dá-cá, sem acordos espúrios”. Fala também de um compromisso com a “Liberdade”, que seria devolvida aos brasileiros – não a todos, mas àquela parcela que a campanha de Bolsonaro considerava como os “verdadeiros donos do país”. A existência de um “verdadeiro dono” pressupõe a existência de um outro, que teria se apossado indevidamente do país? Quais critérios são usados para distinguir os “verdadeiros” dos “larápios”? Se considerarmos o ordenamento jurídico do país, podemos responder que não há fundamento nessa afirmação. Mas, de forma geral, o exercício de perscrutar o documento revela uma forma pouco elaborada de apresentação de temáticas diversas (segurança pública, educação, funcionalismo público, soberania nacional, etc.), coexistindo com um conteúdo que agrega basicamente os mais diversos tipos de indignação da população.

Em suas simplórias linhas iniciais o documento já dialoga com questões importantes que atravessavam (e ainda atravessam) o cotidiano da população, conseguindo também acenar para um público mais conservador. Com um distanciamento de três anos, podemos dizer que muito pouco foi apresentado pelo governo de Jair Bolsonaro no sentido de sanar as crises nos campos ético, moral e fiscal - na verdade, o documento explora muito pouco o que a candidatura considera como aspectos destas crises. Sabemos porém que todas elas foram atribuídas, antes e depois das eleições, recorrentemente, ao Partido dos Trabalhadores²⁹ - mais especificamente ao que eles chamam de “30 anos de marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo”, que teriam se unido “às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família

²⁸ Disponível em:

https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf, acessado em 27/11/2021.

²⁹ Bolsonaro e seus aliados tendem a culpabilizar os governos PT em diversos momentos da gestão - em alguns momentos outros partidos e movimentos também são incluídos na lista de responsáveis por problemas dos mais diversos tipos. Ver mais em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-o-povo-ta-atras-de-osso-por-culpa-do-pt-e-do-psb/>; <https://www.brasil247.com/brasil/bolsonaro-atribui-problema-de-saude-a-facada-e-faz-acusacoes-falsas-ao-psol-e-ao-pt>; [https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/10/07/a-culpa-e-do-pt-diz-bolsonaro-sobre-alta-nos-precos-dos-co mbustiveis.ghtml](https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/10/07/a-culpa-e-do-pt-diz-bolsonaro-sobre-alta-nos-precos-dos-co- mbustiveis.ghtml), acessado em: 27/11/2021.

brasileira”. Não pretendemos esmiuçar cada eixo do documento. Mas devemos chamar atenção para algumas partes.

Em “A nova forma de governar! Estrutura e Gestão”, há um tópico destinado à discussão sobre “Redução de Ministérios”. Ali, é apontada a existência, àquela época, de 29 ministérios. A partir desta constatação, o documento promete baixar para 23 o número de ministérios (somados à 02 secretarias e 04 órgãos com status de ministério). O argumento neoliberal enraizado no senso comum de que “o Estado é muito grande, precisa ser reduzido”, foi simplificado num “o país funciona melhor com menos ministérios” em letras garrafais. O diagnóstico apresentado aponta que “o número elevado de ministérios é ineficiente, não atendendo os legítimos interesses da nação. O quadro atual deve ser visto como o resultado da forma perniciosa e corrupta de se fazer política nas últimas décadas, caracterizada pelo loteamento do Estado, o popular ‘toma-lá-dá-cá’”. Esta parte nos leva a uma breve análise sobre a relação estabelecida entre o governo Bolsonaro e as Casas Legislativas - mais especificamente com o que convencionou-se chamar de “Centrão”.

Apesar de quase 30 anos de atuação como parlamentar, Jair Bolsonaro conseguiu se eleger atrelando a si a imagem de um político *outsider*, antissistema, que não conseguiu emplacar mais projetos de lei porque foi boicotado (justificativa utilizada com regularidade por seus simpatizantes quando questionados sobre a fraca atuação do mesmo como deputado). Num momento de crise política e forte descrença da população, foi exitosa a construção desse personagem “messiânico”, que não pertence à realidade estabelecida, que é injustiçado e perseguido por ela, que se sacrifica pelo povo (vide o uso feito do fatídico episódio da facada durante a campanha eleitoral), e que teria as qualidades e as bandeiras necessárias para melhorar o país. Dentre elas estava a incorporação da luta contra a corrupção e contra a “velha política” - uma posição que se ajusta bastante ao legado já construído na opinião pública através da prática de judicialização da política, especialmente pela “Operação Lava Jato”. É preciso considerar estes elementos para destacar as contradições envolvendo o tipo de relação estabelecida entre o governo de Bolsonaro e o Centrão. E é preciso fazer este destaque porque é através deste bloco político que algumas pressões dos grupos conservadores e evangélicos têm sido realizadas.

Importante destacar também que o Centrão é entendido como um conjunto de deputados e deputadas, desprovidos ou de fraca vinculação ideológica, cuja orientação dentro da Câmara pode ser definida a partir de negociações sobre cargos ou verbas, e com a capacidade de afetar significativamente o equilíbrio da correlação de forças nas votações. O governo Bolsonaro tem sido alvo de críticas sobre a liberação de recursos para este bloco, principalmente para aprovar

projetos e manter intocados os pedidos de *impeachment*. Uma das mais simbólicas movimentações foi a recriação do Ministério do Trabalho, para que o governo pudesse acomodar as promessas de cargos feitas ao Centrão, em julho deste ano. São diversas as notícias sobre os gestos e as cobranças envolvendo governo e centrão. Buscamos, porém, trazer o foco aqui para as questões que envolvem, ao mesmo tempo, este bloco político e o apoio estritamente evangélico.

Existem duas flagrantes discussões nesse âmbito: a pressão para a escolha de um nome para o STF que seja “terrivelmente evangélico” e a pressão para que haja avanço na regulamentação do homeschooling.

Em outubro, ganhou os jornais³⁰ a cobrança feita pelo pastor Silas Malafaia (AD), para que os ministros Ciro Nogueira (Casa Civil), Fábio Faria (Comunicações) e a ministra Flávia Arruda (Secretaria de Governo), declarassem publicamente o apoio à André Mendonça como indicação para a vaga de ministro do STF. No vídeo³¹ onde faz a cobrança, Malafaia afirma categoricamente que, em ligação com o ministro Fábio Faria, falou que ele era “obrigado a emitir uma nota clara de apoio à André Mendonça”, assim como os demais ministros citados acima. A matéria do jornal “Estadão” indica que o posicionamento público e contundente do pastor teria sido motivado por outra reportagem do dia anterior, publicada pela “Folha de São Paulo”³², apontando uma articulação por parte do Centrão para que a indicação de André Mendonça fosse substituída pela de Alexandre Cordeiro, então presidente do Conselho Administrativo de Defesa da Econômica (Cade). Cabe destacar que a fala de Malafaia foi direcionada para os ministros citados porque a nomeação deles era resultado de articulações para atender aos interesses apresentados pelo Centrão. Outro aspecto interessante é que a efetivação do nome de Mendonça no STF significaria uma grande vitória para a atuação evangélica no espaço público e na política - um símbolo de representação no espaço mais alto do poder Judiciário do país, assim como Bolsonaro foi. Sobre isso, cabe retornar a Nina Rosas e seu pertinente paralelo com a tentativa, no passado, de eleição de outra figura evangélica, Marina Silva

A vitória desta (Marina Silva) seria para os evangélicos uma coroação da participação na vida pública, mas que tal expectativa foi frustrada com o resultado do primeiro

³⁰ Ver mais em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,malafaia-cobra-ministros-do-centrao-a-defender-indicacao-de-mendonca-ao-stf,70003865932>, acessado em 30/11/2021.

³¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bpu-9Zy3icA>, acessado em 30/11/2021.

³² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/10/centrao-quer-novo-nome-para-o-stf-e-abre-crise-entre-evangelico-s-e-bolsonaro.shtml> acessado em 30/11/2021.

turno das eleições. Em sentido equivalente, podemos enxergar a vitória de Jair Bolsonaro em 2018: uma coroação da participação da vida pública de um grupo que declara guerra ao mundo (ROSAS, p. 237).

Quanto ao homeschooling, a pressão foi direcionada pelo Centrão ao ministro da Educação Milton Ribeiro. Pressão esta que teria aumentado após a repercussão de suas falas sobre pessoas com deficiência (o ministro afirmou que crianças com deficiência atrapalham a aprendizagem de outras na escola) e sobre a crença pessoal de que a “universidade deveria ser para poucos”³³.

Retomando as considerações sobre o documento apresentado pela campanha do então candidato Jair Bolsonaro, indicamos que o tópico sobre Educação faz um recorte interessante de dados, através dos quais a educação brasileira é colocada num plano comparativo onde é contrastada com a de outros países mundo afora. A partir disso o documento busca sustentar a ideia de que é possível fazer muito mais com os recursos disponíveis, o que passaria pela qualificação de professores e pela atenção especial à educação infantil, fundamental e média. O programa também aponta para a necessidade de se combater nas escolas a sexualização precoce e a doutrinação, “um dos maiores males atuais”. Contra isso, seria fundamental “mudar o método de gestão”, “revisando” e “modernizando” os conteúdos, o que equivaleria a “expurgar a ideologia de Paulo Freire, mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), impedindo a aprovação automática e a própria questão da disciplina dentro das escolas”. No que se refere à Educação Superior, o programa determina que “o modelo atual de pesquisa e desenvolvimento no Brasil está totalmente defasado”, comparando nossa produção científica à de países como EUA, Israel, Taiwan, Coreia do Sul e Japão, num sentido estritamente voltado para a produção tecnológica. O documento discute a questão dos Direitos Humanos apenas uma vez, ao final do tópico sobre Segurança, para indicar que a política de DH consistirá na priorização da “defesa das vítimas de violência”.

Bolsonaro ganha as eleições e já em fevereiro de 2019, o governo Federal divulga uma “Carta ao Congresso Nacional”³⁴. O documento de 256 páginas parecia ser um aprimoramento da proposta de programa de governo, com temas um pouco mais elaborados. O tópico sobre

³³ Sobre esta discussão encontramos poucas referências: uma no site de notícias “Gazeta do Povo” e em discussão em vídeo de Reinaldo Azevedo. Disponível em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/polemicas-homeschooling-mec-ministro-educacao-centrao/#explore#explore> ; <https://www.youtube.com/watch?v=HYCOpFbWtDY> , acessado em 30/11/2021.

³⁴ O documento encontra-se disponível na íntegra em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2019/02/04/mensagem-presidencial>, acessado em 28/11/2021.

educação³⁵, repleto de propostas vagas, segue falando da necessidade de rever a BNCC, buscando a modernização dos conteúdos, a construção de programas de alfabetização baseados em evidências científicas (na visão do governo, isso seria um contraponto à produção de Paulo Freire), impedimento à “doutrinação e propagação de ideologias-político partidárias”, e buscando o combate à “ideologia político-partidária e à ideologia de gênero e sexualização precoce de crianças e adolescentes”. No tópico sobre Direitos Humanos o governo anuncia que trabalhará para “ampliar e avançar nas políticas públicas dessa área no Brasil”, promovendo através dela a “maior inflexão na orientação ideológica”; toma como exemplo a atenção que prometem dar à vítimas de violência, pois elas teriam sido “as grandes esquecidas nos governos anteriores” (Mensagem ao Congresso Nacional, p.101).

A partir destes pontos destacados na proposta de programa de governo, faremos alguns paralelos e reflexões, começando pelas pautas colocadas para o Ministério da Educação ou relacionadas a ele.

“Escola sem partido” - o movimento começa ainda em 2004 tendo como foco o combate à “propagação ideológica, política e partidária em universidades e escolas”; entende-se como uma iniciativa voltada para a promoção da liberdade de pensamento e o pluralismo de ideias nas escolas brasileiras. O projeto de lei proposto nacionalmente sobre o tema foi apresentado em 2016, antes do “bolsonarismo” ganhar corpo, porém o tema foi largamente acessado por ele. Em 2017, 15 estados e 66 municípios tinham em tramitação pelo menos um projeto de lei sobre o ESP³⁶. Em 2020, por 9 votos contra 1, o STF³⁷ determina a inconstitucionalidade das leis propostas pelo movimento, uma posição institucional que enfraqueceu seu ideário, fazendo com que perdesse força. Ainda assim, no início de 2021, o ministro Milton Ribeiro decide nomear Sandra Lima Vasconcelos Ramos para a pasta do MEC responsável pelos materiais didáticos de mais de 145 mil escolas públicas no país. Sandra Ramos é conhecida no meio conservador

³⁵ Ao site “Nova Escola”, especialistas em educação apontam o caráter evasivo do documento quanto às ações efetivas; criticam ainda a ausência de qualquer menção ao Plano Nacional de Educação (PNE). Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/15542/mensagem-do-governo-bolsonaro-sobre-educacao-e-evasiva>

³⁶ Ver mais em: https://www.conjur.com.br/2021-jun-20/constituicao-stf-inconstitucionalidade-escola-partido#_ftn2, acessado em 28/11/2021.

³⁷ Ver mais em: <http://fepesp.org.br/noticia/escola-sem-partido-stf-declara-inconstitucional-por-9-a-1/>, acesso em 28/11/2021.

por sua atuação junto ao movimento pela ESP, e pela defesa de algumas outras pautas desse campo para a educação, como por exemplo o ensino religioso nas escolas, (sobre o qual veremos logo adiante).

Alteração nos conteúdos dos materiais didáticos - a coordenação-geral de materiais didáticos é uma das pastas mais importantes do MEC, e seu comando foi dado recentemente à supracitada Sandra Ramos, professora da UFPI desde 2009. Em 2018, ela endossou uma nota contendo críticas e sugestões à Base Nacional Comum Curricular; dentre as sugestões estava a inclusão da “perspectiva cristã” e a introdução da teoria criacionista na disciplina de biologia (a nota também foi assinada pela ministra Damares Alves, na época assessora do Senado). A “Nota explicativa conservadora” pode ser encontrada no site “de olho no livro didático”³⁸, destinado a tratar de “políticas educacionais e ocorrências de doutrinação nos materiais didáticos, literários e pedagógicos”.

Homeschooling - o termo em inglês remete às reivindicações de grupos conservadores e religiosos para alterações nas leis que organizam o ensino domiciliar. O intuito de algumas lideranças evangélicas, somado aos da ala governista ligada a Olavo de Carvalho (tido como o “guru” da extrema direita e do bolsonarismo), é distanciar crianças e jovens de uma educação plural, diversa e crítica. Estes grupos partem de uma definição negativa e distorcida do ambiente escolar. Os elementos discursivos presentes nas defesas públicas que fazem sobre o homeschooling são facilmente perceptíveis em comentários feitos por seus defensores em publicações nas redes sociais³⁹. Bolsonaro anunciou seu comprometimento com a regulamentação dessa modalidade de ensino logo no início de seu mandato, anunciando que ela estaria entre as medidas prioritárias do campo da educação para seus cem primeiros dias de gestão - apesar de ser uma discussão do campo da educação, Milton Ribeiro e Damares Alves atuam juntos na defesa da pauta. Até o momento desta escrita, o governo federal desistiu de apresentar a regulamentação do exercício do direito à educação familiar por Medida Provisória, como havia prometido, tendo optado por enviar um Projeto de Lei à Câmara dos Deputados. E

³⁸ Disponível em: <https://deolhonolivrodidatico.blogspot.com/2018/11/uma-analise-sobre-versao-homologada-da.html>, acessado em 28/11/2021.

³⁹ Neste vídeo publicado no canal da Câmara dos Deputados, com a reprodução de uma das reuniões para discussão sobre ensino domiciliar, encontramos quase uma unanimidade de comentários favoráveis à regulamentação, evocando palavras como liberdade, autonomia, análises sobre o ensino público brasileiro e comparações com a qualidade da educação em países mais flexíveis com o homeschooling, o que, para os defensores, justificaria sua adoção no Brasil com menos restrições como as que se têm hoje. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A7VYAmU2IU>, acessado em 28/11/2021

isso se dá num contexto marcado pela pandemia da covid-19, onde a discussão ganha novo fôlego, uma vez que as escolas e as famílias se viram diante de novas tarefas e posições no processo de ensino e aprendizagem de crianças e de jovens. Por enquanto não existem relatos de avanços na tramitação.

Ainda no bojo das discussões sobre o ministério da Educação, cabe dizer que Sandra Ramos não é a única funcionária do segundo escalão da pasta a defender a aplicação de valores cristãos às políticas educacionais. Também figura nas matérias jornalísticas⁴⁰ o nome de Carlos Nadalim, atual secretário de Alfabetização, ligado à “ala ideológica” do governo Bolsonaro através de sua relação com Olavo de Carvalho. Nadalim é árduo defensor do ensino domiciliar e em seu blog “Como Educar seus Filhos” (com cerca de 175 mil seguidores) apresenta métodos pedagógicos elaborados por ele, exaltados principalmente por pessoas contrárias às contribuições de Paulo Freire no campo da alfabetização⁴¹. Em setembro, o secretário participou como palestrante da edição brasileira do 2º CPAC (Conservative Political Action Conference), evento conservador que acontece nos EUA desde 1974). Ali, conclamou a direita à elaborar propostas de intervenção nas políticas educacionais a serem implementadas na rede pública⁴².

Por fim, cabe registrar também o episódio de março de 2021, quando Bolsonaro realizou uma reunião⁴³ com os presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado e da Câmara dos Deputados. O evento, divulgado nas redes sociais pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Eduardo Ramos, repercutiu por conta de uma oração ali realizada. O responsável pela condução do momento religioso foi o ministro da Educação Milton Ribeiro. De acordo com o general, a reunião foi um sucesso porque eles entregaram “tudo nas mãos de Deus”. Em uma outra publicação, o mesmo general exaltou os esforços empreendidos pelas autoridades no fortalecimento da democracia, que para ele passaria pela união dos Três Poderes. Percebe-se a imbricação, no mesmo discurso, do elemento religioso e

⁴⁰ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/ronilso-pacheco/2021/03/17/ministerio-da-educacao.htm>, acessado em 28/11/2021.

⁴¹ Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/16065/quem-e-e-o-que-pensa-carlos-nadalim-o-novo-secretario-d-e-alfabetizacao-do-mec>, acessado em 28/11/2021

⁴² Disponível em: <https://www.poder360.com.br/educacao/secretario-do-mec-diz-que-a-direita-precisa-discutir-politicas-para-educacao/>, acessado em 28/11/2021.

⁴³ Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/general-oracao-reuniao-bolsonaro-essencial-145119.html>, acessado em 24/11/2021.

do secular - a oração como instrumento para evocar a democracia.

Sobre o ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, podemos dizer que foi uma das grandes transformações administrativas do governo de Jair Bolsonaro, pelo menos quanto ao nome e à estrutura. Desde o governo Lula, as pautas referentes às questões das mulheres eram vinculadas à Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, dotada de status de ministério. Na época, isso foi considerado pelos movimentos de mulheres como um importante passo para a transformação de reivindicações históricas em políticas públicas. O governo Bolsonaro reformulou a pasta de Direitos Humanos, vinculando a temática das mulheres e da família, passando assim uma mensagem para o eleitorado conservador, que tende a interpretar as políticas públicas construídas pelos governos petistas como iniciativas que visavam destruir a família brasileira. Esse posicionamento estratégico da “família”, repetidamente anunciada como centro das políticas sociais do governo Bolsonaro, é institucionalizada através da criação da Secretaria Nacional da Família, à qual compete as seguintes tarefas:

assistir o Ministro(a) de Estado nas questões relativas à formação, fortalecimento e promoção da família; formular políticas e diretrizes para a articulação dos temas, das ações governamentais e das medidas referentes à promoção e defesa da família; coordenar e propor ações transversais no que se refere à formação, fortalecimento e promoção da família; articular ações intersetoriais, interinstitucionais, interfederativas e internacionais para fortalecimento da família; promover a inserção de uma perspectiva de família em todas as áreas de atuação do governo; gerir convênios, termos, acordos e outros instrumentos congêneres relativos à família; coordenar e articular ações com órgãos governamentais e organizações da sociedade civil, bem como com outras secretarias do Ministério para suporte à formação e desenvolvimento da família (MMFDH)⁴⁴.

Dentre as pautas associadas ao ministério e ainda em tramitação estão:

Debate sobre adoção⁴⁵ - a ministra Damare Alves expressa desde o início do governo

⁴⁴ Disponível em:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/secretaria-nacional-da-familia>, acessado em 30/11/2021.

⁴⁵ A discussão sobre adoção ganha contornos mais dramáticos diante do número de crianças e jovens que perderam seus responsáveis durante a pandemia da covid-19.

<https://www.anoreg.org.br/site/2019/05/28/mdh-ministra-apresenta-propostas-que-visam-desburocratizar-o-proco-adoacao-no-brasil/>; <https://www.poder360.com.br/coronavirus/fdsbrasil-ainda-nao-tem-uma-politica-nacional-com-foco-em-orfaos-da-pandemia-dw/>, acessado em 30/11/2021.

Bolsonaro o empenho nesta pauta. Em maio, Damares anunciou um conjunto de quatro iniciativas para acelerar o processo de acolhimento de crianças e adolescentes em abrigos. No entanto, até o momento não foram verificadas grandes mudanças na política de adoção de forma geral⁴⁶.

Ideologia de gênero⁴⁷ - a discussão sobre ideologia de gênero é permeada de equívocos conceituais e desinformação, e tem servido como instrumento para a proposição de mudanças no campo educacional brasileiro. No entanto, ainda não houve a aprovação de alguma lei nacional que versasse sobre a “proibição da ideologia de gênero nas escolas”, como pretendem os grupos que atuam nesse sentido.

Debate sobre o nascituro e combate ao aborto⁴⁸ - Bolsonaro assinou em julho de 2021 o projeto do governo, enviado ao Congresso, criando o Dia Nacional do Nascituro e de Conscientização sobre os Riscos do Aborto. A data escolhida foi o dia 8 de outubro, data já demarcada pela Igreja Católica na discussão do tema. O gesto de Bolsonaro é mais um aceno à sua base conversadora “pró-vida”, mas ainda não houve nenhum avanço sobre isso no Congresso. A pauta segue estagnada na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

As três pautas relacionadas ao ministério da Educação e ao da Mulher, Família e Direitos Humanos foram colocadas em relevo aqui para que pudéssemos traçar um paralelo entre as expectativas de lideranças políticas evangélicas e as ações efetivas do governo Bolsonaro. Podemos apontar que, apesar de ter firmado compromissos através de documentos publicizados tanto na época da campanha quanto no início de seu governo, Bolsonaro ainda não conseguiu

⁴⁶ Está em tramitação o Projeto de Lei 775/21 que pretende fazer com que as famílias que estão na fila para adotar possam funcionar como “famílias acolhedoras”, tendo prioridade na adoção da criança acolhida. O PL ainda se encontra na Comissão de Seguridade Social e Família e é de autoria de dois integrantes da Frente Parlamentar Mista pela Adoção e Convivência Familiar - a deputada evangélica Paula Belmonte (Cidadania-DF) e o deputado católico General Peternelli (PSL-SP). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/742399-proposta-permite-que-familia-na-fila-de-adoacao-possa-acolher-crianca/>, acessado em 30/11/2021. Existem outros PLs em tramitação vinculados à discussão da adoção, buscando aperfeiçoar o processo, ou mesmo o refinamento do uso e acesso aos dados que o envolvem. Mas não foram encontradas alterações de grande vulto sobre o tema.

⁴⁷ Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/educacao/tres-ideias-sobre-doutrina-e-ideologia-de-genero-na-escola-que-sao-falsas/?utm_source=leiamais; <https://www.aosfatos.org/noticias/desvendamos-noticias-falsas-de-dameres-alves-contra-ideologia-de-genero/>, acessado em 30/11/2021.

⁴⁸ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/ao-lado-de-dameres-bolsonaro-endossa-projeto-que-cria-dia-do-nascituro-25121664>, acessado em 0/11/2021.

(pelo menos até o momento desta escrita) consolidar as principais transformações que prometera à parcela conservadora e evangélica de seu eleitorado. Um evento muito marcante nesse sentido ocorreu durante sua participação no “1º Simpósio de Cidadania Cristã”⁴⁹, que aconteceu no início de outubro de 2021. Além do presidente, o evento organizado pela Confederação dos Conselhos de Pastores do Brasil (Concepab), pelo Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política (Fenasp), pela Associação dos Parlamentares Evangélicos do Brasil (Apeb), pelos Conselhos Estaduais de Pastores e pelo Movimento Acorda, teve sua programação marcada pela exposição de importantes figuras do primeiro escalão do governo, tais como os ministros Milton Ribeiro, Onyx Lorenzoni, Flávia Arruda, Rogério Marinho, Paulo Guedes e Damara Alves. Ali os pastores entregaram uma carta a Bolsonaro contendo algumas reivindicações. Dentre elas estavam pedidos para ajustes que facilitassem o processo de adoção no país, e a consolidação de medidas mais enérgicas na defesa do nascituro, contra o aborto, contra a ideologia de gênero e na regulamentação do homeschooling. Neste evento, Milton Ribeiro também declarou que sua missão à frente do MEC é mais espiritual do que política.

A entrega de uma carta com reivindicações, num evento deste porte, é sintomática. Aponta a insatisfação destas lideranças diante das promessas apresentadas por Bolsonaro em sua campanha, da qual elas foram fiadoras. O intuito aqui é finalizar esta parte apontando o fato de que, apesar dos constantes acenos aos cristãos, em especial aos evangélicos, o aumento significativo da presença evangélica confessional no Poder Executivo - depois da bem sucedida presença no Poder Legislativo - não parece indicar uma radicalização conservadora no que se refere à produção e execução de políticas públicas, pelo menos não num sentido teocrático.

Parece existir, no entanto, um crescimento da atuação de entidades político-religiosas, relacionadas a entidades paraeclesiais, com intensa relação com o atual governo federal, às quais consideramos aqui como importantes no processo de construção de uma rede de apoio político que passa à margem da atuação partidária. Isso poderia ser visto como um fenômeno vinculado ao processo de desgaste enfrentado hoje pelo sistema partidário brasileiro? Um elemento a ser pensado em estudos futuros.

Dentre as entidades e eventos desta ordem, além das citadas há pouco, estão o Conselho Latino-americano de Igrejas (CLAI), Conselho Mundial de Igrejas (CMI) na América Latina, a

⁴⁹ Disponível em:

<https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro/bolsonaro-faz-campanha-em-simposio-da-confederacao-de-pastores/>; <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/minha-acao-no-mec-e-muito-mais-espiritual-que-politica-diz-milton-ribeiro>; <https://opauteiro.com.br/pauta/concepab-reune-600-pastores-em-evento-com-bolsonaro-e-ministros/>, acesso em 30/11/2021

Associação dos Parlamentares Evangélicos do Brasil (Apeb), e o Encontro Nacional de Parlamentares Evangélicos. Sobre este último cabe dizer que encontramos um vídeo, contendo uma entrevista emblemática realizada no local deste encontro, onde um parlamentar explica que dentre os objetivos do evento está a “consolidação de estratégias e ações integradas”⁵⁰ de lideranças evangélicas na política; em outro, uma parlamentar alega que “ama os gays”, mas que os evangélicos precisam se unir para lutar pela família, que é “a base do nosso Estado”⁵¹, o que reforça a percepção desenvolvida na presente pesquisa.

Outro exemplo do empenho das lideranças políticas cristãs na pauta dos costumes pode ser extraído ao olharmos para a mudança ocorrida no “Fórum Nacional Evangélico de Ação Social e Política”. Para que pudessem maximizar a intervenção na discussão sobre interrupção na gravidez, ensejada à época do lançamento PNDH de 2009, evangélicos e católicos fizeram mais um esforço de aproximação. Tal aproximação toma forma mais consistente quando, em 2011, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil fez com que os parlamentares evangélicos passassem a chamar o então “Fórum Nacional Evangélico de Ação Social e Política” de “Frente Nacional Cristã de Ação Social e Política”. De acordo com Maria das Dores Machado, este gesto contribui para a ampliação “do poder de embate dos católicos e evangélicos junto aos movimentos sociais e ao poder executivo”, o que por sua vez impede que “a política reprodutiva do governo federal se afaste dos valores cristãos” (Machado, 2012, p.46).

Alianças conservadoras estratégicas como esta não se limitam às discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos, mas podem ser vistas aqui como um exemplo da inversão da lógica, existente no passado, quanto ao protagonismo de segmentos religiosos nas discussões públicas. Isso porque a alteração do nome parece evidenciar um gesto feito pelos evangélicos, onde eles convidam e dão espaço para que os católicos sejam agregados, para que se somem à uma composição política que aqueles já executavam. Sobre isso, vale lembrar aquele momento histórico que citamos acima, de construção da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”: ela inicialmente se chamaria “Marcha de Desagravo ao Santo Rosário” - nome que remete ao catolicismo -, mas recebe o nome pela qual ficou conhecida após o gesto, realizado pelos católicos, para que o evento ganhasse contornos ecumênicos, agregando outros setores religiosos com percepções conservadoras e anticomunistas, como por exemplo a comunidade judaica e evangélicos (p.34).

⁵⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N6VEDRdqq5Y&t=24s>, acessado em 30/11/2021.

⁵¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6Wvjct83P8>, acessado em 30/11/2021.

3.3.2 Movimentos cristãos no Brasil vinculados à nova direita norte-americana

A eleição de Donald Trump como presidente dos EUA, em novembro de 2016, reverberou seus efeitos para o mundo e para o Brasil. No campo dos fenômenos político-religiosos que nos interessa aqui, podemos dizer que tanto a mídia quanto a academia têm feito ponderações sobre as relações estabelecidas entre o governo federal estadunidense, sob o comando de Trump, e grupos evangélicos. Em matéria da Folha, publicada em janeiro deste ano, fica desnudado o empenho da Casa Branca na aproximação com lideranças sionistas israelenses, bem como na expansão e aprofundamento de sua presença na América Latina através de entidades político-religiosas. Mike Pence, então vice-presidente de Trump, e Mike Pompeo, ambos evangélicos, cumpriram um papel protagonista no desenvolvimento dos planos para o continente latino-americano. Estes elementos ganham contornos mais nítidos quando a Casa Branca decide criar, nos primeiros dias do mandato de Trump, o “Escritório de Fé e Oportunidade”. O principal aliado é o teólogo Ralph Drollinger - executor da estratégia desenvolvida por este espaço e também diretor do *Capitol Ministries*. De acordo com a investigação realizada pelo projeto jornalístico “Transnacionais da Fé”⁵², o território-alvo do “Escritório” é a América Latina, onde pretendem evangelizar líderes políticos de peso, fazendo com que eles possam legislar a partir de princípios bíblicos.

“O recente interesse por transferir as embaixadas de seus países para Jerusalém seria o resultado de vários esforços feitos por Mario Bramnick, fundador da Capitol Ministries (...) e membro do Iniciativa de *Faith and Opportunity Initiative* da Casa Branca (uma entidade criada por Trump com a capacidade de “fornecer recomendações sobre aspectos da agenda política da minha administração - Trump - que afetam programas e iniciativas comunitárias e baseadas na fé), bem como outros membros dessa agência da Casa Branca, para influenciar funcionários em Guatemala, Honduras, El Salvador e Brasil.” (BORDA, p.145)

A matéria faz um apontamento interessante sobre a atuação de Drollinger até alguns anos atrás: a comunidade evangélica não conferia muita importância à atuação dele até 2009; o teólogo chegou ao ponto de ser expulso de sua congregação diante de acusações de irregularidades. Sua relevância como líder cresce principalmente após virar mentor espiritual de Mike Pence e Mike Pompeo. Estas figuras foram responsáveis por inseri-lo na gestão de

⁵² O projeto jornalístico Transnacionais da Fé conta com a colaboração de 16 veículos midiáticos latino-americanos, e é liderado pela Columbia Journalism Investigations (CJI) da Escola de Jornalismo de Columbia (EUA). Disponível em: <https://apublica.org/especial/transnacionais-da-fe/> acessado em 24/11/2021.

Trump em 2016. Lá, Drollinger tinha inicialmente a missão de conduzir os estudos bíblicos da Casa Branca.

A investigação do grupo jornalístico consegue apontar alguns desdobramentos desta empreitada para além das fronteiras dos EUA. Drollinger fez da Nicarágua a sede de seu espaço de estudos. Em Honduras, atuaram no convencimento do presidente Juan Orlando Hernandez para que a embaixada do país em Tel Aviv passasse para Jerusalém. Na Guatemala, 23 pastores do “Escritório da Fé”, especialistas em operações políticas, fizeram com que o ex-presidente Jimmy Morales mudasse de opinião quanto à transferência da embaixada: ele que inicialmente era contra a transferência para Jerusalém, cede; em troca, lhe é permitido desfazer a Comissão contra a Impunidade e Corrupção na Guatemala, patrocinada pela ONU - a matéria indica que a Casa Branca havia promovido, apoiado e financiado parcialmente a referida comissão, mas silenciou diante de seu fim. E no Brasil, igrejas evangélicas locais, ligadas ao Capitol Ministries de Drollinger, constroem uma importante atuação no apoio à administração de Jair Bolsonaro.

Para contribuir na elucidação da expansão de movimentos cristãos norte-americanos em direção à política, falaremos adiante sobre quatro deles: “Dunamis Movement”, “The Call”, “The Send”, e o “Capitol Ministries”⁵³.

Em seu site é possível encontrar a seguinte descrição para o Dunamis Movement: um movimento global cristão que desperta espiritualmente uma geração, estabelece o reinado da cultura e transforma sociedades⁵⁴ (tradução nossa). Num dos conteúdos disponibilizados está um chamado para que as pessoas não se deixem afetar pelas opiniões alheias, ou pela correria cotidiana que faz com que não haja mais um “tempo com Deus”, o que faz com que “o inimigo conquiste o que ele quer”, e isso precisa ser impedido. Em outro, o movimento é descrito também como “paraeclésiástico”, focado no “avivamento sustentável”; ali é indicada a origem etimológica da palavra “Dunamis”, que cabe ser transcrita.

“significa o poder explosivo do Espírito Santo com uma conotação de dinamite e dinâmica. No grego há quatro palavras sinônimas de poder: Exousia (autoridade delegada), Ischuros (força física), Kratos (domínio) e a palavra Dunamis providenciando um sentido de energia, grande força e grande habilidade, muitas vezes

⁵³ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/01/um-lobby-politico-religioso-de-penetracao-e-conquista-na-america-latina.shtml>, acessado em 24/11/2021.

⁵⁴ A global Christian movement that spiritually awakens a generation, establishes Kingdom culture and transforms societies. Disponível em: <https://dunamismovement.medium.com/vivendo-da-forma-que-ele-nos-chamou-para-viver-539acf6f0ff1> acessado em 03/11/2021.

descrito como o poder vindo de um outro mundo em atividade na Terra, conquistando a resistência.(...) É com esse poder e graça vinda dos Céus que esse ministério visa expandir o Reino de Deus através de jovens que primeiramente são avivados para depois serem agentes de transformação na sociedade.” (extraído do site eventbrite.com.br)⁵⁵.

O movimento conta também com uma plataforma de ensino, a “Escola Dunamis”. Dentre os objetivos está a capacitação dos alunos (considerados previamente como líderes) para que possam “impactar o mundo de maneira plena, relevante e eficaz.” Dentre os dez motivos elencados para que a juventude participe está um convite à “manifestar o Reino de Deus nas esferas da sociedade”⁵⁶.

Outro movimento missionário de origem norte-americana em crescimento no Brasil, principalmente entre os jovens, é o “The Send”. O movimento faz parte de um projeto criado em 2001 por Lou Engle, chamado “The Call Ministries” (ou “Ministério do Chamado” em português). Este último consistia na realização de grandes eventos evangélicos direcionados ao grande público. Eles aconteciam em locais espaçosos, como estádios de futebol, onde milhares de pessoas acompanhavam orações, pregações religiosas e apresentações musicais. Também eram proferidos discursos políticos conservadores, o que chamou a atenção da Direita Cristã. Este projeto era baseado numa perspectiva expansionista e evangelizadora, mobilizando grupos evangélicos em diversos países. Foi extinto em 2019, ano em que Lou Engle idealiza o The Send. O “The Send Brasil” aconteceu com o apoio do Dunamis Movement em São Paulo e Brasília, onde estiveram presentes e discursaram a Ministra Damares Alves e o Presidente Jair Bolsonaro⁵⁷.

Por último, cabe trazer as considerações sobre este expoente movimento cristão que é o *Capitol Ministries*. De acordo com as informações coletadas pela agência de jornalismo investigativo “Agência Pública”, o *Capitol Ministries* (em português “Ministério do Capitólio”, símbolo do Congresso estadunidense) foi fundado nos Estados Unidos em 1996 por Ralph Drollinger, ex-jogador de basquete que inicialmente evangelizava atletas, mas que passou a tentar fazer com que os “discípulos de Jesus Cristo” estivessem na arena política pelo mundo

⁵⁵ Disponível em <https://www.eventbrite.com.br/o/movimento-dunamis-10949547031> acessado em 03/11/2021.

⁵⁶ Disponível em: <https://dunamismovement.com/> acessado em 03/11/2021.

⁵⁷ Disponível em <https://coletivobereia.com.br/movimento-the-send-brasil-e-criticado-por-doutrinar-politicamente-jovens-evangelicos/>, acessado em 04/11/2021.

afora. Drollinger promovia estudos bíblicos semanais através dos quais usa o Evangelho para justificar e estimular algumas medidas radicalizadas por parte dos governos, especialmente aquelas adotadas pelo governo de Donald Trump. Em 2018, ele elaborou um discurso que agregava fortemente elementos discursivos da política e da religião para pressionar o governo norte-americano a travar uma guerra contra Síria, Irã e Coréia do Norte. Defendia para tanto a ideia de que se as pessoas fossem à guerra, então elas seriam abençoadas pela Bíblia, elaborando assim um processo de convencimento que envolvia a seguinte fala: “você, como servidor público, ajude a reduzir a tendência antibíblica secular em direção ao pacifismo e não intervencionismo! Isso vai levar a um crescente caos global!”⁵⁸. A agência aponta, objetivamente, que o intuito do fundador do Capitol Ministries é, em última instância, fazer com que políticos e servidores públicos adotem uma visão cristã evangélica na condução política. Na visão de Drollinger, a formulação de políticas públicas que “agradassem a Deus” seria algo muito benéfico para a nação.

Até 2010, a organização tinha como público alvo deputados estaduais. Em 2017, funda um grupo de estudos dedicado aos funcionários do governo Trump, e a partir daí passa a atuar no plano da política mundial - eram realizadas reuniões semanais que contavam com a presença de importantes presenças do primeiro escalão do governo Trump, tais como Mike Pence (então vice-presidente) e Mike Pompeo (secretário de Estado responsável pela condução da política externa), ambos financiadores da organização.

As relações estabelecidas com o governo norte-americano foram positivas para o projeto de expansão mundial de Drollinger. Já são 200 ministérios em todo o mundo. Na América Latina, estão operando no México, Honduras, Costa Rica, Equador, Uruguai e Brasil. Também estão presentes de alguma forma em outros países do continente, seja em processo de treinamento de lideranças ou na busca por pessoas que possam se somar na empreitada. É interessante destacar que o líder da organização deixa explícito que seu intuito é alcançar principalmente as pessoas nos cargos de presidente da República e ministros de primeiro

⁵⁸ Essa reportagem faz parte do projeto “Transnacionais da Fé”, uma colaboração de 16 meios latinoamericanos, sob a liderança da Columbia Journalism Investigations da Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia (Estados Unidos). Os parceiros latino-americanos são: Agência Pública (Brasil); El País (Uruguai); CIPER (Chile); El Surtidor (Paraguai); La República (Peru); Armando.info (Venezuela); El Tiempo (Colômbia); La Voz de Guanacaste e Semanario Universidad (Costa Rica); El Faro (El Salvador); Nómada e Plaza Pública (Guatemala); Contracorriente (Honduras); Mexicanos Contra la Corrupción y la Impunidad (México); Centro Latinoamericano de Investigación Periodística (CLIP); e Univisión (Estados Unidos).” Descrição retirada na íntegra e disponível no site: <https://apublica.org/2019/08/os-pastores-de-trump-chegam-a-brasilia-de-bolsonaro/>; acessado em 31/10/2021, às 00:14 horas.

escalão.

A entrada da organização no Brasil foi um importante acontecimento dentro do ambiente de disputa construído e protagonizado pelos segmentos protestantes na política do país. Em 28 de agosto de 2019, o fundador Ralph Drollinger participou como pregador de um culto da Frente Parlamentar Evangélica. No dia seguinte, o lançamento da versão brasileira do programa foi feito dentro do salão nobre da Câmara dos Deputados (Possmozer e Shiota, 2021, p.127). O líder da organização no Brasil atende por Pastor Givaldo Freitas, da Igreja Batista. É a pessoa designada para conduzir os estudos bíblicos no Senado e na Câmara. O formato adotado é uma versão traduzida dos estudos realizados no Gabinete da Casa Branca, nos EUA, equivalentes aos conduzidos na gestão de Donald Trump (idem). Houve também o encontro de representantes da organização com o ministro Onyx Lorenzoni, mais um nítido gesto de aproximação com o governo brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São diversas as formas com que as esferas religiosa e política podem se tocar. Optou-se aqui por perscrutar aquelas relacionadas com o processo de erosão democrática verificado na América Latina e especialmente no Brasil. O intuito não partiu de uma percepção persecutória ou fatalista. Tomamos por base constatações como a de Antônio Flávio Pierucci, categórico ao dizer que

“Numa sociedade moderna, a religião quando volta à política, seja de que maneira for, mostra ter o fôlego mais curto do que à primeira vista poderá parecer aos eternos descontentes com a autonomização das esferas de valor e separação das consequências. É o tipo de envolvimento que passa.” (PIERUCCI, 2007, p.11)

e a de Paul Freston, ao concluir que o estilo de intervenção parlamentar evangélica (marcado principalmente pela atuação pentecostal), apesar da força que apresenta hoje, tenderia ao enfraquecimento nas décadas seguintes (2008). Especificamente sobre a realidade Brasileira, Freston indica, ainda em 1999, que

A nova constituição do campo religioso no Brasil poderá ter efeitos imprevisíveis, produzindo novas variantes de relação entre religião e sociedade. Precisamos manter em tensão o potencial de longo prazo e a prática atual; estar alerta também para as variações dentro do protestantismo, que incluem divergências significativas entre pentecostais.” (1999, p.335).

Nesse sentido, a pesquisa buscou contribuir aos esforços acadêmicos voltados à compreensão da quadra histórica em que nos encontramos, colocando em relevo alguns dos novos contornos da relação entre religião e sociedade. A partir dos elementos analisados e da conjuntura aqui delineada, não parece que a inconteste e pujante presença evangélica no campo da política esteja em vias de perder força. Talvez seja possível dizer que ela carrega uma grande relevância no cenário sociopolítico latino-americano e brasileiro, mas não deve ser entendida como uma ameaça de ordem religiosa às estruturas democráticas e seculares.

O objetivo central da pesquisa consistia em analisar estes novos contornos da atuação política do segmento evangélico. Isso foi tratado, primeiramente, a partir da consideração dos aspectos teológicos que atravessam esta atuação, e em seguida, colocamos em evidência a expansão de seu alcance. Esta expansão se verifica no tipo de presença de lideranças

evangélicas (tanto do protestantismo histórico, quanto do pentecostalismo e do neopentecostalismo) junto ao governo federal no Brasil, principalmente através da nomeação em cargos de primeiro e segundo escalão, mas também na construção de relações com entidades paraeclesiais nacionais e transnacionais, movidas por propósitos evangelizadores e políticos.

Verifica-se a validade da hipótese levantada sobre a existência de uma conformação político-religiosa, marcadamente evangélica, coesionada pela pauta moral e de costumes, e articulada em certo sentido com um processo mais amplo de retorno de movimentos conservadores. Uma coesão viabilizada no Brasil, nos moldes verificados, em função de características próprias de seu processo de formação jurídica, política, social e cultural, que estruturaram um espaço público fortemente marcado pelo elemento religioso. Foi possível constatar que esta presença é mantida através de mecanismos conferidos pelas instituições políticas e jurídicas, como bem aponta Machado:

Por outro lado, a valorização crescente da participação dos atores religiosos nas disputas eleitorais, na política partidária e no legislativo, assim como uso cada vez mais frequente por parte das estruturas eclesiais e seus integrantes dos instrumentos jurídicos sugerem que os mesmos reconhecem a centralidade do Estado e da esfera jurídica na vida social. Ou seja, para atuarem na esfera pública, os grupos religiosos necessitam cada vez mais lançarem mecanismos de participação definidos pelas instituições políticas e jurídicas (MACHADO, 2012, p.46).

É adequado indicar que a maioria de parlamentares cristãos na Câmara Federal é composta por católicos. Porém, os mesmos apresentam um comportamento significativamente autônomo em relação à Igreja, diferentemente dos evangélicos, que são fortemente vinculados às suas denominações (Machado, 2012, p.45), e que adotam recorrentemente uma postura confessional em seus cargos. A observação da atuação política conservadora cristã também considera a contribuição de setores do espiritismo.

Esta frente cristã conservadora/tradicional, por seus dogmas e princípios religiosos, contribuiu decisivamente para um projeto totalizante, organizado sob uma concepção hierárquico-autoritária da família, das etnias, das classes, da produção econômica. Estas forças deram explícito suporte e vocalizaram seus interesses através da candidatura do ex-capitão do Exército e ex-deputado Jair Bolsonaro (Camurça, 2020, p.89).

Ou seja, os evangélicos não são os únicos componentes de um segmento cristão a sustentarem uma posição consistente e militante sobre pautas conservadoras. Mas são, definitivamente, os que mais se destacam quanto às estratégias adotadas para ampliar seus

domínios de atuação na esfera pública. Estratégias que envolvem, de forma geral, um discurso que anuncia o empenho em “edificar na terra o Reino de Deus”, e de arregimentar mais apoiadores, fortalecendo tanto seu capital religioso quanto político.

As igrejas evangélicas são as que mais crescem, as que mais convertem, apresentando assim uma ampliação de sua presença na sociedade. Elas têm sido bem sucedidas na capacidade de persuasão, através da qual fazem com que suas doutrinas sejam recorrentemente lembradas, mantidas vivas fora dos “limites da igreja”, não esperando que apenas a comunidade religiosa consiga dar conta de exercer “sobre o indivíduo uma pressão social que o conforme às normas religiosas tradicionais” (Prandi, Santos e Bonato, 2019, p.46) - “Para contornar essa busca de autonomia individual (...) as religiões precisam se valer das mais diversas estratégias que as possibilite assumir um papel relevante nas contínuas construções sociais dos fiéis” (idem).

No campo da atuação eleitoral especificamente, a resposta para o sucesso aqui discutido parece estar relacionada com a estrutura organizativa das igrejas evangélicas (em especial as pentecostais e neopentecostais) e com sua expansão demográfica. As considerações levantadas por Machado (2012), Carneiro (2017) e Burity (2006), agrupadas especialmente na seção 2.3 desta pesquisa, evidenciam isso e nos conduzem a duas formulações conclusivas em especial.

A primeira é que considerar as múltiplas formas de atuação evangélica na política é bastante pertinente quando se busca formular uma análise sobre o quadro sociopolítico do país, tendo em vista a relevância assumida por este segmento religioso. E, assim como as crises da democracia, do sistema político e suas variações, não podem ser abordadas de um ponto de vista monocausal, também não podemos apontar a presença evangélica na política como o elemento responsável pelo conjunto de retrocessos verificados nos últimos tempos.

A segunda é que a relação entre lideranças evangélicas e a política brasileira, nos moldes verificados atualmente, é, em última instância, a manifestação do contato historicamente construído no país entre as esferas religiosa e secular. E nesta relação os evangélicos se apresentam como personagens essencialmente aptos para “renovar”, para “limpar” a política, pois carregariam com eles uma moralidade superior à dos demais, moldada pelo *ethos* protestante - um traço distintivo, construído e apresentado de uma forma tal que favorece este segmento, principalmente num contexto de crise política, com fortes questionamentos gerais às instituições e ao “fazer político”.

Num sentido mais amplo, o que percebemos é a presença cada vez mais intensa de elementos próprios do universo evangélico na dinâmica política; elementos acolhidos pela sociedade como algo que, por ser externo a tal dinâmica, poderiam cumprir a tarefa de curá-la de seus males e aspectos negativos. A aproximação entre o religioso e o político, nesta

configuração, está conectada com o processo de erosão democrática que envolve, principalmente, o enraizamento no discurso de senso comum da vinculação entre corrupção e política - a criminalização da política, em termos leigos, ou a demonização da política, de acordo com a retórica pentecostal. Os exemplos trazidos à esta pesquisa ajudaram a elucidar a ideia de que o elemento religioso não é o centro, mas uma parte agregada e instrumentalizada de uma crise que envolve a descrença nas figuras tradicionais da política e nos mecanismos de representação e/ou participação.

O “sagrado”, aplicado na retórica política de lideranças, movimentos e entidades cristãs mencionadas, parece ser antes de mais nada um elemento que dá coesão, constrói e reforça a identidade cristã, especialmente aquela de fundo conservador, consolidando um capital religioso que sustentará o capital político não por afinidades programáticas apresentadas por um partido (numa sociedade em que a relação com os partidos fica cada vez mais fragilizada, vale lembrar), mas por afinidades com as pautas morais, e com a construção de um futuro idílico baseado em princípios bíblicos. Talvez, apesar da inexistência de um “voto evangélico”, esteja em curso a construção de maioria política por um outro caminho que foge da “normalidade” da política tradicional.

Buscamos no capítulo 3 chamar atenção a alguns aspectos teológicos que atravessam a religiosidade evangélica para, posteriormente, apontar a possibilidade de uma complexificação das articulações existentes entre as esferas política e religiosa. Ali foi discutida a noção de Batalha Espiritual, a Teologia da Prosperidade e a Teologia do Domínio. Em seguida, agrupamos alguns exemplos de um ativismo evangélico que se utiliza de instrumentos institucionais, acessados através da participação na cúpula do atual Governo Federal, para fortalecer a presença evangélica na vida pública. Para elucidar esta percepção, trouxemos como exemplo a presença de ministros e ministras em atividades diversas, organizadas por entidades que articulam atuação política e religiosa, de cunho conservador principalmente. As considerações teológicas não são apresentadas aqui como elementos que determinam o tipo de atuação evangélica na política, mas serviram de pano de fundo para que pudéssemos colocar aspectos dessa atuação em relevo.

Diante do que foi verificado quanto às entidades listadas, reforçamos a ideia de que a existência e atuação delas está relacionada à reação conservadora, diante dos avanços em pautas identitárias promovidos nas últimas décadas (somado à crise econômica, e às desigualdades, contradições e desajustes que derivam dela). A complexificação e expansão das formas de atuação destas entidades, pode estar relacionada também com projetos de poder religioso, concebido a partir de bases teológicas - a forma como a Teologia do Domínio é acessada por

alguns grupos pode ser um caminho para refletir nesse sentido. No entanto, é possível afirmar também que, até o momento, no Brasil, não podemos falar em uma ameaça teocrática, apesar dos grandes gestos e esforços do governo de Jair Bolsonaro na instrumentalização de pressupostos religiosos e pautas conservadoras - garantindo uma grande capacidade de mobilização dos sentimentos cristãos com finalidades políticas.

A ocupação dos espaços de poder aqui tratados não fez com que houvesse uma interferência significativa na formulação e na execução de políticas públicas. Através de notícias e documentos públicos foi possível observar, por exemplo, que algumas pautas caras aos evangélicos conservadores, com as quais o governo Bolsonaro havia se comprometido desde de o início, ainda não avançaram. Ou seja, apesar do significativo sucesso eleitoral deste segmento religioso, não foi possível verificar um sucesso equivalente quanto à transformação das pautas defendidas por eles em políticas públicas, apesar da ampliação da presença em espaços institucionais de grande relevância.

Em suma, a literatura mobilizada indica a existência de dois grandes momentos da presença evangélica no cenário político latino-americano: um período que vai até o declínio dos regimes ditatoriais no continente, e outro que começa com o processo de abertura política e formação das Constituintes. A pesquisa considera que um terceiro momento está em curso e, principalmente, que ele está conectado à ascensão das Novas Direitas.

Nesse sentido, parece ser fundamental aos estudos sobre erosão democrática e ascensão das Novas Direitas na região, a consideração destes movimentos conservadores, liderados por figuras evangélicas e com a contribuição de governos locais em alguns países, como foi verificado no Brasil. Aqui colocamos como exemplo algumas entidades de origem estadunidense para evidenciar possíveis articulações político-religiosas e conservadoras, dotadas de uma estrutura elaborada com a finalidade de exercer um “domínio”, e com capacidade de estabelecer uma relevante presença em território latino-americano, influenciando inclusive decisões governamentais.

A descrição sobre formação e crescimento do “*Capitol Ministries*” revela como o acolhimento feito pelo governo de Donald Trump fez com que a organização desse um salto significativo de atuação, passando de um grupo cristão local para um empreendimento transnacional, com representantes de mais de 200 países mundo afora. Em sentido similar, os ímpetus expansionistas de algumas lideranças evangélicas brasileiras têm sido viabilizados pela presença de Jair Bolsonaro na chefia do poder Executivo. Como aponta Virginia Garrad, “os ‘*Dominionists*’ mostraram ser extremamente habilidosos na exploração de descontentamentos sociais e de ansiedade morais, especialmente em questões polêmicas envolvendo cultura, raça,

e, acima de tudo, sexualidade” (Garrad, 2020). Neste sentido, acreditamos que a atuação política evangélica, de viés conservador, não necessariamente perderia força numa eventual derrota do campo de direita no próximo processo eleitoral. Ela contribuiu na vitória de Jair Bolsonaro, é parte importante da sustentação política de seu governo, mas não é dependente dele. Talvez o mesmo pragmatismo que fez com que ela abandonasse o projeto liderado pelo PT e embarcasse no outro lado da polarização possa fazer com que faça o caminho de volta, a depender da configuração que a correlação de forças apresentar no próximo período. Por enquanto, as lideranças evangélicas parecem se utilizar bem das ferramentas e espaços institucionais na propagação de bandeiras conservadoras, alinhadas à direita, e este é um traço que precisa ser considerado.

Além disso, os elementos trabalhados indicam um aumento da intensidade da presença evangélica em mais um poder do Estado Brasileiro: estão conjugadas hoje uma expressiva presença no legislativo, um ganho de espaço significativo no executivo, e alguma novidade em termos de organização política em direção ao campo do judiciário. Mesmo que as pautas não avancem, ou que o Bolsonaro perca as eleições de 2022, o processo de complexificação e enraizamento da atuação evangélica não seria ceifado totalmente, pois seu curso está em sintonia com acontecimentos de ordem global - o novo momento dos movimentos conservadores e a ascensão da Nova Direita. Sem contar que o ajuste à uma nova postura de enfrentamento permitiria que continuassem usando a instrumentalização da religião, construindo uma linha discursiva que coesiona e mobiliza. Os destaques feitos sobre o governo federal, na figura de dois importantes ministérios, quando analisados pelo prisma da Teologia do Domínio, dão conta de revelar o ponto alto de um processo de expansão de ativismo e influência dos atores religiosos na política. Ou seja, a especificidade desse momento não é o aumento da participação dos evangélicos na política ou a existência de um processo de destruição das bases seculares que caracterizam o Estado moderno, mas a complexificação e expansão de um tipo de atuação evangélica dentro dele. À guisa de conclusão, indicamos este exemplo final:

Usando a frase “make America great again”, Trump despertou a nostalgia dos evangélicos brancos, que acreditam que “a América era ótima quando era uma nação cristã, mesmo que a própria ideia da América como nação cristã se apoie em fundamentos históricos e teológicos instáveis”. As promessas de Trump de nomear juízes conservadores para a Suprema Corte, reconhecer Jerusalém como capital de Israel e permitir que os Estados não entreguem fundos para organizações que realizam abortos, materializaram essa nostalgia por reconstruir uma “nação cristã”. Devido à forte influência cultural americana no protestantismo

latino-americano, vários candidatos recorreram a mensagens políticas reconstrucionistas. Logo depois de ser eleito, Bolsonaro prometeu um governo cristão, declarando que “o que eu mais quero é, seguindo os ensinamentos de Deus, juntamente com a Constituição Brasileira, (...) começar a formar um governo a partir do ano que vem” (Borda, 2020, p. 146-147).

Os aspectos teológicos, a retórica religiosa, a cosmologia cristã, tudo isso parece ocupar um espaço vazio deixado pela erosão dos princípios democráticos e republicanos. Isso pode se manifestar de diferentes formas nas sociedades. Buscamos indicar que, na América Latina, este processo é moldado pelas estruturas culturais, sociais e econômicas historicamente forjadas na região, atravessadas pela ascensão de um tipo de atuação político-religiosa que irradia dos EUA a partir da abertura dada pela recente administração de Donald Trump, mas que não se inicia ali - suas raízes remetem à influência protestante na formação daquele país, atrelada a um modelo de evangelização que determinados grupos buscam exportar, sob uma forma mista de atuação religiosa e política. Em meio a isso tudo, observamos a formação de um discurso político-religioso cada vez mais homogêneo (apesar das diferenças internas de concepções teológicas que existem entre os grupos que fazem uso dele), que parece se amplificar e ganhar mais força, dando substância a uma Nova Direita Cristã - um fenômeno que pode ser investigado em estudos futuros.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, G. de. Grupos protestantes e engajamento social: uma análise dos discursos e ações de coletivos evangélicos progressistas. *Religião & Sociedade*, v. 39, p. 173-196, 2020.
- ALMEIDA, Adroaldo José Silva. *Pelo Senhor, marchamos: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. [S. l.: s. n.], 2020.
- ALMEIDA, R.; TONIOL, R. (Orgs). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2018.
- ALMEIDA, R. de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*. [Universidade Estadual de Campinas], n.50, 2017.
- BERGER, P. L. *O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. 11ed. São Paulo: Editora Paulus, 1985.
- BIRMAN, P. Guerra, religião, secularismo e alguns sujeitos sensíveis: reflexões preliminares a partir de Talal Asad. *EXILIUM Revista de Estudos da Contemporaneidade*. [Unifesp], v. 1, n. 1, p.73-100. 2020.
- BURITY, J. “A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: Almeida, Ronaldo; Toniol, Rodrigo (org.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2018
- _____. The conservative wave, the Bolsonaro administration, and religious actors. *Brazilian Political Science Review*. [São Paulo], v. 15. 2021.
- BURITY, J; GIUMBELLI, E. Minorias Religiosas: identidade e política em movimento. *Religião e Sociedade*. [Rio de Janeiro], vol. 40, nº1, pp. 9-18. 2020.
- BORDA, G.F. A construção de uma ‘nação cristã’ na América Latina. In: *Novo ativismo político no Brasil : os evangélicos do século XXI*. J. L. P., Guadalupe; B.Carranza (orgs) — Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung. 2020.
- CAMPOS, L. S. “Os Evangélicos, o Golpe e a Ditadura: O Irresistível Canto das Sereias Autoritárias”. In: *Memórias ecumênicas protestantes - Os protestantes e a ditadura: colaboração e resistência*. Dias, Zwinglio M. (org) – Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2014.
- CAMURÇA, M. A. O debate conceitual sobre religiões ‘cívica’, ‘civil’ e ‘pública’ proposto por Paula Montero e uma remissão para o caso do Brasil a partir de reflexões anteriores da autora”. *Debates do NER*. Porto Alegre, ano 19, n. 33, p. 42-57, jan./jul. 2018.
- _____. Um poder evangélico no Estado Brasileiro? Mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro. *Revista Nupem*, v. 12, n. 25, p. 82-104.2020.

_____. O que o caso brasileiro pode oferecer à comparação globalizada e geopolítica dos circuitos evangélicos de Sébastien Fath: nota a propósito do seu artigo em “Debates do NER”. *Debates do NER*. Porto Alegre, v. 1, n. 37, p. 57-68, 2020.

CARDOSO, A. M. *À beira do abismo. Uma sociologia política do bolsonarismo*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Amazon. 2020.

CARRANZA, B. Erosão das Democracias Latino-Americanas: a ascensão política dos evangélicos. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, vol. 22, 2020.

_____. Modus operandi político de evangélicos e católicos: consolidações e inflexões. *Debates do NER*. Porto Alegre, v.02. nº32, pp. 87-116. 2017.

CARREIRO, G.S. Sobre a lógica do voto evangélico no Brasil: filiação religiosa e seu impacto na política brasileira. *Século XXI, Revista de Ciências Sociais*, v.7, no 2, p.66-100. 2017.

CASANOVA, José. Rethinking secularization: A global comparative perspective. In: *Religion, globalization, and culture*. Brill. p. 101-120. 2007.

_____, J. et al. *Public religions revisited*. . [S. l.: s. n.], 2008.

COWAN, B. A. Nosso Terreno: crise moral, política evangélica e formação da “Nova Direita Brasileira”. *Varia História*, v. 30, p. 101-125, 2014.

CUNHA, C. V. da. A retórica da perda e os aliados evangélicos na política Brasileira. *Plural. Antropologías desde América Latina y del Caribe*, v. 2, n. 6, 2020.

DA SILVA, E. Protestantes no Brasil: entre a omissão e o engajamento político. *Esboços Histórias Em Contextos Globais*. vol. 24, n. 37, p. 126-148, 2017.

FRESTON, Paul. Bolsonaro, o populismo, os evangélicos e América Latina, In: *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. J. L. P., Guadalupe; B.Carranza (orgs) — Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

DE LA TORRE, R. Genealogía de los movimientos religiosos conservadores y la política en México. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Campinas, v.22, 2020.

DOMINGUES, J.M. *Emancipação e História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2018.

DORRIEN, Gary. Consolidating the Empire: neoconservatism and the politics in American Dominion. *Political Theology*, vol. 6, n. 4, p. 409-428. 2005.

EISENSTADT, S.N. *Modernidades múltiplas. Sociologia, Problemas e Práticas*. nº 35, pp. 139-163. 2001.

FRESTON, Paul. Protestantismo e democracia no Brasil. *Lusotopie*, vol. 6, n. 1, p. 329-340. 1999.

_____. As duas transições futuras: católicos, protestantes e sociedade na América

Latina. *Ciências Sociais e Religião*. Porto Alegre, ano 12, n. 12, p. 13-30, 2010.

_____. Evangelicals and the secular state in Brazilian Politics: current controversies in perspective. In: *Brazilian Evangelicalism in the Twenty-First Century*. Palgrave Macmillan, Cham, p. 109-117. 2019.

GIUMBELLI, E. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 28(2). p.80-101. 2008.

GAGO, J. M. Política y religión en la derecha cristiana de los Estados Unidos de América. *La balsa de piedra - Revista de teoría y geoestrategia iberoamericana y mediterránea*. nº 3, 2013.

GUADALUPE, Jose Luis Perez. Brasil e os novos atores religiosos na política latino-americana. In: *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Guadalupe, J.L.P.; Carranza, B.(org). 2020.

GARRAD, V. Hidden in Plain Sight: Dominion Theology, Spiritual Warfare, and Violence in Latin America. *Religions*, vol. 11, n.12, p.648. 2020.

HABERMAS, J. *Teoria de la acción comunicativa I - Racionalidad de la acción y racionalización social*. Madri: Taurus, 1987.

KURU, A. T. *Secularism and state policies toward religion: The United States, France, and Turkey*. Cambridge University Press, 2009.

LÉON, O.A.; GUADALUPE, J.L.P.; “Os novos grupos de pressão política dos evangélicos na América Latina”. In: *Novo ativismo político no Brasil : os evangélicos do século XXI*. Guadalupe, J.L.P.; Carranza, B.(org). 2020.

LIMA, E. C. A. L.; LIMA, I. C. O neoconservadorismo religioso e heteronormatividade: a “bolsonarização” como produção de sentido e mobilização de afetos. *Rev. Cadernos de Campo*, Araraquara, n. 28, p. 325-350 , jan./jun. 2020.

LOWY, M. *O que é Cristianismo da Libertação : religião e política na América Latina*. 2ª edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo-Expressão Popular, 256p. 2016.

MACHADO, M. D. Religião, Cultura e Política. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, vol.32, nº2, p. 29-56. 2012.

MAFRA, Clara. *Os evangélicos*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2001.

MAIA, E. L. C. Os evangélicos e a política. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. vol. 2, nº2, p. 91-112. 2006.

MARIANO, R. Os Neopentecostais e a Teologia da Prosperidade. *Novos Estudos CEBRAP*, N.º44, março, pp. 24-44. 1996.

_____. Guerra espiritual: o protagonismo do diabo nos cultos neopentecostais. *Debates do NER*. Porto Alegre, v. 2, n. 4, 2003.

_____. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 11, n. 2, p. 238-258. 2011.

_____. Sociologia do crescimento pentecostal no Brasil: um balanço. *Perspectiva Teológica*, v. 43, n. 119, 2011.

_____. Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo 2010. *Debates do NER*, v. 2, n. 24, p. 119-137. 2013.

_____; GERARDI, Dirceu André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. *Revista USP*, n. 120, p. 61-76. 2019.

_____; GERARDI, D. A. Apoio Evangélico a Bolsonaro: antipetismo e sacralização da direita. In: *Novo ativismo político no Brasil : os evangélicos do século XXI*. Guadalupe, J.L.P. ; Carranza, B.(org). 2020.

_____; PIERUCCI, A. F. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos CEBRAP*, n° 34, novembro, pp. 92-106.

MARIZ, C. Perspectivas sociológicas sobre o pentecostalismo e o neopentecostalismo. 1995. *Revista de Cultura Teológica*, n. 13, p. 37-52, 1995.

_____. A teologia da batalha espiritual: uma revisão da literatura. *BIB*, Rio de Janeiro, n.º 47, pp. 33-48. 1999.

_____. Ação social de pentecostais e Renovação Carismática Católica no Brasil: o discurso de seus líderes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 31, 2016.

_____. Algumas questões inspiradas pelas eleições municipais de 2016: comentando o artigo de Erico Tavares de Carvalho Júnior e Ari Pedro Oro. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 18, n. 32, p. 71-80, Jul./Dez., 2017.

MENDONÇA, A. G. O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas. *Revista Usp*, n. 67, p. 48-67, 2005.

MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. E. Solano (org.). *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

MONTERO, P. Religiões e dilemas da sociedade brasileira. In: *O que ler na ciência Social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré/ANPOCS/CAPES; 1999.

_____. Religião, Pluralismo e Esfera pública no Brasil. *Novos estudos CEBRAP*, p. 47-65, 2006.

_____. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião & Sociedade*, vol. 32, p. 167-183, 2012.

_____. SILVA, A.L.; SALES, L. Fazer religião em público: encenações religiosas e

influência pública. *Horizontes Antropológicos*, vol. 24, p. 131-164, 2018.

ORO, A. P. Organização Eclesial e Eficácia Política: o caso da Igreja Universal do Reino de Deus. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, vol.3, nº1, pp. 97-109. 2003.

_____. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. 2003. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 18, p. 53-69, 2003.

_____; SEMÁN, P. Pentecostalism in the Southern Cone Countries: Overview and Perspective. *International Sociology*, v. 15, n. 4, p. 605-627, 2000.

PIERUCCI, A.F. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. *Ciências Sociais Hoje, São Paulo*, nº11, p. 104-32, 1989.

_____. Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - vol. 13, nº37. 1997

_____. *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. Editora 34, 3ªed., 2013.

_____. De olho na modernidade religiosa. *Tempo social*, vol. 20, n. 2, p. 9-16, 2008.

Plataforma “Religião e Poder” - ISER Disponível em: <https://religioepoder.org.br/>

POSSMOZER, M.S.; SHIOTA, R.R.. O Brasil cristão da Frente Parlamentar Evangélica: luta pela hegemonia e revolução passiva. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano XIII, nº.39, p. 113-141. Janeiro/Abril. 2021.

PRANDI, R.; SANTOS, R.W. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. *Tempo Social*, v. 29, p. 187-214, 2017.

_____; CAMURÇA, M. Da secularização ao espaço público: meandros e mediações frente ao esquema de separação entre secular e religioso. *Horizontes Antropológicos*, v. 24, p. 7-20, 2018.

PRANDI, R; SANTOS, R. W. ; BONATO, M. Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais n Brasil. *Revista USP*, n. 120, p. 43-60, 2019.

QUADROS, M.P.R; MADEIRA, R. M. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. *Opinião Pública*, v. 24, p. 486-522. 2018.

QUEIROZ, Christina. O crescimento da fé evangélica. *Nexo Jornal*, 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2019/12/09/O-crescimento-da-f%C3%A9-evang%C3%A9lica>, acessado em junho de 2021.

REIS, E. Sociologia Política e processos macro-históricos. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 17, no 38, p. 18-43, jan/abr. 2015.

ROCHA, D. Faça-se na terra um pedaço do céu: perspectivas messiânicas na participação do pentecostalismo na política brasileira. *Perspectiva Teológica*, v. 52, p. 607-632, 2021.

RODRIGUES, E. Religion and politics: the pentecostal participation in Brazilian Public Sphere. *Horizonte*, v. 19, n. 59, p. 24-47, 2021.

ROSAS, Nina. “Dominação” evangélica no Brasil: o caso do grupo musical Diante do Trono. Contemporânea. *Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2015, pp. 235-258.

SCHLUCHTER, W. (2018). *El desencantamiento del mundo: seis estudios sobre Max Weber*. Fondo de Cultura Economica, 2018.

SELL, C. E. Leituras de Weber e do Brasil: da política à religião, do atraso à modernidade. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 43, nº. 3, p. 241-248, 2007.

SILVA, D. S. As igrejas evangélicas e a ditadura civil-militar no Brasil: a construção das memórias protestantes na Comissão Nacional da Verdade. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. H.H. Gerth; C.W. Mills. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora LTC. 1982.

WEBER, M. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Edição de Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.